



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARCELO MAZZOTTI BONO BELASCUSA

**UM PANORAMA DA DISCUSSÃO SOBRE ÉTICA NA
LITERATURA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL
BRASILEIRA**

Londrina
2019

MARCELO MAZZOTTI BONO BELASCUSA

**UM PANORAMA DA DISCUSSÃO SOBRE ÉTICA NA
LITERATURA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL
BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Orientador: Carlos Eduardo Lopes.

Londrina
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Belascusa, Marcelo Mazzotti Bono Belascusa.

Um Panorama da Discussão Sobre ética na Literatura Analítico-Comportamental Brasileira / Marcelo Mazzotti Bono Belascusa Belascusa. - Londrina, 2019. 133 f.

Orientador: Carlos Eduardo Lopes.

Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2019.

Inclui bibliografia.

1. Ética - Tese. 2. Análise do Comportamento - Tese. 3. Brasil - Tese. 4. Moral - Tese. I. Eduardo Lopes, Carlos . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

MARCELO MAZZOTTI BONO BELASCUSA

**UM PANORAMA DA DISCUSSÃO SOBRE ÉTICA NA LITERATURA
ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Carlos Eduardo Lopes.
Universidade Estadual de Londrina- UEL

Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo
Universidade Estadual de Londrina- UEL

Profa. Dra. Camila Muchon de Melo
Universidade Estadual de Londrina- UEL

Prof. Dr. Pedro Bordini Faleiros
Universidade Metodista de Piracicaba- UNIMEP

Londrina, 20 de dezembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho sobre ética e valores não estaria completo se eu não declarasse um conjunto de valores da minha própria história. Felizmente, os valores que declaro aqui foram também construídos por muitas pessoas, e seria uma injustiça não mencioná-los.

Primeiramente aos professores que durante a graduação serviram como base e orientação para meu aprendizado em psicologia: Professora Carolina Laurenti, as aulas da professora serviram para eu entender a importância do que é uma ciência, ao mesmo tempo o questionamento crítico e constante de uma ciência deve ser mantido ao horizonte, pois, esse é o papel da ciência que a professora me ensinou, o questionamento.

No caso do professor Carlos Eduardo Lopes, as aulas de epistemologia nunca foram esquecidas, mas além disso, a dedicação, a compreensão, o respeito, a solidariedade para comigo, alguém que até hoje tem dificuldades para escrever foram muito significativas e eu agradeço imensamente a participação do professor por tudo.

Além disso, outras pessoas foram importantes para este trabalho. Primeiramente, parte de minha família postiza se encontra Renan, que durante a graduação, nos momentos difíceis, nossa amizade que nos ajudou a terminar a graduação e a entrar no programa de pós-graduação da UEL, bem como as discussões filosóficas foram tantas, que se encontram aqui todos os meus agradecimentos.

Em segundo lugar agradeço à Denisse, por todas as conversas filosóficas que tivemos em caronas, a disponibilidade de me escutar, ajudou a construir uma concepção diferente sobre certas questões, ajudou na diminuição do meu pessimismo. Em terceiro, agradeço a Eloana, que entrou recentemente em minha vida, mas com paciência, carinho e amor, me ajudaram a perceber que existem mais questões a serem debatidas e negociadas para fora da vertente comportamental.

Agradeço também a várias outras pessoas que me ajudaram cuja as contribuições foram muitas, Álvaro, Edson, Luiza, Heitor, Thais Tiemi, Thais Rozão, Carol Prestes, Silvio os meus agradecimentos.

Agradeço também aos professores que participaram de minha qualificação e banca de defesa, professora Camila Muchon de Melo e Professor Pedro Bordini Faleiros, meu muito obrigado pela disponibilidade, apontamentos e direcionamentos na pesquisa.

Por fim, agradeço aos patrocinadores desta pesquisa, meus pais, que foram essenciais para todo o processo, afinal não se faz uma pesquisa sem dinheiro.

**Seria útil se pudéssemos
começar com uma
definição simples,
incontroversa, do que a
moralidade é, mas isso se
mostra impossível.**

James Rachels e Stuart
Rachels

Belascusa, Marcelo Mazzotti Bono (2019). *Um panorama da discussão sobre ética na literatura analítico-comportamental brasileira*. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RESUMO

A ética tem se tornado um assunto recorrente no cotidiano das pessoas. Essa afirmação se sustenta, em primeiro lugar, pela produção razoável de literatura ética nas últimas décadas em diversas áreas de conhecimento, bem como pela presença do tema em diferentes meios de comunicação. Essa recorrência, no entanto, não significa consenso. A própria literatura filosófica sobre ética aponta uma diversidade de teorias que, por vezes, discordam em pontos fundamentais. Na psicologia, assim como na filosofia, a discussão ética está circunscrita à discussão de autores e de suas propostas teóricas. No caso da Análise do Comportamento, é preciso ainda considerar que uma teoria ética assentada na obra de Skinner pode ser informada por diferentes pressupostos filosóficos. Com isso, parece seguro afirmar que um único posicionamento ético entre os analistas do comportamento brasileiros é improvável. Partindo dessa hipótese, esta pesquisa procurou avaliar a discussão sobre ética apresentada pela literatura analítico-comportamental nacional. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza bibliográfica, que investigou artigos de analistas do comportamento, publicados originalmente em português em periódicos brasileiros. A seleção dos artigos foi realizada por um conjunto de palavras-chave relacionadas a Análise do comportamento e ética, resultando em 37 artigos analisados. Os resultados permitiram identificar os analistas do comportamento brasileiros responsáveis pelas publicações, o período de publicações e os periódicos associados a essas publicações. Além disso, uma análise do conteúdo dos artigos forneceu subsídios para o estabelecimento de quatro categorias, que por sua vez, indicaram algumas discussões sobre ética recorrentes na comunidade analítico comportamental brasileira.

Palavras-chave: Ética; Análise do Comportamento; Brasil; Moral.

Belascusa, Marcelo Mazzotti Bono (2019). *Um panorama da discussão sobre ética na literatura analítico-comportamental brasileira*. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina

ABSTRACT

Ethics has been a recurrent subject in people's daily lives. This affirmation gains credibility when, in the first place, we look to the reasonable amount of literature production about ethics in the last decades in different areas of knowledge, apart from its presence on different types of media. This recurrence, however, does not mean consensus. The philosophic literature about ethics points out a diversity of theories that disagree in many fundamental points about the subject. In psychology, as well as in philosophy, the discussion of ethics is circumscribed to the discussion of authors and their theoretical proposals. In the case of behavior analysis, it is necessary to consider that a theory of ethics based on the work of Skinner can be configured by different philosophic assumptions. Taking that into account, it seems safe to assume that a unique ethic system amongst the community of behavior analysts of Brazil is unlikely. Given this hypothesis, this research aimed to evaluate the discussion about ethics depicted by the national behavior analysis literature. For this purpose, a bibliographic research was carried out, investigating articles written by behavior analysts that were originally published in Portuguese and in Brazilian journals. Articles were selected using a group of keywords related to analysis behavior and ethics, which resulted in 37 analyzed articles. The results allowed identification of the Brazilian behaviorist analysis responsible for the publications. In addition, a content analysis of those articles provided subsidies for the establishment of four categories, which in turn indicated some discussions about ethics that seem recurrent in the Brazilian behavioral analytic community.

Keywords: Ethics; Behavior Analysis; Brazil; Moral.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Fluxograma de seleção nas bases de dados	22
Figura 2-Fluxograma de seleção nos periódicos	23
Figura 3-Identidade acadêmica dos autores..	38
Figura 4-Número de publicações ao longo dos anos.....	43
Figura 5-Porcentagem de artigos classificados em cada tipo de pesquisa.	44
Figura 6-Diagrama de Veen.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Combinações de palavras-chave empregadas na busca dos artigos	19
Tabela 2-Número de publicações de primeiros autores	25
Tabela 3-Publicação de autoria geral em números e porcentagem	26
Tabela 4- Vinculação institucional dos autores.	29
Tabela 5-Número de autores vinculados em cada universidades.	35
Tabela 6- Número de autores vinculados em cada departamento/núcleo/instituto.	36
Tabela 7-Programas de pós-graduação relacionados ao número de autores.....	39

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Objetivos.....	18
2.1. Geral.....	18
2.2. Específicos.....	18
3. Método	18
3.1. Natureza da pesquisa.....	18
3.2. Natureza das fontes.....	18
3.3. Base de dados consultadas.....	19
3.4. Critérios de seleção	19
3.5. Critérios de exclusão.....	20
3.6. Forma de análise do material.....	21
4. Resultados	21
4.1. Sobre o processo de seleção do material	21
4.2. Sobre a autoria	24
4.2.1. Quantidade de artigos publicados	24
4.2.2. Perfil acadêmico dos autores.....	28
4.3. Sobre as revistas.....	41
4.4. Sobre os anos de publicação.....	43
4.5. Sobre os tipos de artigos	44
4.6. Sobre o conteúdo dos artigos.	45
5. Discussão.....	48
6. Considerações Finais.	53
Referências.....	56
Apêndices.....	61
Apêndice A- Lista dos artigos analisados	61
Apêndice B- Discussões apresentadas em cada categoria	65

1. Introdução

Não é raro na contemporaneidade deparar-se com discussões sobre ética. A temática encontra-se disseminada em diferentes temas como política (Peppe, 2017), economia (Pimenta, 2017), meio-ambiente (Coutinho, 2009), ciência (Marcuse, 2009) e mídia (Costa, 2009). De acordo com Martins (2011), uma das causas dessa contínua discussão ética na atualidade seria uma crise nos valores éticos, os quais deveriam orientar o comportamento dos indivíduos frente a diversos problemas. Em uma direção parecida, Marcondes (2007) defende que o Brasil tem passado por constantes períodos de crise política, por conta da corrupção em setores do governo e da sociedade, o que justificaria a preocupação constante com a ética nesse país.

Além de discussões acadêmicas publicadas em livros e artigos, o debate ético contemporâneo brasileiro também tem se difundido no formato de palestras, cursos e vídeo-aulas, geralmente disponibilizados na Internet, nos quais especialistas dão sua opinião sobre a temática (e.g. Espaço ética; Saber filosófico, Portal educação, Café filosófico). No entanto, mesmo sendo tão discutida, ainda parece pertinente indagar o que é ética, de modo a avaliar se essas discussões versam sobre a mesma coisa.

O dicionário Michaelis define ética como: “. . . parte da filosofia que estuda os valores morais e os princípios ideais da conduta humana. É ciência normativa que serve de base a filosofia prática” (Trevisan, 2008, p. 908). Além da definição oferecida pelo dicionário, autores que estudam ética a definem como filosofia, ciência e reflexão de costumes da vida e do comportamento humano (e.g.; Martins, 2011; Marcondes, 2007 Valls, 1986/1994). Também há razoável consenso, entre estudiosos do tema, de que a ética envolve assuntos como a moral e os valores (Pedro, 2014). No caso da moral, o conceito é, geralmente, tratado como mero sinônimo de ética, ou como apresentando diferenças pouco relevantes para a discussão geral do assunto: “[moral é] um sinônimo de ética, acentuado talvez apenas os

aspectos de interiorização das normas” (Valls, 1986/1994, p. 17). A própria etimologia das duas palavras indica uma certa equivalência de significados (Gontijo, 2006; Valls, 1986/1994). A palavra *ética* se origina do adjetivo grego *ethike* que, por sua vez, deriva do substantivo *Ethos*, que pode ser escrito de duas formas: *Éthos* e *Êthos*. No primeiro caso, seu significado refere-se ao lugar, a morada que abriga os animais e o ser humano. Com o passar do tempo *Éthos* também acabou abrangendo o significado de agir e de viver do ser humano. Já no segundo caso, *Êthos* faz referência ao que impulsiona a ação do ser humano como os elementos afetivos, morais e cognitivos. No caso do termo *moral* a derivação é da palavra do latim *mós*, que tem um desenvolvimento semelhante ao substantivo grego *Ethos*. Inicialmente, *mós* alude a morada do conjunto dos seres vivos entre eles o ser humano e, posteriormente, o termo inclui os costumes, as ações particulares e coletivas do ser humano (Gontijo, 2006). Essa aproximação etimológica entre *ética* e *moral* permite delimitar o campo ético com referência à vida das pessoas, aos costumes de um povo e às ações humanas nesses contextos (Valls, 1986/1994).

Essas definições sugerem um consenso mínimo do que seria *ética/moral* e o seu campo de investigação. Contudo, Pedro (2014) adverte que intercambiar o uso das palavras *ética* e *moral* como tendo o mesmo significado pode levar a uma confusão conceitual. Para o autor, *moral* seria o campo de estudo do conjunto de normas, costumes e valores de certas culturas. Além disso, a *moral* é o estudo das ações cotidianas do indivíduo, que devem ser julgadas conforme códigos e leis da sociedade. Já a *ética* seria particularmente o campo da filosofia, ou dos princípios filosóficos, que orientam morais específicas, ou ainda, os pensamentos filosóficos que tornam a *moral* utilizável (Pedro, 2014). Se, por um lado, a *moral* dedica-se a discutir as formas de viver e os costumes de um povo, por outro lado, cada teoria *ética* define de maneira específica como *deveria ser* a vida das pessoas e seus costumes (Rachels & Rachels, 2006/2013).

Um exemplo de diferenças filosóficas encontradas na discussão ética pode ser encontrado na comparação entre as teorias deontológica e teleológica. A tradição deontológica kantiana é caracterizada pela presença de princípios morais absolutos, constituídos *a priori*, que devem ser observados por meio de um cumprimento rígido de leis por todos os membros considerados como pertencentes à sociedade. De outro lado, encontra-se a ética teleológica, que define as ações dos indivíduos por um critério utilitário de máxima felicidade do maior número de pessoas. Esse sistema ético afirma que as ações individuais são certas ou erradas dependendo das consequências produzidas, ou seja, quando uma ação promove a felicidade é uma ação correta e quando promove a infelicidade é uma ação incorreta. Esse princípio não valeria apenas para uma pessoa, mas também para todos os cidadãos de uma sociedade.

Em relação aos valores, também há controvérsias. Na modernidade, a tradição economicista, inaugurada por Adam Smith (1723-1790), consolidou o uso da palavra *valor* para descrever bens materiais, que podem ser usados e trocados¹. Mais tarde, o conceito sofreu modificações na proposta de Nietzsche (1844-1900), apresentadas em sua obra “A Genealogia da Moral”, introduzindo os valores no campo da axiologia, uma área da filosofia interessada especificamente no estudo desse assunto (Pedro, 2014).

Uma discussão comum no campo da ética, sobretudo a partir da modernidade, é a distinção entre fatos e valores. Nesse contexto, os fatos são, geralmente, caracterizados como objetivos, imparciais, racionais e em grande medida independentes do ser humano. Já os valores seriam pessoais, relativos, incertos e dependentes da vontade humana. Essa distinção entre fatos e valores seria um produto da consolidação da ciência moderna, que buscou desde

¹ A definição de valores e a sua classificação, não surgiu na modernidade, tendo uma longa tradição filosófica desde a Grécia antiga, em que filósofos como Sócrates (470AEC- 399AEC), Platão (427 AEC- 347AEC) e Aristóteles (384AEC- 322AEC) fizeram distintos apontamentos sobre a sociedade e os valores de suas épocas (Pedro, 2014). Dentre esses precursores da discussão ética, Aristóteles é muitas vezes mencionado como a principal referência do assunto (Gontijo, 2006).

o início eliminar os valores do campo da investigação científica da natureza, criando uma série de dicotomias, como ciências naturais *versus* ciências humanas (Mariconda, 2006).

Nesse contexto, as ciências naturais, representadas principalmente pela física e suas ramificações (e.g. astronomia, mecânica, acústica), consideram seu próprio objeto de estudo, a natureza, como um fato. Isso porque a natureza existiria, como tal, mesmo sem a presença humana, mantendo-se desde sempre estruturada e ordenada por leis gerais. Desse modo, para ter acesso ao fenômeno natural, o cientista deveria eliminar, ou pelo menos neutralizar, as virtudes e vícios típicas do ser humano, que poderiam contaminar o dado ou a busca pelos fatos. Essa neutralização seria alcançada pelo método científico, construído em torno de uma racionalidade pura, que garantiria a imparcialidade, afastando os valores do cientista do processo de produção de conhecimento (Mariconda, 2006).

Nesse itinerário moderno, os valores são atribuídos às relações humanas e, justamente por isso, seriam influenciados e alterados por variáveis como a cultura, a política e a religião de um povo. Um exemplo claro disso é o poder que exerceu a instituição cristã durante os séculos XVI e XVII, no continente europeu, no qual a política e a religião ainda eram sinônimos. Nesse período o que era considerado valorativo estava ligado a autoridade e não era passível de ser debatido. Em períodos posteriores, o processo de laicização do Estado diminuiu o poder do cristianismo na Europa, modificando gradativamente os valores reconhecidos (Mariconda, 2006).

O resultado da dicotomia moderna entre fatos e valores foi uma separação radical entre ciência (campo dos fatos) e ética (campo dos valores). Embora essa cisão tenha sido criticada em diferentes momentos, ela ainda encontra ecos na contemporaneidade, seja na persistência da visão de neutralidade científica, seja na tendência a identificar a ética com campos não-científicos, como a religião, por exemplo.

Todas essas questões ilustram que o campo da ética é complexo, na medida em que é composto por uma diversidade de teorias, com encaminhamentos distintos da função ou necessidade de normas morais, da definição dos valores e de suas relações com os fatos e, conseqüentemente, da própria relação entre ciência e ética. Essas questões também encontram paralelos no campo da psicologia, permitindo concluir que a discussão ética na psicologia depende da teoria adotada se encontram em paralelo na Análise do Comportamento. Nesse caso um autor que parece ter dedicado-se ostensivamente à discussão da ética foi B. F. Skinner (1904-1990) (Melo & Castro, 2015). Isso sugere que um modo de compreender a ética de uma perspectiva analítico-comportamental seria investigar os textos sobre o assunto na obra skinneriana. Contudo, supor que existiria apenas uma forma de discussão da ética na obra de Skinner parece questionável ou, ao menos improvável, uma vez que há uma diversidade de compromissos filosóficos que influenciaram essa obra (Abib, 1998; Laurenti, 2012; Moxley, 1999). Essa pluralidade de pressupostos filosóficos indicaria afinidades de teses e pronunciamentos skinnerianos tanto com o discurso de uma ciência moderna quanto com o de uma ciência pós-moderna².

Em relação ao modelo de ciência embasado na modernidade, a ética teria um papel secundário. Esse *status* secundário viria justamente da concepção dicotômica e hierárquica entre fatos e valores. Os fatos seriam independentes de qualquer julgamento valorativo, e as descobertas científicas seriam apenas descrições de relações de causas e efeitos observadas sobre um determinado fenômeno. Já o campo dos valores não teria qualquer relação direta com o corpo da ciência, sendo considerado um conjunto de questões subjetivas, envolvendo a política, a estética, o senso comum e, principalmente, a ética. Conseqüentemente, a ciência

2 . A modernidade compreenderia o período que vai do século XVII a primeira metade do século XX, no qual distintos pensamentos e ideias influenciaram as mais diversas práticas humanas como no caso da literatura, arquitetura, política e ciência (Moxley, 2001). A noção de pós-modernidade apresenta diferentes significados, mas no que diz respeito o uso do termo na ciência, tem o sentido de superação de pressupostos da ciência moderna (Laurenti, 2012).

seria neutra na medida em que lidaria exclusivamente com a natureza objetiva do mundo factual (Laurenti, 2012).

Essa visão dicotômica da relação entre fatos e valores, proposta pela ciência moderna, poderia ser encontrada na obra de Skinner (Laurenti, 2012). Um exemplo desse compromisso com um modelo moderno de ciência seria a obra ficcional *Walden II* (Laurenti, 2012; Moxley, 2006). Nessa ficção, todas as decisões de planejamento dessa sociedade ficariam por conta de cientistas responsáveis pela administração da vida da comunidade. Os planejadores dialogariam com os fatos, que seria o critério usado para resolver qualquer tipo de questão em *Walden II*. Já os membros comuns da comunidade (os que estão sujeitos ao campo valorativo) não teriam qualquer poder para ir contra os fatos científicos e, portanto, contra os planejadores (Laurenti, 2012; Moxley, 2006). Sobre essa visão, Laurenti (2012) argumenta que:

A essa acusação, Frazier poderia replicar que em *Walden II* não há dicotomia entre fatos e valores; trata-se apenas de padrões de respostas sob controle de estímulos, tudo é comportamento, ou seja, tudo é fato. No entanto, fica incólume a racionalidade da ciência moderna, agora, acirrada a ponto de resolver a dicotomia reduzindo valores a fatos. Além disso, nesse contexto, onde tudo é fato, os cientistas, em *Walden II*, não só continuariam a elaborar os códigos morais, como deveriam ser considerados como os únicos capazes de fazê-lo, já que seriam os mais habilitados para lidar com fatos. (p. 372)

O que fica implícito nessa colocação é o cientificismo como um modelo bem definido tanto na relação dicotômica, como na proposta de reduzir os valores aos fatos. Essa manobra não afasta Skinner de acepções modernas, pois o fato ainda se mantém inabalado pelos valores, o que é exatamente o contrário do que a pós-modernidade irá afirmar sobre essa discussão ética (Laurenti, 2012).

Uma ciência pós-moderna teria um outro discurso em relação a ética (Laurenti, 2012). A dicotomia moderna fatos *versus* valores é dissolvida, sendo que os fatos não podem mais ser concebidos sem o campo valorativo. A ciência torna-se parte de um contexto social, o cientista vive na sociedade e suas pesquisas geram descobertas e técnicas que tem impacto social, político e ético. O cientista é alguém que tem interesses próprios, bem como vieses culturais, e tais interesses irão aparecer e repercutir em seu modo de fazer ciência. Esse posicionamento parece ir ao encontro das afinidades epistemológicas pós-modernas de Skinner. A começar pela afirmação skinneriana de que o comportamento do cientista dependeria de sua história de vida, essa, por sua vez, seria perpassada por aspectos sociais, culturais e econômicos que poderiam influenciar o próprio comportamento do cientista (Laurenti, 2012). Admitindo-se tal posicionamento, Skinner também estaria dizendo que as observações em contexto experimental não seriam puras, no sentido de serem desvinculadas de qualquer tipo de valor, eliminando a hipótese de neutralidade científica (Laurenti, 2012).

No “Skinner pós-moderno”, a ciência não seria como em sua variante moderna, uma fonte de dominação dessa sociedade, mas, pelo contrário, a ciência é que seria dominada por valores da sociedade. Nessa perspectiva, a ciência do comportamento não apenas descreveria relações funcionais orientadas pela possibilidade de previsão e controle do comportamento, como também admitiria que, ao realizar tal movimento, ela tem consequências éticas e políticas, com impacto no ser humano e na sociedade. Nesse contexto, a ciência do comportamento também poderia ajudar a identificar de que forma a intervenção humana tem modificado o meio ambiente, os indivíduos e a própria cultura. Portanto, as críticas e reflexões de cunho político e ético que poderiam promover mudanças (e.g. mudanças econômicas e ambientais) seriam mais importantes no campo dessa “ciência pós-moderna do comportamento” (Laurenti, 2012).

Como pode ser observado, existem dois tipos de éticas vinculadas a esses dois “Skinner”. Um Skinner moderno conduz as discussões éticas partindo da dicotomia entre fatos e valores, assumindo uma prioridade epistêmica dos fatos. Um Skinner pós-moderno tem uma maior abertura para o comprometimento ético da ciência e com uma autocrítica mais acentuada do fazer científico (Laurenti, 2012; Moxley, 1999, 2001). Assim diferentes interpretações dos compromissos filosóficos da Análise do Comportamento parecem ter impacto na compreensão na ética.

No que diz respeito à Análise do Comportamento brasileira, o interesse por assuntos sociais parece ter ganhado destaque nas últimas décadas (Andery, 2011). Por exemplo, as temáticas dos últimos encontros anuais da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC) são claramente sociais, chamando a atenção para questões como políticas públicas, justiça social e desenvolvimento sustentável. Além disso, uma série de pesquisas de analistas do comportamento brasileiros, adotando diferentes metodologias e conceitos, têm se voltado para o comportamento social e, principalmente, para a cultura (Carrara, 2015; Todorov, Martone, & Moreira, 2005).

Essa “virada” para questões sociais e culturais pode estar relacionada com a própria crise ética anteriormente mencionada. A ausência de valores éticos pode ser a fonte de estudos sociais e culturais, o que colocaria a ética como uma questão central a ser debatida e explorada na Análise do Comportamento brasileira. No entanto, considerando a diversidade interpretativa dos compromissos filosóficos da Análise do Comportamento, bem como as múltiplas formas de encaminhar as questões morais em diferentes teorias éticas, parece razoável indagar, como a ética vem sendo explorada pela comunidade analítico-comportamental brasileira? Ou, mais especificamente, haveria convergência ou divergência nas discussões éticas encontradas na literatura analítico-comportamental nacional? Esta pesquisa pretende enfrentar essas questões.

2. Objetivos

2.1. Geral

- Sistematizar a discussão sobre ética apresentada pela literatura analítico-comportamental nacional.

2.2. Específicos

- Mapear a produção sobre ética na literatura analítico-comportamental na produção nacional

- Descrever as discussões sobre ética encontradas nessa literatura.

- Identificar divergências e convergências sobre a ética nessa literatura.

3. Método

3.1. Natureza da pesquisa

Esta pesquisa é de natureza bibliográfica exploratória, uma vez que pretendeu sistematizar a produção acadêmica sobre ética existente na literatura analítico-comportamental nacional.

3.2. Natureza das fontes

A pesquisa utilizou como fontes artigos publicados em periódicos nacionais atuais de psicologia e em um periódico nacional extinto de Análise do Comportamento (Cadernos de Análise do Comportamento).

3.3. Bases de dados consultadas

A seleção do material foi realizada de dois modos, de acordo com o tipo de período em que o artigo foi publicado. No caso dos artigos publicados em periódicos nacionais atuais, a busca foi realizada, inicialmente, nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos da Capes; Scielo; Pepsic; e Indexpsi-periódicos. Em seguida, as mesmas buscas foram feitas utilizando os mecanismos de busca de três revistas nacionais especializadas em Análise do Comportamento: Revista Brasileira de Análise do Comportamento (REBAC); Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTCC); Perspectivas em Análise do Comportamento (PAC).

No caso dos artigos publicados no periódico extinto Cadernos de Análise do Comportamento, a busca foi realizada em todos os números do periódico previamente digitalizados, por meio da leitura na íntegra de todos os 8 números do periódico. Essa medida foi adotada pela ausência de programas que conseguissem utilizar o recurso de encontrar as palavras-chave.

3.4. Critérios de seleção

Os artigos foram buscados das formas supracitadas por meio da combinação de palavras-chave escolhidas por sua relevância direta ao assunto da pesquisa. No total foram usadas 9 palavras, sendo 4 relacionadas à orientação teórica e 5 à temática da ética, totalizando 19 combinações possíveis, apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1

Combinações de palavras-chave empregadas na busca dos artigos

Nº de pesquisa	Palavras-chave
1	Análise do comportamento AND ética
2	Análise do comportamento AND ético
3	Análise do comportamento AND moral
4	Análise do comportamento AND moralidade
5	Análise do comportamento AND valores

6	Behaviorismo AND ética
7	Behaviorismo AND ético
8	Behaviorismo AND moralidade
9	Behaviorismo AND valores
10	Behaviorismo radical AND ética
11	Behaviorismo radical AND ético
12	Behaviorismo radical AND moral
13	Behaviorismo radical AND moralidade
14	Behaviorismo radical AND valores
15	Comportamentalismo AND ética
16	Comportamentalismo AND ético
17	Comportamentalismo AND moral
18	Comportamentalismo AND moralidade
19	Comportamentalismo AND valores

Nas buscas, quando disponível, foi usado o campos de “buscar quaisquer”. Os trechos em que constavam as palavras-chave em todos os artigos foram destacados e lidos para uma avaliação prévia da pertinência para os objetivos da pesquisa. Os artigos foram selecionados para a análise quando obedeciam aos seguintes critérios: a) foi publicado em periódico de psicologia nacional; b) foi escrito originalmente em português.

3.5. Critérios de exclusão

A seleção do material contou ainda com os seguintes critérios de exclusão: a) publicações que não eram artigos (e.g. editoriais, obituários); b) artigos que apresentavam os descritores relacionados à teoria fora do escopo da vertente analítico comportamental (e.g. “análise do comportamento de gases nobres”); c) artigos que apenas citavam a abordagem analítico-comportamental sem compromisso teórico específico (e.g. quando behaviorismo radical ou análise do comportamento eram mencionados como um exemplo entre outras teorias); d) artigos nos quais o descritor ética e variantes não versavam a respeito da temática da pesquisa (e.g. comité de ética); e) artigos escritos em inglês; f) artigos de publicados em periódicos internacionais; g) artigos publicados em periódicos que não eram de psicologia (e.g. saúde coletiva).

3.6. Forma de análise do material

O material bibliográfico selecionado foi salvo em formato *Portable Document Format* (PDF) (quando o artigo não estava originalmente disponível nesse formato, ele foi convertido). Esses arquivos foram armazenados em pastas virtuais, classificados de acordo com as fontes (e.g. Capes; Scielo etc.) e a combinação das palavras-chave listadas na Tabela 1. Após essa sistematização prévia, cada artigo selecionado foi lido na íntegra.

A leitura de cada artigo foi orientada por um instrumento de análise que especificava os seguintes itens: ano de publicação do artigo; o periódico em que o artigo foi publicado; os autores da publicação; as discussões sobre ética encontradas nos artigos.

Os dados obtidos a partir desse roteiro foram analisados de duas maneiras. Em primeiro lugar, foi realizada uma análise descritiva de algumas características do material selecionado, com o intuito de destacar: a quantidade de artigos publicados; os anos das publicações; os periódicos em que foram publicados; os autores que mais publicaram artigos sobre ética no período compreendido pela pesquisa. Em segundo lugar, foi realizada uma análise em formato textual, conduzida com o objetivo explicitar convergências e divergências nas discussões sobre ética na literatura investigada. Essa análise foi orientada pela categorização das discussões, elaborada ao final da leitura de todo material.

4. Resultados

4.1. Sobre o processo de seleção do material

A busca pelo material foi finalizada em 06/09/2018. Com as combinações de palavras-chave foram encontrados 1.076 artigos, tendo sido eliminados 1.040 artigos pelos critérios de exclusão e repetição, restando, portanto, 36 artigos para a análise. O processo de seleção nas bases de dados e nos mecanismos de busca das revistas está descrito nas Figuras 1 e 2.

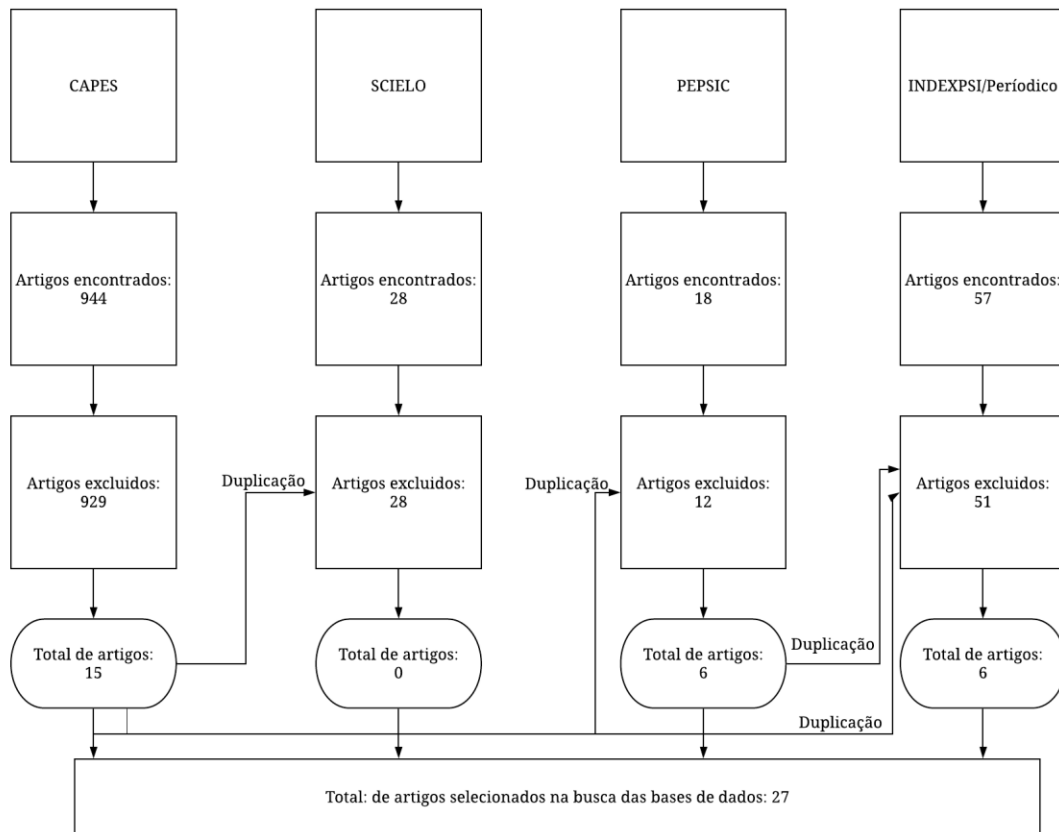


Figura 1 . Fluxograma de seleção nas bases de dados.

Como representado na Figura 1, o processo de seleção nas bases de dados foi organizado da seguinte maneira. Inicialmente as combinações de palavras-chave foram buscadas no Portal de Periódicos da Capes, resultando em 944 artigos, dos quais 929 foram excluídos pelos critérios de exclusão, restando, portanto 16 artigos. Considerando as repetições de artigos selecionados no Portal de Periódicos da Capes, todos os 27 artigos encontrados no Scielo pela combinação de palavras-chave foram excluídos. No Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC) foram encontrados 18 artigos dos quais 12 foram excluídos, novamente as repetições no Portal de Periódicos da Capes foram considerado para fazer a exclusão, resultando em um total de 6 artigos selecionados para a análise. Na INDEXPSI-Periódicos foram encontrados 57 artigos dos quais 51 foram

excluídos. Nesse ponto as repetições de artigos do Portal de Periódicos da Capes e PEPSIC foram considerados para excluir artigos previamente selecionados em buscas anteriores a essas bases, totalizando um número de 6 artigos selecionados para análise. Dessa maneira, essa primeira etapa resultou na seleção de 28 artigos para análise.

A seleção dos artigos nas bases de dados foi complementada por uma busca nos mecanismos de busca das principais revistas nacionais de Análise do Comportamento (REBAC, RBTCC, PAC) (Figura 2). Essa busca nas páginas das revistas teve a função de complementar as seleções anteriores, considerando a possibilidade de artigos sobre o tema que não tivessem sido encontrados na consulta às bases de dados.

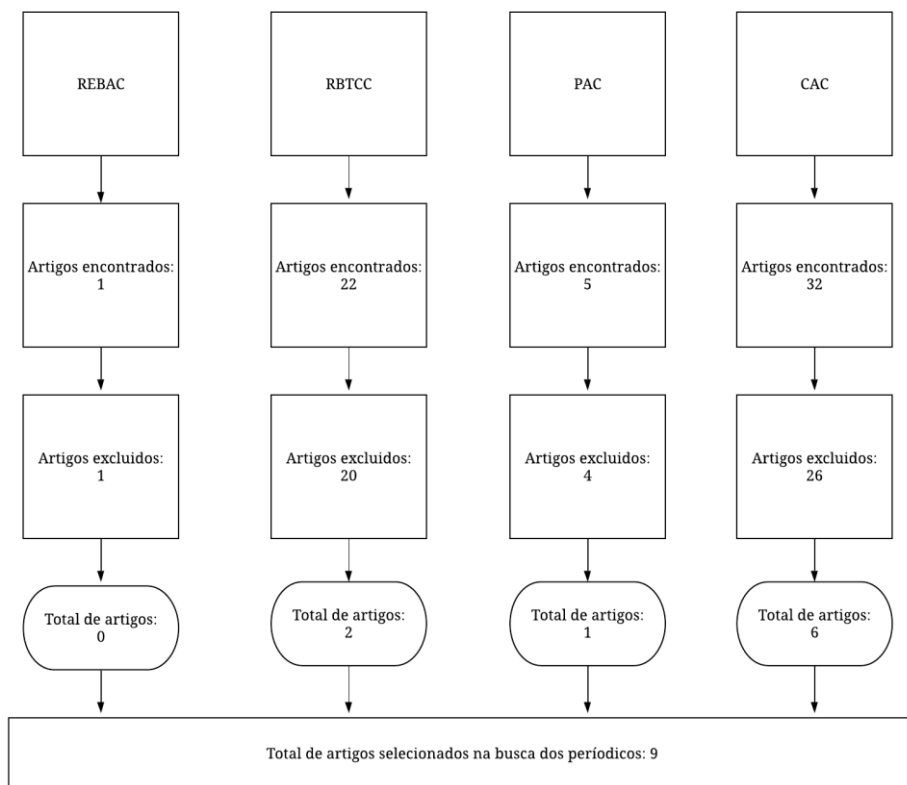


Figura 2. Fluxograma de seleção nos periódicos

O número de artigos encontrados na REBAC foi de apenas 1, que foi excluído de acordo com os critérios de exclusão e repetição. No caso da RBTCC, foram encontrados 22

artigos e excluídos 20, sendo selecionados 2 para análise. No periódico PAC, foram encontrados 5 artigos e excluídos 4, restando 1 artigo para análise. No caso do periódico Cadernos de Análise do Comportamento (CAC) foram encontrados 32 artigos dos quais 26 foram excluídos, restando 6 artigos para análise. Vale ressaltar que na CAC a busca e seleção foi realizada pela leitura na íntegra de cada artigo, como foi especificado anteriormente.

Após a leitura de todos os artigos, mais dois artigos foram excluídos por não discutirem ética na Análise do Comportamento, os artigos eliminados, apenas citam a palavra ética sem que uma discussão específica sobre o tema. Além dessas duas exclusões, uma última inclusão foi feita após a leitura dos artigos previamente selecionados. O critério para adoção desse artigo foi seu destaque por outros autores que o mencionaram como referência na discussão de ética na Análise do Comportamento brasileira.

Desse modo, ao final de todo o processo foram selecionados 37 artigos para a análise. Esses artigos foram primeiramente catalogados em formato de referências, agrupadas em uma tabela (Apêndice A). Em seguida foram realizadas as análises descritivas da autoria dos artigos, das revistas em que os trabalhos foram publicados, das datas de publicação, dos tipos de artigos, e do conteúdo dos artigos. A seguir serão descritos os dados obtidos em cada uma dessas dimensões de análise.

4.2. Sobre a autoria

Em relação à autoria dos artigos, a análise foi subdividida em duas: a) quantidade de artigos publicados por cada autor; b) perfil acadêmico dos autores.

4.2.1. Quantidade de artigos publicados

A Tabela 2 descreve a porcentagem de publicação dos primeiros autores dos artigos analisados. A posição de primeiro autor pode sinalizar uma maior contribuição para a

publicação quando o trabalho conta com coautores. Além disso, nos casos de publicações decorrentes de teses e dissertações é comum que o mestrando/mestre ou doutorando/doutor seja o primeiro autor, seguido pelo orientador e coorientador. A recorrência de primeira autoria pode indicar, portanto, o protagonismo do tema da ética na linha de pesquisa do autor.

Tabela 2
Número de publicações de primeiros autores

Nome dos autores	Número de artigos e porcentagem
Alexandre Dittrich	4 (10,81%)
Amanda Oliveira de Moraes	1 (2,70%)
Angelo Augusto Silva Sampaio	1 (2,70%)
Anne Carolynne Bogo	1 (2,70%)
Bento Prado Junior	1 (2,70%)
Camila Muchon de Melo	1 (2,70%)
Carolina Laurenti.	1 (2,70%)
Daniel Afonso Assaz	1 (2,70%)
Diego Mansano Fernandes	1 (2,70%)
Diego Zilio	1 (2,70%)
Fabiana Cia	1 (2,70%)
Gislayne de Souza Carvalho	1 (2,70%)
Glysa de Oliveira Meneses	1 (2,70%)
Holga Cristina da Rocha Gomes	1 (2,70%)
Jhonantan Jeison de Miranda	1 (2,70%)
João Cláudio Todorov	1 (2,70%)
João Paulo Watrin	1 (2,70%)
José Antônio Damásio Abib	1 (2,70%)
Kester Carrara.	1 (2,70%)
Larry Williams	1 (2,70%)
Luc Vandenberghe	1 (2,70%)
Marcia Hiroko Ueda	1 (2,70%)
Marcus Bentes de Carvalho Neto	1 (2,70%)
Maria Flávia Frajácomo	1 (2,70%)
Maria Lúcia Dantas Ferrara	1 (2,70%)
Marina souto Lopes Bezerra de Castro	1 (2,70%)
Marla Viega	1 (2,70%)
Sérgio Dias Cirino	1 (2,70%)
Sergio Vasconcelos Luna	1 (2,70%)
Silvia Aparecida Fornazari	1 (2,70%)
Silvio Paulo Botomé	1 (2,70%)
Tatiana Evandro Monteiro Martins	1 (2,70%)

Vívian Marchezini-Cunha	1 (2,70%)
Zilda Aparecida Pereira Del Prette	1 (2,70%)

Como pode ser observado na Tabela 2, o autor que mais publicou sobre ética em primeira autoria foi Alexandre Dittrich, totalizando 4 artigos no período compreendido pela pesquisa (10,81% das publicações). Os demais autores tiveram apenas 1 artigo em primeira autoria (2,70% das publicações).

No entanto, a análise de primeira autoria não é capaz de avaliar a participação recorrente de um mesmo autor em discussões sobre ética, bem como tende a excluir a participação do pesquisador na qualidade de orientador de trabalhos que versam sobre esse tema. Na tentativa de contornar esse problema, foi realizada a análise de autoria independentemente da posição. Os dados obtidos estão representados na Tabela 3.

Tabela 3
Publicação de autoria geral em números e porcentagem

Nome dos autores	Número de publicações e porcentagem
Alexandre Dittrich	4 (5,13%)
Camila Muchon de Melo	3 (3,85%)
Kester Carrara	3 (3,85%)
Acrísio Luiz Gonçalves	2 (2,56%)
Carolina Laurenti	2 (2,56%)
Luc Vandenberghe	2 (2,56%)
José Antônio Damásio Abib	2 (2,56%)
Júlio César Coelho de Rose	2 (2,56%)
Emmanuel Zagury Tourinho	2 (2,56%)
Rodrigo Lopes Miranda	2 (2,56%)
Sérgio Dias Cirino	2 (2,56%)
Jhonantan Jeison de Miranda	2 (2,56%)
Marcus Bentes de Carvalho Neto	2 (2,56%)
Alan Souza Aranha	1 (1,28%)
Almir Del Prette	1 (1,28%)
Amanda Oliveira de Morais	1 (1,28%)
Ana Carolina Pereira Alves	1 (1,28%)
Angelo Augusto Silva Sampaio.	1 (1,28%)
Anne Carolynne Bogo	1 (1,28%)
Anne Marie Germaine Victorine Fontain	1 (1,28%)

Bento Prado Junior	1 (1,28%)
Claudia Kami Bastos Oshiro	1 (1,28%)
Daniel Afonso Assaz	1 (1,28%)
Diego Mansano Fernandes	1 (1,28%)
Diego Zilio	1 (1,28%)
Elizabeth Joan Barham	1 (1,28%)
Fabiana Cia	1 (1,28%)
Gislayne de Souza Carvalho	1 (1,28%)
Glysa de Oliveira Meneses	1 (1,28%)
Holga Cristina da Rocha Gomes	1 (1,28%)
Joana Figueiredo Vartanian	1 (1,28%)
João Cláudio Todorov	1 (1,28%)
João Paulo Watrin	1 (1,28%)
Júnio Vieira de Rezende	1 (1,28%)
Láercia Abreu Vasconcelos	1 (1,28%)
Larry Williams	1 (1,28%)
Leonardo Carneiro Holanda	1 (1,28%)
Marcelo Quintino Galvão Baptista.	1 (1,28%)
Marcia Hiroko Ueda	1 (1,28%)
Maria Flávia Frajácomo	1 (1,28%)
Maria Lucia Ferrara	1 (1,28%)
Marina souto Lopes Bezerra de Castro	1 (1,28%)
Marla Viega	1 (1,28%)
Nádia Kienen	1 (1,28%)
Paulo César Morales Mayer	1 (1,28%)
Rafael Barreiros Porto	1 (1,28%)
Renatha el Rafihi Ferreira	1 (1,28%)
Rodrigo Drummond Vieira	1 (1,28%)
Sarah Zuliani da Silva	1 (1,28%)
Sergio Vasconcelos Luna	1 (1,28%)
Silvania Sousa do Nascimento	1 (1,28%)
Silvia Aparecida Fornazari	1 (1,28%)
Silvia Canaan	1 (1,28%)
Silvia Regina de Souza	1 (1,28%)
Silvio Paulo Botomé	1 (1,28%)
Sonia Beatriz Meyer.	1 (1,28%)
Tatiana Evandro Monteiro Martins	1 (1,28%)
Verônica de Moraes Ximenes	1 (1,28%)
Vívian Marchezini-Cunha	1 (1,28%)
Walberto Silva dos Santos	1 (1,28%)
Zilda Aparecida Pereira Del Prette	1 (1,28%)

A Tabela 3 aponta um acréscimo de 27 autores aos resultados anteriores, totalizando 61 autores com publicações sobre ética. No que diz respeito ao número de publicações, o autor mais recorrente em publicações de ética continua sendo Alexandre Dittrich com 4

artigos (5,13% das publicações). No entanto, autores que apresentavam apenas uma publicação na tabela 2 como Acrísio Luiz Gonçalves; Carolina Laurenti; Jhonatan J. Miranda; Luc Vandenberghe; Rodrigo Lopes Miranda; Sérgio Dias Cirino; Marcus Bentes de Carvalho Neto; José Antonio Damásio Abib tiveram um aumento de uma publicação, totalizando 2 artigos cada um (2,56% das publicações).

No caso em específico de Camila Muchon de Melo e Kester Carrara, que também apresentavam uma única publicação na tabela 2, o aumento foi maior, acrescentando mais 2 artigos cada (3,85% das publicações). Há também uma série de autores que apareceram exclusivamente na posição de coautoria. A maioria desses autores apresentaram uma única publicação, representando 1,27% das publicações cada um. As exceções são Júlio César Coelho de Rose e Emmanuel Zagury Tourinho, que aparecem com uma produção de dois artigos cada um na posição de coautores (2,56% nas publicações).

4.2.2. Perfil acadêmico dos autores

As informações relativas ao perfil dos autores foram obtidas por meio de uma consulta à Plataforma Lattes em 03/09/2019. Primeiramente, entre os autores, 4 não são psicólogos: Bento Prado Junior (filosofia); Marcia Hiroko Ueda (nutrição); Rodrigo Drummond Vieira (educação), Sylvania Sousa do Nascimento (educação).

Além disso, dos 61 autores, apenas 7 incluíram o termo *ética* na descrição de suas linhas de pesquisa ou áreas de interesse: Alexandre Dittrich; Angelo Augusto Silva Sampaio; Anne Carolynne Bogo; Camila Muchon de Melo; José Antônio Damásio Abib; Marina Souto Lopes Bezerra de Castro, e Sarah Zuliani da Silva.

Outra informação identificada nos perfis dos autores na Plataforma Lattes, foram as universidades ou instituições nas quais eles estavam vinculados na época da publicação do

artigo. A tabela 4 mostra a relação de universidades, curso de graduação e/ou programas de pós-graduação dos autores da publicação.

Tabela 4
Vinculação institucional dos autores

Autores	Vinculação na época da publicação	Instituições
Acrísio Luiz Gonçalves	Graduando de psicologia	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Alan Souza Aranha	Mestrando no Programa de Pós-graduação de Psicologia Clínica	Universidade de São Paulo (USP-SP)
	Doutorando no programa de Pós-graduação em Filosofia (2004)	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Alexandre Dittrich*	Professor no curso de psicologia, e no Programa de Pós-graduação de Psicologia da Universidade Federal do Paraná	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Almir Del Prette	Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Amanda Oliveira de Moraes	Professora no Departamento de Psicologia	Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Ana Carolina Pereira Alves	Mestranda no Programa de Pós-graduação de Psicologia Experimental: Análise do Comportamento	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Angelo Augusto Silva Sampaio	Graduando de psicologia	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Anne Carolynne Bogo	Graduanda de psicologia	Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Anne Marie Germaine Victorine Fontain	Professora da Faculdade de	Universidade do Porto

psicologia e ciências da educação

Bento Prado Junior	Professor no Departamento de Fundamentos Científicos e Filosóficos da Educação	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
	Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (2012)	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Camila Muchon de Melo*	Professora no Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento e no Programa de Pós-graduação de Análise do Comportamento	Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Carolina Laurenti	Professora no Departamento de Psicologia	Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Claudia Kami Bastos Oshiro	Professora no Departamento de Psicologia Clínica, e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica	Universidade de São Paulo (USP-SP)
Daniel Afonso Assaz	Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica	Universidade de São Paulo (USP-SP)
Diego Mansano Fernandes	Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem	Universidade Estadual Paulista (UNESP-Bauru)
Diego Zilio	Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia	Universidade Estadual Paulista (UNESP-Marília)
Elizabeth Joan Barham	Professora no Departamento de Psicologia, e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Emmanuel Zagury Tourinho	Professor no Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento	Universidade Federal do Pará (UFPA)
Fabiana Cia	Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Gislayne de Souza Carvalho	Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento	Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Glysa de Oliveira Meneses	Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia	Universidade Federal do Ceará (UFC)
Holga Cristina da Rocha Gomes	Professora de psicologia	Faculdade Pitágoras
Jhonantan Jeison de Miranda	Graduando no curso de Psicologia	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Joana Figueiredo Vartanian	Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica	Universidade de São Paulo (USP-SP)
João Cláudio Todorov	Professor no Instituto de Psicologia	Universidade de Brasília (UnB)
João Paulo Watrin	Graduando no curso de Psicologia	Universidade Federal do Pará (UFPA)
José Antônio Damásio Abib	Professor no Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências, e no Programa de Pós-Graduação em Filosofia	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Júlio César Coelho de Rose	Professor no Departamento de Psicologia, e no Programa de Pós-Graduação de Psicologia	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Júnio Vieira de Rezende**	Professor de psicologia	Faculdade de Saúde Ibituruna (FASI)
	Professor de psicologia	Faculdades Integradas do Norte de Minas (FUNORTE)
Kester Carrara	Professor no Departamento de Psicologia, e no Programa de Pós-Graduação de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem	Universidade Estadual Paulista (UNESP-Bauru)

Láercia Abreu Vasconcelos	Professora no Instituto de Psicologia	Universidade de Brasília (UnB)
Larry Williams	Professor no Departamento de Fundamentos Científicos e Filosóficos da Educação	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Leonardo Carneiro Holanda	Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia	Universidade Federal do Ceará (UFC)
Luc Vandenberghe	Professor no curso de psicologia, e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia	Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás)
Marcelo Quintino Galvão Baptista	Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento	Universidade Federal do Pará (UFPA)
Marcia Hiroko Ueda	Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência do Comportamento	Universidade de Brasília (UnB)
Marcus Bentes de Carvalho Neto	Professor no Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento	Universidade Federal do Pará (UFPA)
Maria Flávia Frajácomo	Graduanda de Psicologia	Universidade Estadual Paulista (UNESP-Bauru)
Maria Lucia Dantas Ferrara**	Professora de Psicologia	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
	Professora no Departamento de Psicologia Experimental	Universidade de São Paulo (USP-SP)
Marina Souto Lopes Bezerra de Castro	Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Marla Viega	Graduanda de Psicologia	Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás)

Nádia Kienen	Professora no Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, e no Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento	Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Paulo César Morales Mayer	Pós-doutorando no Programa Pós-Graduação em Ensino	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Rafael Barreiros Porto	Professor no Departamento de Administração, e no Programa de Pós-graduação em Administração	Universidade de Brasília (UnB)
Renatha el Rafihi Ferreira	Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento	Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Rodrigo Drumond Vieira	Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Rodrigo Lopes Miranda	Doutorando no Programa de Pós-Graduação de Educação	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Sarah Zuliani da Silva	Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Análise do Comportamento	Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Sérgio Dias Cirino	Professor no Departamento de Psicologia, e no Programa de Pós-Graduação de Educação	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Sergio Vasconcelos Luna	Professor no Departamento de Psicologia	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Silvania Sousa do Nascimento	Professora no Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, e no Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Silvia Aparecida Fornazari	Professora no Departamento de	Universidade Estadual de Londrina (UEL)

	Psicologia Geral e Análise do Comportamento	
Silvia Canaan	Professora da Faculdade de Psicologia	Universidade Federal do Pará (UFPA)
Silvia Regina de Souza	Professora no Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento e no Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento	Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Silvio Paulo Botomé	Professor no Departamento de Fundamentos Científicos e Filosóficos da Educação.	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Sonia Beatriz Meyer	Professora no Departamento de Psicologia Clínica, e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica	Universidade de São Paulo (USP-SP)
Tatiana Evandro Monteiro Martins	Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento	Universidade Federal do Pará (UFPA)
Verônica de Moraes Ximenes	Professora no Departamento de Psicologia	Universidade Federal do Ceará (UFC)
Vívian Marchezini-Cunha	Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento	Universidade Federal do Pará (UFPA)
Walberto Silva dos Santos	Professor no Departamento de Psicologia	Universidade Federal do Ceará (UFC)
Zilda Aparecida Pereira Del Prette	Professora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

* Autores que apresentaram vinculações institucionais distintas em publicações diferentes

** Autores que estavam vinculados a mais de uma instituição na época da publicação

No total foram encontradas 19 instituições (sendo uma delas não brasileira), às quais os autores estavam vinculados na época das publicações. A Tabela 5 sumariza o número de autores por instituição.

Tabela 5
Número de autores vinculados em cada universidades

Universidades	Número de autores
UFSCAR	12
UFPA	7
UEL	7
USP-SP	6
UFMG	6
UnB	4
UFC	4
UEM	3
UNESP-Bauru	3
PUC-São Paulo	3
PUC-Goiás	2
UNESP-Marília	1
Faculdade Pitágoras	1
U. Porto	1
Unioeste	1
UFBA	1
UFPR	1
FASI	1
FUNORTE	1
Total	65

O número total de autores listados na Tabela 5 ultrapassa os 61 autores descritos na Tabela 3 por dois motivos. Primeiramente, Camila Muchon de Melo e Alexandre Dittrich apresentaram vinculações com instituições diferentes no decorrer de suas publicações: ambos publicaram artigos quando estavam vinculados à UFSCar e, posteriormente, quando publicaram novos trabalhos já estavam vinculados a outras instituições (Camila Muchon de Melo à UEL, e Alexandre Dittrich à UFPR). Em segundo lugar, dois autores apresentaram na época da publicação do artigo vinculações com mais de uma instituição simultaneamente, a

saber, Maria Lucia Dantas Ferrara (USP-SP e PUC-SP) e Júnio Vieira de Rezende (FASI e FUNORTE).

Outra informação que chama atenção é o número expressivo de autores vinculados a algumas instituições. Esse é o caso da UFSCar, com 12 autores. Outras instituições que se destacaram foram a UFPA e a UEL com 7 autores cada uma, a USP-SP e a UFMG com 6 cada uma, a UnB e a UFC com 4 autores vinculados cada uma, e a UEM, a UNESP, e a PUC-SP com 3 vinculações de autores cada uma.

No entanto, esse dado deve ser contextualizado no fato de que mais de um departamento (ou outra unidade administrativa correspondente) de uma mesma instituição figurou entre as publicações. A tabela 6 mostra a relação de departamentos, núcleos e institutos aos quais os autores e autoras estavam vinculados na época das publicações.

Tabela 6
Número de autores vinculados em cada departamento/núcleo/instituto

Departamentos/Núcleos	Número de autores
Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento (UEL)	7
Departamento de Psicologia (UFSCar)	6
Departamento de Psicologia Clínica (USP-SP)	5
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (UFPA)	5
Departamento de Psicologia (UFC)	4
Departamento de Psicologia (UFMG)	3
Departamento de Educação (UFMG)	3
Instituto de Psicologia (UnB)	3
Departamento de Psicologia (UNESP-Bauru)	3
Departamento de Fundamentos Científicos e Filosóficos da Educação (UFSCar)	3
Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências (UFSCar)	3
Departamento de Psicologia (UEM)	3
Departamento de Psicologia (PUC-SP)	3
Departamento de Psicologia (PUC-Goiás)	2

Faculdade de Psicologia (UFPA)	2
Departamento de Administração (UnB)	1
Centro de Educação, Letras e Saúde (Unioeste)	1
Departamento de Psicologia Experimental (USP-SP)	1
Departamento de Filosofia (UNESP- Marília)	1
Departamento de Psicologia da U. Porto	1
Departamento de Psicologia (UFBA)	1
Departamento de Psicologia (UFPR)	1
Graduação em Psicologia (Faculdade Pitágoras)	1
Graduação em Psicologia (FASI)	1
Graduação em Psicologia (FUNORTE)	1
Outros	1
Total	65

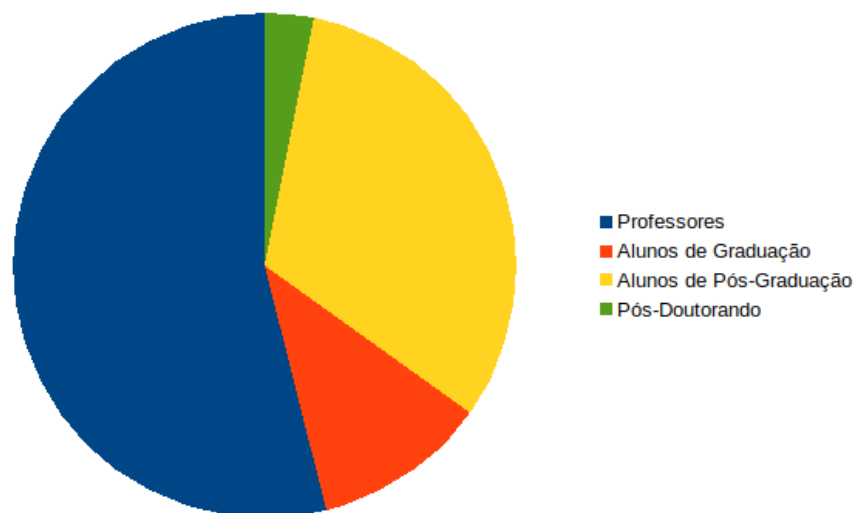
No total foram encontrados 19 departamentos, 1 núcleo, 1 instituto e uma faculdade aos quais os autores estavam filiados na época das publicações. Além disso, foram encontradas 3 graduações, que não estavam explicitamente vinculadas a departamentos, núcleos ou institutos. O departamento com mais autores vinculados foi o de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da UEL, com 7 autores, seguido pelo departamento de Psicologia da UFSCar com 6 autores e os departamentos de Psicologia Clínica da USP-SP. Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento da UFPA abrigaram 5 autores cada. O departamento de Psicologia da UFC contou com 4 autores. Já o Instituto de Psicologia da UnB, os departamentos de Psicologia e de Educação da UFMG, os departamentos de Psicologia da UNESP-Bauru, da UEM e da PUC-SP, bem como o Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências da UFSCar ficaram com 3 autores cada um.

Uma observação deve ser feita em relação ao Departamento de Fundamentos Científicos e Filosóficos da Educação da UFSCar, que também contou com 3 autores. Trata-se de um departamento extinto no final dos anos 1980, que se desdobrou nos departamentos de Filosofia e Metodologia das Ciências, e de Psicologia da UFSCar. Isso indica que a

discussão sobre ética nessa instituição não só é antiga, como tem a peculiaridade de ser transdisciplinar, envolvendo uma relação com a filosofia.

Os departamentos de Educação da UFMG e de Psicologia da PUC-Goiás apresentam 2 autores cada um. As demais graduações e departamentos da tabela apresentam 1 autor. A categoria outros é relacionado a professora Maria Lucia Dantas Ferrara no qual não foi possível averiguar a sua filiação a algum departamento ou unidade administrativa da instituição.

Sobre os departamentos e outras unidades administrativas é possível observar uma divisão na quantidade de autores na UFSCar, entre os departamentos de Psicologia, de Filosofia e Metodologia das Ciências, e o extinto departamento de Fundamentos Científicos e Filosóficos da Educação. Nessa divisão, o departamento de Psicologia apresentou o maior número de autores vinculados, 5 ao total. Vale ressaltar ainda a presença de outros departamentos além dos de psicologia em outras instituições, como o departamento de Educação da UFMG e o Centro de Educação, Letras e Saúde da Unioeste.



Ainda sobre os autores, outra característica a ser destacada é o nível de formação na época da publicações. A Figura 3 sistematiza esses resultados.

Figura 3. Identidade acadêmica dos autores

Como pode ser observado na Figura 4, quando considerados conjuntamente alunos de graduação e pós-graduação, há uma distribuição relativamente equilibrada entre professores (34) e alunos (27) como autores dos artigos analisados. Isso indica que a temática da ética tem sido discutida com relativa frequência em pesquisas em níveis de graduação (iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso) e, principalmente, pós-graduação (mestrado e doutorado). Isso pode indicar a existência de linhas de pesquisa ou de temáticas relacionadas à ética em diferentes programas. Considerando essa possibilidade, a Tabela 7 lista os programas aos quais os autores (professores e alunos) estavam vinculados na época das publicações.

Tabela 7

Programas de pós-graduação relacionados ao número de autores

Programas de pós-graduação	Número de Autores
Pós-Graduação de Análise do Comportamento (UEL)	5
Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (UFPA)	4
Pós-Graduação em Educação (UFMG)	4
Pós-Graduação em Psicologia Clínica (USP-SP)	3
Pós-Graduação em Psicologia (UFSCar)	3
Programa de Pós-Graduação em Filosofia (UFSCar)	3
Programa de Pós-graduação em Ciências do Comportamento (UnB)	2
Pós-Graduação em Educação Especial (UFSCar)	2
Pós-Graduação em Psicologia (UFC)	2
Pós-Graduação em Administração (UnB)	1
Pós-Graduação de Ensino (Unioeste)	1
Pós-Graduação de Psicologia (PUC-Goiás)	1
Pós-Graduação de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem (Unesp- Bauru)	1
Total	32

No total foram identificados 13 programas de pós-graduação relacionado as publicações. Nesse caso, nota-se que o número de autores caiu para 32, o que é justificável pelo fato de que nem todos os autores estarem vinculados a um programa quando o artigo foi publicado.

A pós-graduação que mais apresentou autores foi a de Análise do Comportamento da UEL, com um total de 5 autores. Os programas de Teoria e Pesquisa do Comportamento da UFPA e de Educação na UFMG apresentam 3 autores vinculados na época das publicações. Os programas de pós-graduação em Psicologia Clínica da USP, pós-graduação em Psicologia da USFCar e o Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFSCar apresentam 3 autores cada um na época das publicações. Os programas de Pós-graduação em Ciências do Comportamento da UnB, Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar; Pós-Graduação em Psicologia da UFC apresentaram 2 autores cada um. O restante dos programas apresentam apenas 1 autor vinculado.

Vale destacar que devido a existência de diferentes programas em uma mesma universidade, como é o caso da UFSCar, o total de autores na instituição se distribuiu em três programas diferentes (Educação Especial, Psicologia e Filosofia). Se considerada a soma de autores desses programas de pós-graduação, o número ultrapassa aqueles relativos a outras instituições.

Na análise das instituições, a UFSCar destaca-se não apenas em relação ao número de publicações sobre ética, mas também por ser a universidade com as primeiras publicações sobre o tema, encontradas no início do período de publicação dos artigos na década de 1980, mantendo-se presente por todo o período restante das publicações. Consequentemente, é possível dizer que a UFSCar abriga uma tradição de investigações relacionando ética e Análise do Comportamento.

Além disso, vale ressaltar a representação significativa de autores que estavam na graduação no período das publicações, totalizando 27 autores dos artigos analisados. Isso indica que a temática da ética tem sido alvo recorrente de pesquisas já em nível de graduação. Por fim, em relação aos programas de pós-graduações, aqueles marcadamente voltados para Análise do Comportamento, como é o caso da UEL e da UFPA, apresentaram a maior vinculação de autores ligados aos programas.

4.3. Sobre as revistas

A respeito dos periódicos no qual os artigos foram publicados, a Tabela 8 apresenta o nome dos periódicos, a quantidade de artigos publicados em cada periódico, a quantidade de números publicados por cada periódico e a taxa de publicação de artigos com discussões sobre ética em cada periódico, calculada pela divisão de artigos pelo total de números publicados pelos periódicos.

Tabela 8
Publicação de artigos pelo número de periódicos

Periódicos	Quantidade de artigos que discutem ética encontrados	Total de números publicados	Taxa de publicação de artigos que discutem ética por número da revista
Cadernos de Análise do Comportamento	6	8	0,75
Revista Perspectivas em Análise do Comportamento	4	16	0,25
Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva	9	47	0,19
Psicologia: Teoria e Pesquisa	7	67	0,10

Psicologia: Reflexão e Crítica	5	65	0,07
Psicologia Argumento	1	50	0,02
Revista de Psicologia	1	16	0,062
Arquivos Brasileiros de Psicologia	1	37	0,027
Psicologia: Teoria e Prática	1	42	0,023
Psicologia USP	1	65	0,015
Psicologia: Ciência e Profissão	1	123	0,008

O periódico que apresentou a maior taxa de publicação de artigos que discutiram ética e Análise do Comportamento foi Cadernos de Análise do Comportamento (CAC), com 0,75 artigo por número. O segundo periódico com maior taxa de publicação sobre ética foi Perspectivas em Análise do Comportamento (PAC), com 0,25 artigo por número. O terceiro periódico que mais publicou, considerando a taxa, foi a Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTCC) com 0,19 por número.

Esses três periódicos são específicos de Análise do Comportamento, com a ressalva de que a RBTCC também publica artigos em uma abordagem comportamental-cognitiva. Apenas em quarto lugar aparece um periódico generalista (que publica em diferentes referenciais teóricos da psicologia), a saber, Psicologia: Teoria e Pesquisa, que apresentou uma taxa de publicação de artigos sobre ética e Análise do Comportamento de 0,10 artigo por número. Na quinta posição encontra-se outro periódico generalista, Psicologia: Reflexão e Crítica, com uma taxa de 0,07 artigos por número. O restante dos periódicos apresentam uma taxa bastante reduzida de publicações por número. O periódico que menor taxa de publicação foi Psicologia: Ciência e Profissão com apenas 0,008 artigo por número.

4.4. Sobre os anos das publicações

Os artigos selecionados na pesquisa foram publicados entre 1981 e 2017. O número de artigos sobre ética publicados em cada ano está representada na Figura 3.

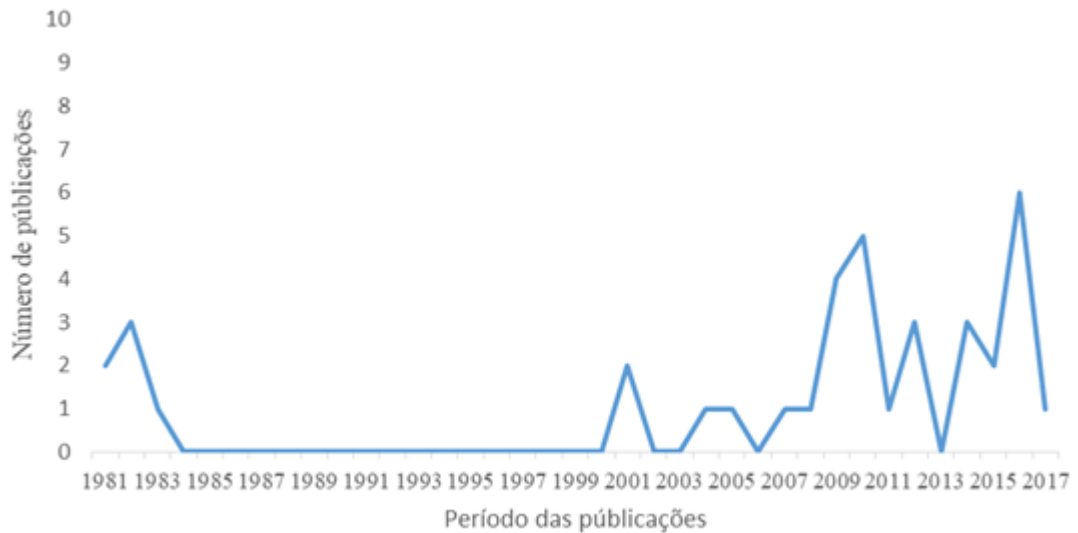


Figura 4. Número de publicações ao longo dos anos

O intervalo de mais de trinta anos de publicação sobre ética, mostra que o tema não é recente na área. Já no primeiro ano de publicação dos artigos selecionados foram encontrados 2 artigos (5,41% do total de artigos), número que aumentou no ano seguinte em uma publicação, totalizando 3 artigos (8,11% do total de artigos). Já no ano de 1983 o número diminuiu para 1 artigo (2,70% do total de artigos). A partir desse ano, segue-se um período de 18 anos sem que nenhum artigo sobre o assunto fosse encontrado, até 2001 com a publicação de 2 artigos seguido por uma ausência de três anos sem publicações, até o ano de 2004, no qual 1 artigo foi encontrado. Nos anos de 2005, 2007, 2008 também pode ser constatado a publicação de 1 artigo.

A partir de 2009 e 2010 há um aumento crescente de publicação de artigos que tratam do tema ética, atingindo 4 artigos em 2009 (10,81%) e 5 artigos em 2010 (13,51% do total dos

artigos). Do ano de 2011 acontece um declínio, com apenas 1 artigo encontrado. No ano de 2012 e 2014 verifica-se um novo aumento com 3 publicações por cada ano. A partir de 2016 o que se verifica é um aumento crescente de publicações, atingindo o maior volume de publicações de todo o período, com 6 artigos (16,22% dos artigos). O número decai em 2017 para 1 artigo, o último ano considerado na pesquisa.

4.5. Sobre os tipos de artigos

Partindo da classificação proposta por Strapasson, Magalhães e Custódio (2013) foi realizada uma categorização dos artigos selecionados como provenientes de pesquisa básica, aplicada ou teórica. A percentagem de cada tipo de pesquisa está representada na Figura 4.

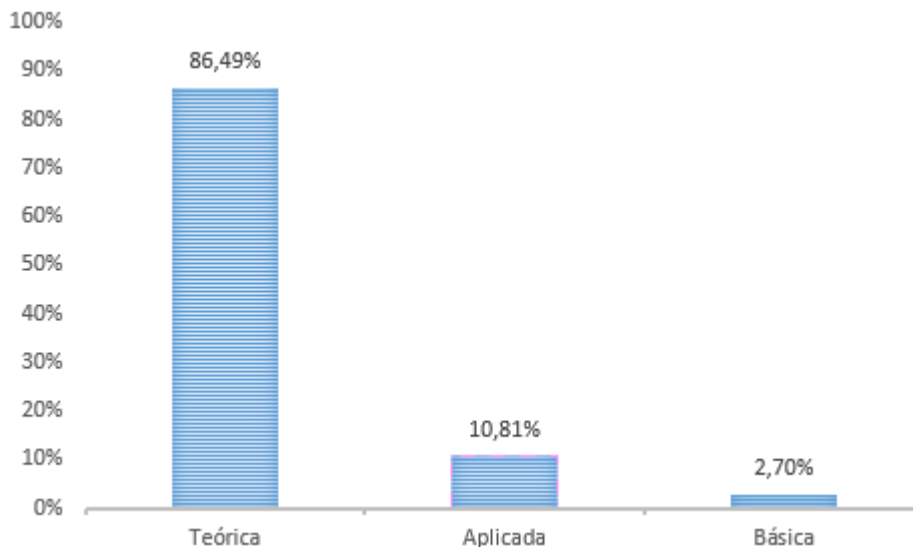


Figura 5. Percentagem de artigos classificados em cada tipo de pesquisa

Dos 37 artigos selecionados, 32 pertencem à categoria de artigos teóricos, o que em percentagem representam 86,49% das publicações. Um total de 4 artigos foram categorizados como de pesquisa aplicada, o que em percentagem equivale 10,81% do total. No caso da pesquisa básica foi encontrado um artigo, totalizando 2,70 % dos artigos encontrados.

4.6. Sobre o conteúdo dos artigos

A análise do conteúdo dos artigos permitiu o estabelecimento de quatro categorias referentes às discussões sobre ética apresentadas. A primeira categoria foi “Ética e atuação profissional”, na qual foram incluídos artigos que discutiram ética nos contextos de atuação do analista do comportamento (e.g. clínica, escola, instituições). A segunda categoria foi “Ética e questões sociais”, que contou com os artigos que apresentaram discussões sobre ética explorando implicações sociais e políticas. A terceira categoria foi “Ética e Análise Experimental do Comportamento, que incluiu artigos que discutiram ética no contexto da pesquisa básica. A última categoria foi “Ética e Questões Conceituais”, na qual foram incluídos artigos que discutiram questões teórico-conceituais na proposta de uma ética comportamentalista. As discussões apresentadas em cada uma das categorias, com menção aos respectivos artigos encontra-se no Apêndice B.

Considerando que alguns dos artigos analisados apresentavam simultaneamente discussões que se enquadravam em mais de uma categoria, foi realizada uma classificação contemplando esse fato por meio de um diagrama de Venn (Figura 6). Com isso, foi possível apresentar toda as intersecções, situando cada um dos artigos.

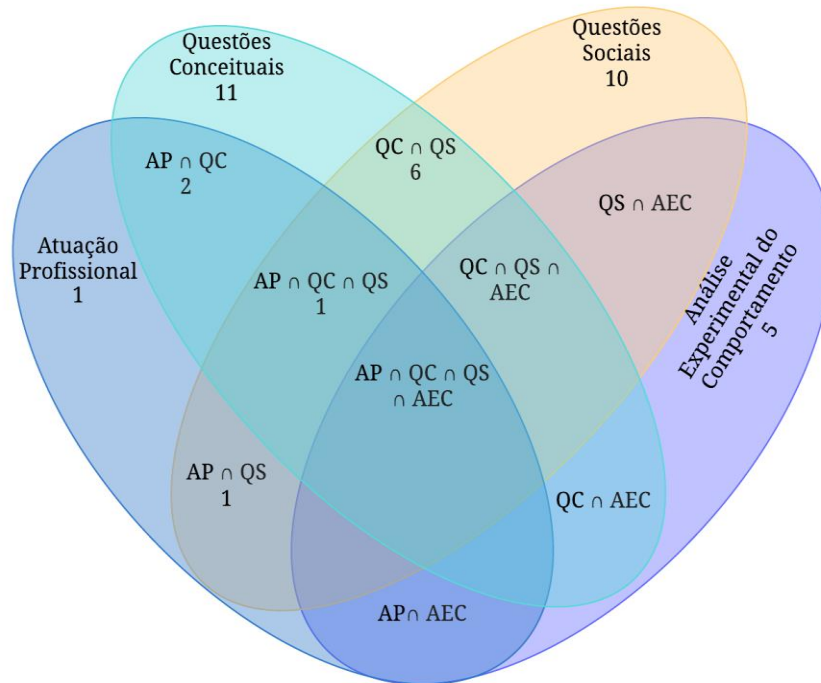


Figura 6. Diagrama de Veen.

Como pode ser observado na Figura 5, apenas 1 artigo foi incluído exclusivamente na primeira categoria (Ética e Atuação Profissional). O artigo em questão foi Cia, Barham e Fontaine (2010).

Em relação à segunda categoria (Ética e Questões Sociais), 10 artigos foram classificados exclusivamente nessa categoria. São eles: Luna (1981); Botomé (1982); Todorov (1982); Ueda, Portos e Vasconcelos (2010); Carvalho Neto, Alves e Baptista, (2007); Cunha e Tourinho (2010); Fornazari e Ferreira (2010); Fernandes e Rezende (2016); Carrara (2016); Martins, Carvalho Neto e Mayer (2017).

Na terceira categoria (Ética e Análise do Experimental do Comportamento) foram considerados 5 artigos. São eles: Ferrara (1982); Cirino, Miranda, Gonçalves, Miranda, Viera

e Nascimento (2010); Cunha e Tourinho (2010); Miranda, Gonçalves, Miranda e Cirino, (2011); Gomes e Tourinho (2016).

No tocante à quarta categoria (Ética e Questões Conceituais), foram encontrados 11 artigos classificados com exclusividade: Prado Jr. (1981); Viega e Vandenberghe (2001); Ferreira e Carrara (2009); Zilio e Carrara (2009); Del Prette e Del Prette (2010); Dittrich, (2010); Laurenti, (2012); Melo e de Rose (2012); Carvalho, Silva, Kienen & Melo, (2014); Castro e de Rose (2015); Meneses, Holanda, Ximenes e Santos (2016).

A respeito dos artigos que apresentaram mais de um tipo de discussão sobre ética, 2 artigos discutiram questões sobre ética envolvendo a atuação profissional, bem como questões conceituais na Análise do Comportamento: Watrin e Cnaan (2015); Assaz, Vartanian, Aranha, Oshiro & Meyer, (2016). O artigo de Williams (1983) relaciona a discussão de ética a questões sociais e atuação profissional. Vandenberghe (2005) apresentou discussões sobre atuação profissional, questões sociais e questões conceituais. A intersecção entre as categorias “Ética e atuação profissional”, “Ética e questões sociais” e “Ética e questões conceituais” aponta que a discussão profissional raramente está apartada de outras questões.

Os 6 artigos restantes que pertencem a mais de uma categorias apresentaram discussões tanto sobre questões conceituais quanto sobre questões sociais. Os artigos em questão foram: Abib (2001); Abib & Dittrich (2004); Dittrich (2008); Bogo e Laurenti (2012); Dittrich (2016); Morais, Melo e Souza (2016).

Por fim, todos os artigos incluídos na categoria “Ética e Análise Experimental do Comportamento” não apresentaram intersecções com discussões pertencentes às outras categorias.

5. Discussão

É possível destacar alguns pontos específicos em relação aos dados obtidos nesta pesquisa. Em primeiro lugar, o isolamento da terceira categoria (Ética e Análise Experimental do Comportamento) pode sugerir que as pesquisas em Análise Experimental do Comportamento ainda sofrem influência do pensamento moderno. Os artigos incluídos nessa categoria mencionaram a ética em um campo de descobertas factuais, sem um envolvimento de outras categorias, principalmente de questões sociais, que o pensamento moderno considera como parte exclusiva do campo dos valores.

Em segundo lugar, alguns pontos aparecem com regularidade nos artigos incluídos em certas categorias. Por exemplo, na categoria “Ética e questões sociais”, o behaviorista estadunidense James G. Holland foi mencionado em vários artigos em diferentes épocas. A principal discussão envolvendo Holland foi sua denúncia sobre a estratificação social e a desigualdade inerente de uma sociedade embasada em um modelo político-econômico capitalista. Embora analistas do comportamento sejam muitas vezes responsáveis pela manutenção desse modelo desigual, Holland argumenta que a Análise do Comportamento seria uma teoria de esquerda, que poderia instrumentalizar aqueles interessados em uma transformação social voltada para eliminação ou diminuição da desigualdade social.

Esse posicionamento ético-político de Holland apareceu em artigos de analistas do comportamento já na década de 1980 como é o caso de Botomé (1982) e Williams (1983). No entanto, a discussão de Holland também pode ser observada em períodos recentes, nos artigos de Bogo e Laurenti (2012), Carrara (2016) e Fernandes e Rezende (2016). Esses dois últimos artigos foram publicados em um número especial da Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva sobre as discussões ético-políticas de Holland, o que evidencia que o autor ainda é uma referência na área.

Outro tema recorrente na segunda categoria foram as discussões do papel das agências de controle. Os artigos de Vandenberghe (2005), Carvalho Neto, Alves e Baptista (2007), Dittrich (2008), Fornazari e Ferreira (2010), Ueda, Portos e Vasconcelos (2014), Morais, Melo e Souza (2016), Dittrich (2016), Martins, Carvalho Neto e Mayer (2017) destacam o papel de grupos organizados, instituições e órgãos capazes de ter controle sobre os reforçadores e punidores e como essas consequências são distribuídas. O artigo de Carvalho Neto, Alves e Baptista (2007) destaca-se por vincular a ética a um tipo de controle específico das agências: as agências de controle seriam capazes de orientar os sujeitos a defender certos tipos de valores e combater outros. A presença de múltiplas agências com diferentes propósitos ou causas, ajudaria também a estabelecer um conflito moral e ético, pois, o que é defendido por uma agência como um valor, em outra agência pode ser visto como imoral.

A ideia de um conflito proporcionado por agências de controle é também um ponto discutido por Vandenberghe (2005), com destaque para o papel da psicoterapia. O autor destaca que a terapia e, conseqüentemente, o terapeuta constituem um agência controladora, que pode ir contra outras agências, ou alinhar seu valores a elas, a depender das relações de reforçadores estabelecidas.

Em relação a categoria “Ética e atuação profissional” destaca-se questões relacionadas à educação especial (Williams, 1983), à educação em geral (Cia, Barham e Fontaine, 2010), e à clínica comportamental (Assaz, Vartanian, Aranha, Oshiro & Meyer, 2016; Vandenberghe, 2005; Watrin & Canaan, 2015). As discussões versaram basicamente sobre a importância de garantir uma atuação ética nesses contextos. Entre os três contextos de atuação profissional mencionados, a clínica foi abordada por mais trabalhos, contemplando a discussão de questões éticas, tais como: o papel dos valores do terapeuta e a crítica a neutralidade (Watrin & Canaan, 2015), o comportamento de valorar na clínica comportamental (Assaz, Vartanian,

Aranha, Oshiro, & Meyer, 2016), e a proposta de uma ética comportamentalista para terapeutas (Vandenberghe, 2005).

Na categoria “Ética e questões conceituais” foi recorrente a menção a uma ética específica na teoria skinneriana. A ética skinneriana seria orientada pelo modelo de seleção pelas consequências: os níveis de variação e seleção estariam relacionados a tipos de consequências, que, por sua vez, seriam considerados valores por Skinner. Assim, em uma ética skinneriana os valores, ou os bens, seriam três: os valores próprios, os valores dos outros e o bem (ou valor) da cultura. Em uma ordem cronológica, Abib (2001) foi o primeiro artigo encontrado a mencionar uma ética skinneriana, seguidos por Dittrich e Abib (2004); Zilio e Carrara (2009); Melo e de Rose (2012); Bogo e Laurenti (2012); Carvalho, Silva, Kienen e Melo (2014); Watrin e Cannan (2015); Meneses, Holanda, Ximenes e Santos (2016); Castro e de Rose (2015); Morais, Melo e Souza (2016), Dittrich (2016). Vale ressaltar que Zilio e Carrara (2009) discrepam dos outros artigos, indicando o bem-estar como um valor na ética skinneriana.

No tocante as características da ética skinneriana, a relação entre consequências imediatas e postergadas também foi ressaltada por vários autores. A discussão aparece primeiramente com Abib (2001), posteriormente pode ser observada em Dittrich (2008); Dittrich (2010); Del Prette e Del Prette (2010); Melo e de Rose (2012); Bogo e Laurenti (2012); Castro e de Rose (2015); Carvalho, Silva, Kienen e Melo (2014); Castro e de Rose (2015); Meneses, Holanda, Ximenes e Santos (2016); Morais, Melo e Souza (2016); Dittrich (2016).

O planejamento cultural também foi uma característica fortemente relacionada à teoria ética de Skinner. Os autores que discutiram a relação entre planejamento cultural e ética foram, em ordem cronológica: Abib (2001); Dittrich e Abib (2004); Vandenberghe (2005); Dittrich (2008); Melo e de Rose (2012); Bogo e Laurenti (2012); Meneses, Holanda, Ximenes

Santos (2016); Carvalho, Silva, Kienen Melo (2014); Castro e de Rose (2015); Morais, Melo e Souza (2016); Dittrich (2016).

Ainda em relação a noção de uma ética skinneriana foi comum entre os artigos a distinção entre descrição e prescrição. A descrição seria o campo de explicação do porquê algo é um valor, ou porque as pessoas defendem certos valores. Já a prescrição compreenderia o valor que Skinner estaria defendendo como mais importante ou fundamental em sua proposta de ética. De modo geral, os artigos convergem em mencionar a sobrevivência da cultura como esse valor prescritivo fundamental. O primeiro artigo a mencionar essa distinção entre descrição e prescrição em uma ética skinneriana foi Dittrich e Abib (2004), contudo essa categorização também apareceu em: Vandenberghe (2005); Sampaio (2005); Zilio e Carrara (2009); Dittrich (2010); Carvalho, Zuliani, Kienen e Melo, (2015); Castro e de Rose (2015); Meneses, Holanda, Ximenes e Santos (2016); Morais, Melo e Souza (2016); Carrara (2016); Dittrich (2016).

A diferença entre uma dimensão descritiva e uma prescritiva parece ser um posicionamento que se aproxima das características modernas de ciência presente em textos skinnerianos (Laurenti, 2012). A ideia de uma “ciência dos valores”, capaz apenas de descrever, eliminando qualquer juízo de valor do analista do comportamento, parece ser ainda uma herança moderna que não apenas separa fatos de valores como acaba privilegiando os primeiros em relação aos últimos. Já na prescrição skinneriana, estaria o que se deveria fazer com a Análise do Comportamento, nesse ponto a neutralidade seria colocada de lado para se assumir uma postura ética, com a defesa da sobrevivência das culturas.

O artigo de Zilio e Carrara (2009) parece favorecer essa interpretação, declarando diretamente que uma coisa é falar sobre uma ‘ciência dos valores’, que estuda valores sem qualquer comprometimento com eles, outra questão é falar de prescrições, quando Skinner estaria elegendo e defendendo valores. Nesse ponto, Zilio e Carrara (2009) ampliam a

dimensão prescritiva, incluindo os valores de sobrevivência da espécie, bem-estar, sobrevivência dos indivíduos e sobrevivência da cultura. Além disso, esses autores mencionam um conflito sobre os dois últimos valores, considerando que uma moral skinneriana (que seria diferente de uma ciência do comportamento) deixaria em aberto a escolha entre a sobrevivência dos indivíduos e a sobrevivência das culturas.

Existem ainda algumas diferenças quanto a defesa da sobrevivência da cultura como valor prescritivo. No caso de Abib (2001), embora ele fale de sobrevivência da cultura como um valor da ética skinneriana, isso não aparece no contexto da distinção entre descrição e prescrição; o mesmo pode ser dito sobre Bogo e Laurenti (2012), que não se comprometem com a distinção descrição-prescrição.

Além disso, os artigos de Abib (2001), Laurenti (2012) e Bogo e Laurenti (2012) discutem questões éticas skinneriana com mais afinidade com uma “ciência pós-moderna”. Um exemplo é a defesa de que a ciência é uma consequência direta ou indireta dos esforços dos cientistas, o que obrigaria à conclusão de que os cientistas não estão livres dos seus valores. Conseqüentemente, a ciência e os cientistas estariam irremediavelmente envolvidos não apenas com interesses próprios, mas com questões sociais e culturais.

Sobre características modernas e pós-modernas encontradas em uma ética skinneriana, um ponto político pode ser observado. Alegar que o analista do comportamento ao fazer uma ética descritiva não está se envolvendo com valores próprios, abre espaço para o argumento da neutralidade política. Nesse contexto, o analista do comportamento parece ser apenas um descritor de contingências, que as analisa sem juízo de valor. Os problemas sociais, por outro lado, seriam de responsabilidade de quem “participa” das contingências, como os políticos, os empresários, e os demais grupos envolvidos com os valores. Paradoxalmente, as análises comportamentais de Holland sobre o uso e distribuição de reforçadores pela elite nos Estados

Unidos parece sugerir que a dicotomia moderna, que separa fato de valor, ciência de política, e fortalece a noção de neutralidade, pode ajudar na manutenção do *status quo* na sociedade.

Entender a Análise do Comportamento não pode ser dissociada de valores, tal como sugere uma visão pós-moderna de ciência, obriga o analista do comportamento a ser ético e politicamente responsável por suas descobertas (Laurenti, 2012). Vale ressaltar que esse tipo de discussão não é propriamente nova na área, uma vez que na década de 1980 os artigos de Luna (1981), Prado Jr. (1981) e Todorov (1982) já tinham abordado essa questão. O fato dessa discussão ainda aparecer em artigos atuais sugere que a questão da neutralidade ainda não foi completamente resolvida na área.

5. Considerações Finais

Esta pesquisa teve o objetivo de construir um panorama das discussões sobre ética na literatura de analítico-comportamental brasileira. Para tanto buscou-se explicitar os autores que publicaram sobre ética, as instituições às quais eles estavam vinculados na época das publicações, os periódicos em que foram publicados os artigos, o período das publicações, os tipos de artigos e as temáticas abordadas por eles.

As primeiras publicações encontradas foram na década de 1980, no primeiro periódico específico de Análise do Comportamento no Brasil: o Cadernos de Análise do Comportamento (CAC). Os autores dos artigos analisados nesse período inicial estavam vinculados a quatro universidades: PUC-SP, USP-SP, UnB e UFSCar. Dessas, a UFSCar se destaca como a universidade com continuou abrigando um número significativo de autores que publicaram trabalhos sobre ética e Análise do Comportamento durante todo o período de publicações considerado pela pesquisa (1981 a 2017).

Sobre o período de publicação é ainda possível observar uma ausência de publicações após o ano de 1983, que durou 18 anos. Essa ausência não pode ser justificada por nenhuma

característica encontrada nas publicações, contudo, uma hipótese é a ausência de periódicos específicos de Análise do Comportamento (o CAC foi extinto em 1986 e a RBTCC publicou o primeiro número em 1999). Essa hipótese ganha força na medida em que a taxa de publicação foi maior em periódicos específicos.

A partir das publicações de 2001, pode ser constatado uma certa regularidade no número de publicações que abordaram ética, o que aponta que a temática tem sido constante na literatura analítico comportamental nacional. O artigo que cronologicamente inaugura esse segundo momento de discussão sobre ética na Análise do Comportamento brasileira foi Abib (2001). Esse artigo foi também o precursor de muitas das temáticas que passaram a ser alvo de análise desde então. Um exemplo foi a noção de de uma ética skinneriana, assentada no modelo de seleção pelas consequências. Para além da proposta estritamente skinneriana, outras propostas também foram consideradas, embora com menos frequência. Esse é o caso de uma discussão dos valores na Teoria das Molduras Relacionais (RFT), dos valores relacionados às operações estabelecedoras de Leigland, e da concepção de escolhas e valores de Bonow e Follete. (Watrín & Canaan, 2015; Assaz, Vartanian, Aranha, Oshiro & Meyer, 2016)

Os dados encontrados nesta pesquisa acompanham os resultados de Strapasson, Magalhães e Custódio (2013), que encontraram um predomínio de pesquisas teóricas em revistas especializadas de Análise do Comportamento brasileiras (RBTCC, REBAC e PAC). A maioria dos artigos sobre ética encontrados foram decorrentes de pesquisas teóricas, seguidas por pesquisas aplicadas e, por fim, por pesquisas básicas.

O material foi classificado em quatro categorias, relacionadas às discussões sobre ética encontradas (Ética e atuação profissional; Ética e questões sociais; Ética e Análise Experimental do Comportamento; Ética e questões conceituais). Embora vários artigos tenham apresentado discussões com intersecções entre diferentes categorias, a maioria dos

artigos participou da quarta categoria. Nessa categoria, o tema abordado de modo mais recorrente foi a noção de uma ética skinneriana, cujas características mais marcantes seria: i) uma relação direta com o modelo de seleção pelas consequências; ii) a indicação de três tipos de valores ou bens (pessoais, dos outros e da cultura); iii) a distinção entre dimensões descritiva e prescritiva; iv) os problemas advindos da relação entre consequências imediatas e postergadas; v) o planejamento cultural.

Na categoria “Ética e atuação profissional” foram identificadas discussões relacionadas a educação especial, ao contexto de educação em geral e ao contexto clínico. Nesse caso, o contexto clínico foi o que predominou, com artigos explicitamente voltados para a discussão da atuação do terapeuta na clínica psicoterápica.

Na categoria “Ética e questões sociais”, os temas mais comuns foram a menção às críticas sociais do behaviorista James G. Holland, a relação entre agências de controle e ética, algumas relações entre a ética skinneriana e política.

Na categoria “Ética e Análise Experimental do Comportamento”, questões relacionadas ao laboratório, a operacionalização em termos experimentais dos fenômenos éticos e o uso de animais em laboratório foram as temáticas que apareceram. O fato dos artigos dessa categoria não apresentarem interseções pode ser um resquício de características modernas vigentes nessa área, trabalhando ainda com a concepção de uma separação entre fatos científicos e valores éticos. Essa interpretação parece ganhar força com a constatação da recorrente distinção entre descrição e prescrição nas discussões de ética na literatura analisada.

Por fim, vale ressaltar a necessidade de que futuras pesquisas sobre o assunto coloquem em perspectiva os resultados obtidos. Primeiramente, seria interessante incluir na análise da literatura nacional outros materiais, como capítulos de livros, sobretudo aqueles publicados na coleção “Sobre Comportamento e Cognição”. Isso porque, por muito tempo,

essa coleção retratou boa parte das temáticas abordadas por analistas do comportamento brasileiros, e que nem sempre culminavam em artigos em periódicos. Em segundo lugar, uma análise da literatura estrangeira também poderia complementar o trabalho, na medida em que permitiria uma avaliação mais clara de peculiaridades da produção nacional.

Referências

- Abib, J. A. D. (1998). Behaviorismo radical e discurso pós-moderno. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 15(3), 237-247.
- Abib, J. A. D. (2008). Ensaio sobre desenvolvimento humano na pós-modernidade. *Psicologia em Estudo*, 13(3), 417-427.
- Abib, J. A. D. (2001). Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 427-433.
- Assaz, D. A., Vartanian, J. F., Aranha, A. S., Oshiro, C. K. B., & Meyer, S. B. (2016). Valores sob a perspectiva analítico-comportamental: Da teoria à prática clínica. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(3), 30-40.
- Bogo, A. C. & Laurenti, C. (2012). Análise do comportamento e sociedade: implicações para uma ciência dos valores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(4), 956-971.
- Botomé, S. P. (1982). Determinação do comportamento e intervenção social a contribuição da análise do comportamento. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 1(3), 30-69.
- Carrara, K. (2015). *Uma ciência sobre "coisa" alguma: Relações funcionais, comportamento e cultura*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Carrara, K. (2016). Ecos da “revolução de Holland” na contemporaneidade: práticas culturais, ética e compromisso social. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, XVIII(n.esp.), 84-94.
- Carvalho, G. D. S., Zuliani, S., Kienen, N., & Melo, C. M. De. (2014). Implicações éticas na proposição de comportamentos-objetivo a partir da perspectiva behaviorista radical. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 5(1), 93-105.
- Castro, M. S. L. B., & de Rose, J. C. C. de. (2015). O conflito ético e sua solução no behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 17(2), 46-51.

- Cia, F., Barham, E. J., & Victorine Fontaine, A. M. G. (2010). Impactos de uma intervenção com pais: O desempenho acadêmico e comportamento das crianças na escola. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 533–543.
- Cirino, S. D., Miranda, R. L., Gonçalves, A. L., Miranda, J. J. De, Vieira, R. D., & Nascimento, S. S. (2010). Refletindo sobre o laboratório didático de análise do comportamento. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 1(1), 15–27.
- Costa, C. T. (2009). *Ética, jornalismo e a nova mídia: Uma moral provisória*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Coutinho, G. A. (2009). A ética ambiental na sociedade contemporânea. *Revista Eletrônica Direto e Política*, 4(1), 160-178.
- Carvalho Neto, M. B., Alves, A. C. P., & Baptista, M. Q. G. (2007). A “consciência” como um suposto antídoto para a violência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(1), 27–44.
- Del Prette, Z. A. P. & Del Prette, A. (2010). Habilidades sociais e análise do comportamento: Proximidade histórica e atualidades. *Revista Perspectivas em análise do comportamento*, 1(2), 104–115.
- Dittrich, A. (2008). Sobrevivência ou Colapso? B. F. Skinner, J. M. Diamond e o Destino das Culturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 252–260.
- Dittrich, A. (2010). Análise de consequências como procedimento para decisões éticas. *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*, 1(1), 44–54.
- Dittrich, A. (2016). Ecologia e economia: problemas éticos contemporâneos a partir de um ponto de vista behaviorista radical. *Psicologia USP*, 27(3), 450–458.
- Dittrich, A., & Abib, J. A. D. (2004). O sistema ético skinneriano e consequências para a prática dos analistas do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 427–433.
- Fernandes, D. M., & Rezende, J. V. de. (2016). Da denúncia ao compromisso: servirão os princípios revolucionários para os comportamentalistas? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, XVIII(n.esp), 40–51.
- Ferrara, M. L. (1982) Pesquisa de laboratório: Uma alternativa? *Cadernos de Análise do Comportamento*, 1(2), 39-43.
- Fornazari, S. A., & Ferreira, R. E. R. (2010). Religiosidade / espiritualidade em pacientes oncológicos: qualidade de vida e saúde. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(2), 265–272.

- Frajácomo Ferreira, M. F., & Carrara, K. (2009). Implicações do conceito de cidadania de professores sobre comportamentos pró-éticos de estudantes. *Psicologia Argumento*, 27(58), 219–229.
- Gomes, H. C. R., & Tourinho, E. Z. (2016). Metacontingências de autocontrole ético: Efeitos do aumento da magnitude de reforço. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(4), 1–8.
- Gontijo, E. D. (2006). Os termos 'Ética' e 'Moral'. *Mental*, 4(7), 127-135.
- Laurenti, C. (2012). O lugar da análise do comportamento no debate científico contemporâneo. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 28(3), 367- 376.
- Luna, V. S. (1981) Compromisso social: Opção do analista do comportamento ou elemento constituinte da contingência. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 1(1), 13-19.
- Marchezini-Cunha, V., & Tourinho, E. Z. (2010). Assertividade e autocontrole: interpretação analítico-comportamental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(2), 295–304.
- Marcondes, D. (2007). *Textos básicos de ética: Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Marcuse, H. (2009). A responsabilidade da ciência. *Scientiae Studia*, 7(1), 159-164.
- Mariconda, P. R. (2006) O controle da natureza e as origens da dicotomia fato e valor. *Scientiae Studia*, 4(3), p.453-472.
- Martins, P. C. (2011). A ética na antiguidade: clássica as contribuições dos filósofos gregos. *Revista Científica Eletrônica de Pedagogia*, 9(18) n.d.
- Martins, T. E. M., Carvalho Neto, M. B. de, & Mayer, P. C. M. (2017). Walden Two: uma sociedade utópica não aversiva? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(1), 78–93.
- Melo, C. M. de, & Rose, J. C. C. de. (2012). Sobrevivência das culturas em Skinner: Um diálogo com o materialismo cultural de Harris. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 119–128.
- Melo, C. M., & Castro, M. S. L. B. (2015). O conceito de sobrevivência das culturas e suas implicações para uma ética skinneriana. In: C. Laurenti & C. E. Lopes (Orgs.), *Cultura, Democracia e Ética: Reflexões Comportamentalistas* (pp. 47-75). Maringá: Eduem.
- Meneses, O. G., Holanda, L. C., Ximenes, V. M., & Santos, W. S. (2016). Interloquções entre a psicologia analítica-comportamental e da libertação: Algumas contribuições de Skinner e Martín-Baró. *Revista de Psicologia*, 7(2), 87–98

- Miranda, J. J. de, Gonçalves, A. L., Miranda, R. L., & Cirino, S. D. (2011). Ética em experimentação animal: Reflexões sobre o laboratório didático de Análise do Comportamento. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13(1), 198–212.
- Morais, A. O. de, Melo, C. M. de, & Souza, S. R. de. (2016). Uma análise da ética esportiva a partir do behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(3), 41–57.
- Moxley, R. A. (1999). Two Skinners, modern and postmodern. *Behavior and Philosophy*, 27, 97-125.
- Moxley, R. A. (2001). The modern/postmodern context of Skinner’s selectionist turn in 1945. *Behavior and Philosophy*, 29, 121-153.
- Moxley, R. A. (2006). B. F. Skinner’s other Positivistic book: Walden Two. *Behavior and Philosophy*, 34, 19-37.
- Pedro, A. P. (2014). Ética, moral, axiologia e valores: Confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. *Kriterion: Revista de Filosofia*, 55(130), 483-498.
- Peppe, A. M. (2017). Ética e política: Encontro possível e necessário. *Annales*, 2(2), 55-65.
- Pimenta, C. (2017). *Racionalidade, ética e economia*. (3ª Ed). São Paulo: Almedina.
- Prado Jr, B, (1981) Algumas considerações sobre o behaviorismo. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 1(1), 29-34.
- Rachels, J., & Rachels, S. (2013). *Os elementos da filosofia moral*. (Trad. D. J. V. Dutra) (7ª Ed). Porto Alegre: AMGH. (Original publicado em 2006).
- Sampaio, A. A. S. (2005). Skinner: sobre ciência e comportamento humano. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(3), 370–383.
- Strapasson, B. A., Magalhães, F. G. & Custódio, J. K (2013). Comunicação Entre a pesquisa básica, aplicada e teórica na análise do comportamento no Brasil: Uma análise bibliométrica. *Interação em Psicologia*, 17(1), 117-128.
- Todorov, J. C. (1982) Behaviorismo e Análise do Comportamento. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 1(3), 10-23.
- Todorov, J. C., Martone, R. C., & Moreira, M. B. (2005). *Metacontingências: Comportamento, cultura e sociedade*, Santo André: ESETEc

- Trevisan, R. Ética. (2008). In: *Michaelis: Moderno dicionário da língua portuguesa*. (p. 908). São Paulo: Melhoramentos.
- Ueda, M. H., Porto, R. B., & Vasconcelos, L. A. (2014). Publicidade de alimentos e escolhas alimentares de crianças. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(1), 53–61.
- Valls, A. L. M. (1994). *O que é ética*. (9ª Ed). São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1986).
- Vandenberghe, L. (2005). Uma ética behaviorista radical para a terapia comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7(1), 55–66.
- Viega, M., & Vandenberghe, L. (2001). Behaviorismo: reflexões acerca da sua epistemologia. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3(2), 9-18.
- Watrin, J. P., & Canaan, S. (2015). Valores do terapeuta na clínica analítico comportamental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(4), 519–527.
- Williams, L (1983) Análise do comportamento e consultoria em organizacionais para o excepcional no Brasil: Para quem, porque e como. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 1(5), 32-52.
- Zilio, D., & Carrara, K. (2009). B. F. Skinner: Teórico da ciência e teórico da moral? *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(2), 1–12.

Apêndices
Apêndice A
Lista dos artigos analisados

1. Assaz, D. A., Vartanian, J. F., Aranha, A. S., Oshiro, C. K. B., & Meyer, S. B. (2016). Valores sob a perspectiva analítico-comportamental: Da teoria à prática clínica. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(3), 30–40.

2. Abib, J. A. D. (2001). Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 427-433.
3. Bogo, A. C. & Laurenti, C. (2012). Análise do comportamento e sociedade: implicações para uma ciência dos valores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(4), 956-971.
4. Botomé, S. P. (1982). Determinação do comportamento e intervenção social a contribuição da análise do comportamento. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 1(3), 30-69.
5. Carrara, K. (2016). Ecos da “revolução de Holland” na contemporaneidade: práticas culturais, ética e compromisso social. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, XVIII, 84–94.
6. Carvalho, G. D. S., Zuliani, S., Kienen, N., & Melo, C. M. De. (2014). Implicações éticas na proposição de comportamentos-objetivo a partir da perspectiva behaviorista radical. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 5(1), 93–105.
7. Cia, F., Barham, E. J., & Victorine Fontaine, A. M. G. (2010). Impactos de uma Intervenção com Pais: O desempenho acadêmico e comportamento das Crianças na escola. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 533–543.
8. Cirino, S. D., Miranda, R. L., Gonçalves, A. L., Miranda, J. J. De, Vieira, R. D., & Nascimento, S. S. (2010). Refletindo sobre o laboratório didático de análise do comportamento. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 1(1), 15–27.
9. de Carvalho Neto, M. B., Alves, A. C. P., & Baptista, M. Q. G. (2007). A “consciência” como um suposto antídoto para a violência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(1), 27–44.
10. Castro, M. S. L. B., & de Rose, J. C. C. de. (2015). O conflito ético e sua solução no behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 17(2), 46–51.
11. Dittrich, A. (2007). Sobrevivência ou Colapso? B. F. Skinner, J. M. Diamond e o Destino das Culturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 252–260.

12. Dittrich, A. (2010). Análise de consequências como procedimento para decisões éticas. *Revista Perspectivas em análise do Comportamento*, 1(1), 44–54.
13. Dittrich, A. (2016). Ecologia e economia: problemas éticos contemporâneos a partir de um ponto de vista behaviorista radical. *Psicologia USP*, 27(3), 450–458.
14. Dittrich, A., & Abib, J. A. D. (2004). O sistema ético skinneriano e consequências para a prática dos analistas do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 427–433.
15. Fernandes, D. M., & Rezende, J. V. de. (2016). Da denúncia ao compromisso: servirão os princípios revolucionários para os comportamentalistas? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, XVIII, 40–51.
16. Ferrara, M. L. (1982) Pesquisa de laboratório: Uma alternativa? *Cadernos de análise do Comportamento*, 1(2), 39-43.
17. Fornazari, S. A., & Ferreira, R. E. R. (2010). Religiosidade / espiritualidade em pacientes oncológicos: qualidade de vida e saúde. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(2), 265–272.
18. Frajácómo Ferreira, M. F., & Carrara, K. (2009). Implicações do conceito de cidadania de professores sobre comportamentos pró-éticos de estudantes. *Psicologia Argumento*, 27(58), 219–229.
19. Meneses, O. G., Holanda, L. C., Ximenes, V. M., & Santos, W. S. (2016). Interloquções entre a psicologia analítica-comportamental e da libertação: Algumas contribuições de Skinner e Martín-Baró. *Revista de psicologia*, 7(2), 87–98.
20. Gomes, H. C. R., & Tourinho, E. Z. (2016). Metacontingências de autocontrole ético: Efeitos do aumento da magnitude de reforço. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(4), 1–8.
21. Prado Jr, B, (1981) Algumas considerações sobre o behaviorismo. *Cadernos de análise do Comportamento*, 1(1), 29-34.
22. Laurenti, C. (2012). O lugar da Análise do Comportamento no debate científico contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 367–376
23. Marchezini-Cunha, V., & Tourinho, E. Z. (2010). Assertividade e autocontrole: interpretação analítico-comportamental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(2), 295–304.
24. Martins, T. E. M., Carvalho Neto, M. B. de, & Mayer, P. C. M. (2017). Walden Two: uma sociedade utópica não aversiva? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e*

- Cognitiva* 19(1), 78–93.
25. Melo, C. M. de, & Rose, J. C. C. de. (2012). Sobrevivência das culturas em Skinner: Um diálogo com o materialismo cultural de Harris. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 119–128.
 26. Miranda, J. J. de, Gonçalves, A. L., Miranda, R. L., & Cirino, S. D. (2011). Ética em experimentação animal: Reflexões sobre o laboratório didático de Análise do Comportamento. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13(1), 198–212.
 27. Moraes, A. O. de, Melo, C. M. de, & Souza, S. R. de. (2016). Uma análise da ética esportiva a partir do behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(3), 41–57.
 28. Del Prette, Z. A. P. & Del Prette, A. (2010). Habilidades sociais e análise do comportamento: Proximidade histórica e atualidades. *Revista Perspectivas em análise do comportamento*, 1(2), 104–115
 29. Sampaio, A. A. S. (2005). Skinner: sobre ciência e comportamento humano. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(3), 370–383.
 30. Todorov, J. C. (1982) Behaviorismo e Análise do Comportamento. *Cadernos de análise do Comportamento*, 1(3), 10-23.
 31. Ueda, M. H., Porto, R. B., & Vasconcelos, L. A. (2014). Publicidade de alimentos e escolhas alimentares de crianças. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(1), 53–61.
 32. Vandenberghe, L. (2005). Uma ética behaviorista radical para a terapia comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7(1), 55–66.
 33. Luna, V. S. (1981) Compromisso social: Opção do analista do comportamento ou elemento constituinte da contingência. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 1(1), 13-19
 34. Viegas, M., & Vandenberghe, L. (2001). Behaviorismo: reflexões acerca da sua epistemologia. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3(2), 9-18.
 35. Watrin, J. P., & Cnaan, S. (2015). Valores do terapeuta na clínica analítico comportamental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(4), 519–527.
 36. Williams, L (1983) Análise do comportamento e consultoria em organizacionais para o excepcional no Brasil: Para quem, por que e como. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 1(5), 32-52.
 37. Zilio, D., & Carrara, K. (2009). B. F. Skinner: Teórico da ciência e teórico da moral?

Arquivos Brasileiros de Psicologia, 61(2), 1–12.

Apêndice B

Discussões apresentadas em cada categoria

I) Ética e Atuação Profissional

Nesta categoria foram incluídos artigos que discutem ética nos contextos de atuação do analista do comportamento (e.g. clínica, escola, instituições). Cinco artigos foram considerados como pertencentes a esta categoria: Williams (1983); Vandenberghe (2005); Cia, Barham e Fontaine (2010); Watrin e Canaan (2015); Assaz, Vartanian, Aranha, Oshiro & Meyer, (2016);

O primeiro artigo considerado nessa categoria discute a intervenção proposta pela Análise do Comportamento em instituições de educação especial. Nesse contexto, Williams (1983) enumerou seis formas de ser agir mais eticamente em intervenções comportamentais em contexto educacionais especiais: i) todas as intervenções devem ser proposta em modelos de técnicas consideradas positivas e não negativas, quando algo deve ser mudado na instituição; ii) esclarecimento a todos os participantes da instituição do conhecimento, métodos e objetivos da intervenção com a capacidade de aceitação ou recusa de tais procedimentos; iii) deixar completamente claro porque é preciso modificar algum comportamento; iv) tentar todas alternativas possíveis antes de partir diretamente para a mudança de comportamento almejada e somente fazer essa alteração com a concordância dos membros do grupo; v) garantir que todos os assuntos morais relacionados a mudança comportamental sejam explicitamente discutidos; vi) a mudança comportamental deve guiar os indivíduos a terem ações próprias e ações de cunho pessoal e social (Williams, 1983).

O segundo artigo discute um posicionamento ético dos analistas do comportamento frente a problemas na escola. Segundo Cia, Barham e Fontaine (2010) destacam um aumento de algumas queixas no contexto escolar, tais como violência e baixo desempenho escolar. As autoras argumentam que o enfrentamento dessas questões exige o envolvimento dos pais, que,

geralmente, não estão preparados para lidar tais problemas – eles não têm um repertório adequado para estabelecer nas crianças comportamentos adequados:

De fato, déficits nas habilidades necessárias para a manutenção da disciplina, no acompanhamento dos filhos, no uso adequado do reforço positivo, no emprego eficaz das técnicas de solução de problemas e na comunicação aberta podem colocar ambos os pais dentro da zona de alto risco de fracasso, em relação ao seu desempenho na educação e nos cuidados dos filhos. (p. 534)

A dificuldade dos responsáveis cria a necessidade de programas de intervenção voltados para a interação entre pais e filhos, visando o manejo de comportamentos-problema no contexto escolar. Esses programas de intervenção ajudaria os pais em suas responsabilidades éticas, definidas como a capacidade de educar os filhos, de garantir a promoção da saúde das crianças, de garantir para os filhos habilidades para lidar com os contextos sociais (Cia, Barham & Fontaine, 2010).

O terceiro artigo enquadrado nessa categoria discute a ética no contexto da atuação clínica. Vandenberghe (2005) propõem que a terapia comportamental desenvolva uma ética de acordo com os pressupostos filosóficos do behaviorismo radical. O autor argumenta que essa ética behaviorista radical seria embasada na mudança, concluindo que a ética, assim como a Análise do Comportamento está sempre em construção, não podendo ter um posicionamento definitivo. Assim, critérios para agir de maneira ética seriam construídos na própria prática do analista do comportamento. Nas palavras de Vandenberghe (2005):

Esta ética é necessariamente práxis, é comportamento em contato direto com as contingências. Tal ética contextualista é uma ética que exige questionamento contínuo, porque não há respostas definitivas. Não serve para quem quer ter certeza. Exige coragem para enfrentar o novo para o qual não pode haver regras. Já que, para o

behaviorista radical, eventos são definidos por relações funcionais e não por essências universais, a prática concreta é o fundamento e o critério final desta ética. (p. 65)

No trecho destacado acima Vandenberghe (2005), apresenta uma ausência de compromissos com relações éticas já estabelecidas, uma vez que, para o autor a ética estaria mais ligado a comportamento pelas contingências do que o comportamento relacionado as regras.

O quarto artigo descreve no contexto clínico uma discussão sobre valores do terapeuta é apresentada por Watrin e Canaan (2015). De acordo com os autores, o papel dos valores do terapeuta tem sido uma discussão recorrente desde 1950. Nesse contexto, Watrin e Canaan (2015) afirmam que o terapeuta pode expor seus valores aos clientes. Até na tentativa de não expor valores (ser neutro), o terapeuta acaba por expor seus valores. Desta forma, Watrin e Canaan (2015), defendem que é impossível que o analista do comportamento consiga ser neutro no contexto clínico. Isso porque, diferente de outras abordagens, a análise do comportamento entende que os valores pertencem ao campo do comportamento. Isso conduz à conclusão de que os valores do terapeuta são produto de uma história comportamental, que faz parte de uma cultura, na qual diferentes valores são defendidos (Watrin & Canaan, 2015).

A partir desta discussão, é importante observar quais às variáveis que controlam o comportamento dos terapeutas analítico-comportamentais, ou porque esses terapeutas defendem certos valores. Se os valores podem ser considerados parte das contingências, os valores do terapeuta são adquiridos primordialmente por uma história comportamental própria, mas que também está permeada pela cultura. Assim, os valores de terapeutas devem ser entendidos considerando não apenas sua história individual (ontogênese), mas também a história cultural (Watrin & Canaan, 2015).

Os valores do terapeuta dependem, portanto, primeiramente de reforços particulares, como o sucesso ou fracasso de seus atendimentos, e intervenções que tenham sido reforçadas

ou punidas pelos outros membros da comunidade. Como destacam os autores, esta argumentação é coerente como afirmação de Skinner que descrevia que os terapeutas tem sucesso ou não pela sua capacidade de avaliar o sofrimento de seus clientes (Watrin & Canaan, 2015). Ainda em outras concepções, a vida individual dos terapeutas, fora do contexto clínico também explicita, os valores que os terapeutas declaram, assim como os valores sobre os quais eles agem, está diferença entre agir e declarar valores pode ser a diferença entre o agir sobre regras e contingências (Watrin & Canaan, 2015).

Em relação à história cultural, como indivíduo, o terapeuta está à mercê de idiossincrasias culturais, assim como é o caso de muitos de seus clientes que vivem na mesma sociedade. Assim sendo, o valor de ser um analista do comportamento (obedecer às regras desta comunidade como pesquisador, cientista, professor) também é algo culturalmente valorativo que vai direcionar os valores da terapia (Watrin & Canaan, 2015).

As variáveis tanto de história pessoal, como de uma história cultural também influenciam sobre os clientes, as queixas que os clientes trazem e os valores que os clientes trazem ao terapeuta no contexto terapêutico. Os terapeutas que também possuem valores, podem escolher clientes para realizar terapia, embasados em valores compartilhados com o cliente, dessa forma o terapeuta pode se aproximar de clientes, que tenham valores são mais alinhados aos seus. No caso dos valores dos clientes serem opostos, ou distantes do terapeuta, também pode haver o afastamento desses clientes que relatarem ações, práticas ou defenderem valores, que o terapeuta valora como ruins (e.g. estupro, pedofilia, violência doméstica). Ao se deparar com estes comportamentos contrários a seus valores, o terapeuta pode negar-se a atender o caso por não conseguir trabalhar com este tipo de cliente, ou indicar terapeutas que consigam trabalhar com valores tão contrários aos seus (Watrin & Canaan, 2015).

No caso de valores contrários aos do terapeuta existe uma terceira possibilidade, a de trabalhar os valores contrários e entender se tais valores são fonte de problema. A se referir de valores como fonte de problema, algumas questões devem ser consideradas, primeiramente, quando é que um terapeuta é apto a julgar algum valor de seu cliente e porque ele deverá modificar o valor que causa problemas. A questão é mais delicada quando profissionalmente o terapeuta é visto como aquele que deve agir pela ética profissional. A ética profissional, diz que o terapeuta deve agir por um código de regras, nessas regras a uma pretensa neutralidade com os julgamentos de valores do terapeuta para o cliente, o não cumprimento desse código, pode resultar em sanções aos terapeutas pelos órgãos que fiscalizam e regem tal código de ética, como é o caso do Conselho Federal de Psicologia (Watrin & Canaan, 2015).

A pretensa neutralidade de qualquer terapeuta incluindo a do analista do comportamento é uma discussão sobre um posicionamento científico. Numa abordagem de ciência moderna, existe a vinculação de uma relação entre o que é ciência e o que são valores. No entanto, existem paradigmas científicos mais recentes, afirmando que tal neutralidade é uma impossibilidade e de que nenhuma ciência é livre de valores. Por outro lado, o terapeuta, usa a suposta neutralidade, para reforçar seus clientes a confiar no próprio terapeuta. Como é o caso do sigilo profissional, que serve como proteção e alívio para os clientes de que a sua intimidade saia do contexto terapêutico. Assim, seguir uma ética profissional, garante reforços e esquia de aversivos para o terapeuta. Contudo, uma vez que, o analista do comportamento não tem a escolha de deixar seus valores fora do contexto clínico, nesse caso a possibilidade de modificar os valores do cliente a partir de seus próprios valores é parte da proposta terapêutica (Watrin & Canaan, 2015).

A intervenção do terapeuta também passa por uma questão de poderes entre clientes e terapeutas. Por um lado, os terapeutas comportamentais tem valores retirados de uma comunidade científica e verbal da Análise do Comportamento. O analista do comportamento

também é valorado como aquele que resolve os problemas da vida cotidiana, ele é o psicólogo. Por outro lado, o cliente vai ao terapeuta por considerar que tem questões a serem resolvidas, problemas, questões da qual ele não pode por si só resolver. Existe uma desigualdade de papéis, aquele que tem as respostas para os problemas e aquele que se vê sem saída para os problemas. O desequilíbrio de poderes é uma questão que deve ser considerada, porque, quem diz o que deve ser feito para resolver as dificuldades é o terapeuta e não o cliente. O desequilíbrio não é sempre uma questão negativa, mas com o tempo o cliente que não consegue lidar com os diferentes contextos sem a ajuda do terapeuta, mostra os lados negativos desse desequilíbrio.

Os valores do analista do comportamento na terapia são uma questão intrínseca a sua prática, devem ser levados em consideração nesta atividade. No pensamento tradicional, os terapeutas são visto como competentes por se manterem neutros em relação a valores de seus clientes, contudo, mesmo que esta seja uma concepção comum na clínica, não deve ser adotada como verdadeira pelo analista do comportamento. Essa questão deve ser alvo de constante reflexão, porque, os valores do terapeuta modificam os valores de seus clientes, essas mudanças podem ser desejáveis ou não pelo terapeuta, mas as implicações vão para além do contexto clínico, porque os clientes podem começar a valorizar seus contextos pelas modificações feitas na clínica. (Watrin & Canaan, 2015).

O quinto artigo incluído nessa categoria também discute o contexto clínico. O ponto de partida da análise de Assaz, Vartanian, Aranha, Oshiro e Meyer (2016) é uma mudança de terminologia, assentada em uma perspectiva comportamental: ao invés de falar em valores, a proposta é falar do comportamento de valorar. Valorar seria um comportamento que aparece na descrição de situações, objetos, pessoas, sensações entre outros. Partindo dessa definição, os autores defendem que os valores também participam do contexto terapêutico.

Por exemplo, quando um cliente declara valores específicos, como o cuidado amoroso com os filhos, as perguntas que o psicólogo orientado por uma teoria comportamental sobre o valorar deve fazer é: Quais as implicações deste valor de amar os filhos para o cliente em contexto clínico? Quais as causas dessa declaração ao terapeuta? Ele estava sobre qual contexto para expressar o amor aos filhos, existiam operações estabelecidas como a privação dos filhos, que o fizeram emitir esta valorização? O psicólogo foi a comunidade verbal que reforçou esse comportamento do cliente? (Assaz, Vartanian, Aranha, Oshiro & Meyer 2016).

As respostas a essas perguntas são importantes, pois o comportamento do cliente fora da clínica nem sempre está de acordo com o que ocorre na terapia, os valores defendidos por certos clientes, podem ser declarados como a proteção de seus filhos, no entanto, fora da terapia, o cliente demonstra o oposto, agride constantemente seus filhos. Existe por parte do cliente uma contradição entre os valores declarados na terapia e aqueles que emprega com os filhos (Assaz, Vartanian, Aranha, Oshiro & Meyer 2016).

O papel do psicólogo é o primeiro de entender quais as contingências que causam as contradições valorativas do cliente. Variáveis como o próprio discurso do terapeuta, ao relatar a importância de proteger os filhos, pode contribuir para reforçar valores de seus cliente durante as sessões de terapia, já em outros contextos, o cliente pode estar sobre outras variáveis, outras contingências, no qual a punição de seus filhos pela agressão é valorizada. Assim sendo, o segundo papel do terapeuta é o de discriminar a contradição de valores, para que o cliente perceba a contradição e possa junto do terapeuta decidir quais os valores mais relacionados a necessidades dos clientes (Assaz, Vartanian, Aranha, Oshiro & Meyer 2016).

II) Ética e Questões Sociais

Nesta categoria foram incluídos artigos que apresentavam discussões sobre ética explorando implicações sociais e políticas. Foram considerados os seguintes artigos: Luna (1981); Botomé (1982); Todorov (1982); Williams (1983); Abib (2001); Abib & Dittrich (2004); Ueda, Portos e Vasconcelos (2014); Vandenberghe (2005); Carvalho Neto, Alves e Baptista, (2007); Dittrich (2008); Cunha e Tourinho (2010); Fornazari e Ferreira (2010); Bogo e Laurenti (2012); Dittrich (2016); Morais, Melo e Souza (2016); Fernandes e Rezende (2016); Carrara (2016); Martins, Carvalho Neto e Mayer (2017).

O primeiro artigo incluído na categoria foi Todorov (1982), que inicia a discussão argumentando que a Análise do Comportamento é uma teoria que não se restringe apenas a Análise Experimental do Comportamento, mas que contempla também um arcabouço teórico e campo aplicado. Nesse arcabouço teórico encontrar-se-iam duas discussões voltadas para a ética. A primeira diz respeito a diferenças entre a Análise do Comportamento e características ou interesses pessoais do analista do comportamento:

Intentos de caracterização da análise do comportamento muitas vezes confundem aspectos da análise com idiosincrasias do analista. Os trabalhos de Skinner, por exemplo, podem ser vistos sob diferentes primas: há trabalhos de prescrição moral. Poucos analistas do comportamento admitiriam, entretanto, que prescrições morais caracterizam a análise do comportamento (Todorov, 1982, p. 16).

O segundo ponto relacionado a uma discussão ética seriam questões ideológicas. Tal como no primeiro caso, o autor argumenta que há uma diferença entre pressupostos analítico-comportamentais e ideologias políticas, e o não reconhecimento dessa separação pode gerar confusões:

Questões ideológicas muitas vezes confundem caracterizações da análise do comportamento, especialmente quando o aspecto ideológico não é explicitado. Vale ressaltar que isso quase sempre acontece quando se discute a resolução de problemas

práticos por psicólogos que se utilizam de uma análise do comportamento. Neste ponto, devemos admitir que a ideologia dominante em uma sociedade dirige tanto os esforços de pesquisa quanto os de aplicação. Quando questões ideológicas não são explicitadas e analisadas, corremos o risco de confundir pressupostos básicos da análise do comportamento como características ideológicas de uma determinada sociedade (p.16).

O segundo artigo incluído nesta categoria discute questionamentos e preocupações ético-político da Análise Experimental do Comportamento (AEC) este é posicionamento de Luna (1981). De acordo com o autor, a Análise do Comportamento nas décadas de 50 e 60 foi marcada pela consolidação de uma ciência experimental. Este desenvolvimento, em torno da Análise Experimental do Comportamento em boa medida a rendeu algumas críticas. Uma dessas críticas, afirma que a análise experimental do comportamento por seus critérios metodológicos, pela sua rigidez experimental é uma abordagem alienadora e alienante, cujo objetivo como ciência seria manter o *status quo* (Luna, 1981).

Muito dessas críticas vinham da pretensa neutralidade do analista do comportamento, que usava a justificativa de que a análise experimental do comportamento era uma ciência que se importava em mostrar a relação entre o organismo e o ambiente, e que os valores envolvidos nisto eram de responsabilidade daqueles que usavam esse conhecimento, que deveriam arcar com as consequências de responder por eles. A neutralidade da ciência comportamental então era defendida pelo analista do comportamento pela ideia de que seu objetivo era só a obtenção dos resultados experimentais (Luna,1981).

No entanto com o avançar do tempo, outra maneira de responder aos críticos da análise do comportamento surgiu como forma esquiva: mostrar, com análises mais elaboradas, que a Análise Experimental do Comportamento era capaz de ser uma proposta social e política. Autores como Holland e Skinner foram grandes defensores desse argumento.

Contudo, como afirma Luna (1981) uma parte dessas críticas ainda não foram totalmente respondidas pela contra-argumentação dos autores, uma crítica que se destaca é a compatibilidade do analista do comportamento e do compromisso social:

. . . a demonstração teórica da compatibilidade entre AEC e a responsabilidade e o compromisso social e político representasse um grande avanço em relação ao argumento da neutralidade tecnológica, o analista experimental do comportamento pecou pelo menos em um ponto: Esqueceu-se de que para ser coerente com a ênfase comportamental era necessário mais do que a demonstração da compatibilidade teórica ou, segundo muitos, de que não havia incompatibilidade teórica; era necessário demonstrar que a atividade do analista experimental do comportamento exibia essa compatibilidade (p.14).

Para Luna (1981), a crítica descrita acima, não teria sido completamente respondida pela comunidade de analistas do comportamento e na verdade, a crítica da falta de demonstração do posicionamento social com as atividades dos analistas do comportamento teria se expandido e se multiplicado na literatura especializada. Além disso, outra dificuldade para o debate com críticos que partiam dessa crítica teria sido o crescimento e desenvolvimento da própria Análise do Comportamento, que resultou em uma dificuldade do analista do comportamento em observar “internamente” os problemas criados pela teoria. Os analistas do comportamento estariam muito próximos para entender o panorama e fazer críticas sobre o seu trabalho. Assim, seria importante levar em consideração alguns dos críticos desta abordagem como é o caso dos ecólogos.

Segundo Luna (1981), uma das críticas de maior impacto feito pelos ecólogos aos analistas experimentais do comportamento é de que o comportamento não é algo isolado, mas sim é parte de um sistema. Controlar uma variável comportamental tem efeitos neste sistema,

outros comportamentos são emitidos, no que os ecólogos chamam de efeitos colaterais tanto desejáveis como indesejáveis.

Segundo Luna (1981), as críticas dos efeitos indesejáveis realizada pelos ecólogos, apontam questões importantes da prática do analista do comportamento: I) Os procedimentos e técnicas escolhidos pelos analistas do comportamento apresentam tanto os efeitos de sucesso como de fracasso em indivíduos no qual as condições de vida são similares. A obtenção de fracasso e sucesso em situações similares, indica a uma falta de habilidade do analista do comportamento de avaliar as situações no qual os indivíduos se encontram; II) As mudanças comportamentais reivindicadas pela aplicação de práticas comportamentais não demonstram mudanças de grande duração, funcionam apenas pelo período de intervenção e de aplicação das técnicas e práticas; III) As técnicas e práticas amplamente conhecidas e utilizadas pelos analistas do comportamento tem efeitos colaterais, que não são almejados pelo analista do comportamento e também não são percebidos por ele em quanto a intervenção é realizada, a não ser que o analista do comportamento seja treinado para observar esses efeitos.

Sobre esses efeitos indesejáveis que compõem as críticas apresentadas pelos ecólogos, poder-se-ia responder que se a frequência do comportamento não aumentou é porque não se encontraram os reforçadores adequados, ou que se não houve uma generalização dos comportamentos-alvo é que as situações eram diferentes (Luna, 1981). No entanto, parece interessante pensar que essas respostas são apenas esquivas que dão exatamente a credibilidade para as críticas.

Para Luna (1981) existira uma carência da própria Análise Experimental do Comportamento em entender o papel dos contextos sobre o comportamento investigado. Responder a críticas como as dos ecólogos, sem o estudo destes contextos, é revitalizar às críticas iniciais que acusam a Análise experimental do comportamento de alienação. A crítica

não é sobre capacidade dos analistas do comportamento modificarem o comportamento, mas sim de que o comportamento é parte de um contexto do qual, o analista do comportamento desconhece a função de muitas consequências que controlam certos comportamentos.

Por fim, a análise de um conceito-chave conecta a responsabilidade social do analista experimental do comportamento: a contingência. A definição adequada desse termo impediria que o analista experimental do comportamento defendesse a neutralidade. O próprio Skinner foi categórico ao negar a capacidade do analista do comportamento de decidir o que fazer, quando e porque sem que o valor seja parte das contingências e não um aspecto apartado do analista do comportamento (Luna, 1981).

O terceiro artigo de Botomé (1982) aponta que a Análise Experimental do Comportamento tem possibilitado um amplo entendimento das variáveis que controlam o comportamento. Por este motivo há inúmeros casos de interferência desta ciência comportamental nas atividades humanas (Botomé, 1982). Estas interferências podem ser vistas tanto em aspectos de pesquisas aplicadas como na validação de novas técnicas por analistas do comportamento. O contexto clínico é um exemplo marcante de uma política de 'modificação de comportamento'. Esta ideia de mudar o comportamento passa por questões que geram controvérsias, exigências e dificuldades éticas (Botomé, 1982).

As dificuldades éticas enfrentadas pelos analistas do comportamento são traduzidas nestes questionamentos: Para quem o analista do comportamento trabalha? Quem é o alvo das intervenções do analista do comportamento? O analista do comportamento beneficia quem o contratou, ou beneficia aquele que são alvos de sua intervenção? A Análise Experimental do Comportamento possibilitou que o analista do comportamento produza mudanças no comportamento dos indivíduos, mas criou o perigo de a depender do contexto, ser uma teoria que ajuda a dominar e ser fonte de dominação dos indivíduos (Botomé, 1982).

Se o analista do comportamento pode ser este capaz de promover o *status quo*, deve a ver uma investigação por parte do analista do comportamento quando este é 'convidado' a modificar o comportamento de alguém, de um grupo ou de práticas culturais, pois estas modificações impactar negativamente na sociedade. Assim sendo, o analista do comportamento deve ser crítico das contingências que controlam a produção de conhecimento e a aplicação da tecnologia comportamental resultante deste conhecimento, para possibilitar críticas e uma investigação destas práticas, que possibilitarão mudanças nas contingências envolvidas (Botomé, 1982).

O quarto artigo nesta categoria é o de Williams (1983), que ao discutir as condições da educação especial brasileira da época, observa entre vários problemas nesse contexto, desde a ausência de condições estruturais adequadas, até a falta de preparação dos profissionais (e.g. professores, pedagogos, psicólogos). Considerando esse cenário e orientado pela análise de Holland, Williams (1983) levanta três questionamentos éticos relacionados à atuação de analistas do comportamento:

Quem é que pede a intervenção? Na educação especial brasileira, por exemplo, seria para contemplar as necessidades dos alunos ou dos educadores? A segunda questão diz respeito aos motivos por traz da intervenção: seria uma forma de ajudar o aluno, ou a promover outros envolvidos, incluindo o próprio analista do comportamento? Finalmente a terceira questão volta-se para a maneira que se faz uma intervenção: será que ela realmente prioriza aqueles que precisam de ajuda? (Williams, 1983).

O quinto artigo que discute questões sociais e éticas é Fernandes e Rezende (2016). De acordo com os autores, Holland era nas décadas de 70 e 80 um grande crítico de analistas do comportamento norte-americanos. As críticas de Holland afirmavam que seus conterrâneos comportamentalistas estavam apenas favorecendo a elite econômica e política.

A opção do analista do comportamento pelo favorecimento da elite, não era descompromissada, pelo contrário, o analista do comportamento recebia benefícios e era cada vez mais requisitado para fazer intervenções. Contudo, as intervenções não serviam para beneficiar os indivíduos e, por vezes, tinham o efeito contrário de agravar a desigualdade social, o que para Holland era um grande problema (Fernandes & Rezende 2016).

Para Holland, a Análise do Comportamento era capaz de promover uma sociedade menos estratificada e mais igualitária. A ideia de promover uma revolução e acabar com o *status quo* era um valor que Holland considerava necessário na Análise do Comportamento. Na proposta de concretização de 'um novo ser humano' este valor estaria sendo descrito como aquele que romperia com o sistema capitalista, capaz de criar contextos para a necessidade de todos os outros indivíduos (Fernandes & Rezende, 2016).

O sexto artigo, de Carrara (2016), também discute um posicionamento ético e social baseando-se em argumentos de Holland. Para o autor o posicionamento de Holland deixa para os analista do comportamento um questionamento ético-político, no mínimo constrangedor. O analista do comportamento teria sido importante para a concretização de mudanças que levam a uma mudança social, ou o analista do comportamento é ainda como apontava Holland mantedor da desigualdade? (Carrara, 2016).

Carrara (2016) argumenta que uma revolução social conforme acreditava Holland parece já não ser possível, devido ao avanço e a consolidação de uma cultura capitalista, responsável pelas principais características combatidas por Holland como a desigualdade, a estratificação. Contudo, isso não impede que o analista do comportamento possa promover práticas e ações que levem a um conjunto gradativo de mudanças para concretizar uma sociedade mais igualitária (Carrara, 2016).

Nesse sentido, práticas como a descrição do controle social, no qual o analista do comportamento pode indicar quem são os controladores e quem são os controlados podem ter

uma utilidade para denunciar abusos e injustiças. As agências controladoras devem ser identificadas e o modo como seu controle é exercido sobre os indivíduos deve ser denunciado (Carrara, 2016).

Por outro lado, uma relação de prescrição do analista do comportamento está relacionada com a ética. O analista do comportamento pode contribuir para o planejamento de práticas culturais que tem impacto nas culturas. Contudo, ajudar no planejamento cultural é sempre uma probabilidade para criar mudanças e nunca uma certeza. Assim, para criar maiores probabilidades de concretizar mudanças o analista do comportamento deve trabalhar com valores que também estejam interessados em mudanças sociais (Carrara, 2016).

O sétimo artigo a ser incluído nesta categoria foi o de Bogo e Laurenti (2012). As autoras falam da responsabilidade ética do psicólogo comportamental, ressaltando a capacidade do profissional de psicologia de descrever e possivelmente modificar as condições que controlam o comportamento social dos indivíduos. O posicionamento crítico de Holland, ressalta esta responsabilidade sobre os analistas do comportamento (Bogo & Laurenti, 2012).

Além de Holland, outro analista do comportamento com um comprometimento social crítico seria Skinner. Ao preocupar-se com o planejamento cultural, Skinner estaria sempre considerando o papel de destaque das agências controladoras em contingências vigentes de sua época. Pessoas e grupos ligados a agências governamentais, agências econômicas e agências religiosas sempre tentariam manter seus benefícios, mesmo havendo certas mudanças na sociedade (Bogo & Laurenti, 2012). Observando este paradigma sobre 'os controladores', Skinner, idealizou uma proposta a qual seria chamado de um 'quarto estado'. O quarto estado seria formado por professores, jornalistas, cientistas e analistas do comportamento, aqueles que Skinner acreditava que poderiam estar interessados pelo planejamento de práticas culturais sem uma ligação exclusiva com agências de controle. A ideia de Skinner é que este quarto estado não seria mediado pela burocracia paralisante

presente nas agências de controle, mas sim pelo comportamento face a face (Bogo & Laurenti 2012).

O oitavo artigo nesta categoria, Abib (2001), também discute o posicionamento ético social de Skinner a partir da proposta do ‘quarto estado’. A desigualdade, os problemas criados pela manutenção de governos de sua época, seriam suficiente para Skinner formular um tipo diferente de poder, ou a formação de um ‘quarto estado’. O quarto estado teria sido escolhido por Skinner, pela capacidade de denúncia dos controles vigentes. Além disso, o analista do comportamento como parte do quarto estado ganha um papel de destaque ao usar a ciência comportamental, para agir em favor do bem da cultura. Sobre tal afirmação Abib (2001) descreve:

Desde espaços mais organizados (como os institucionais) até os menos organizados (como os das organizações da sociedade civil e das relações de controle pessoal face a face) o psicólogo está presente - e isso é importante porque é ele que, em princípio, deve ter o domínio da ciência e tecnologia do comportamento, com condições, portanto, de defender o bem da cultura. Ou seja, com o conceito de bem da cultura, Skinner (1971, 1978, 1989) sugere possibilidades viáveis de uma prática significativa para o psicólogo (p.107).

O nono artigo na categoria ética e questões sociais é de Dittrich (2008). Este autor também menciona o quarto estado skinneriano como uma alternativa ao sistema político-econômico capitalista. O quarto estado seria uma possibilidade de resistência e contracontrole a um sistema embasado na desigualdade e na obtenção de lucros. Dittrich lembra que o quarto estado acabou sendo visto por Skinner com um certo pessimismo pela forma lenta como atua, o que para demandas mais imediatas criaria problemas. No entanto, a proposta ainda parece ser adequada: “A despeito das reservas de Skinner, fortalecer o poder de contracontrole da sociedade civil e, em especial, do quarto estado – a fim de influenciar políticas públicas pode

ser, neste momento histórico, a única forma de evitar um colapso global (Dittrich, 2008, p. 259).”

O décimo artigo desta categoria também é de autoria de Dittrich (2016). Nesse artigo, o autor descreve que práticas culturais da economia contemporânea tem impactos nocivos na natureza. Esses impactos tendem a ser mantidos por consequências mais imediatas do comportamento (e.g. lucro, produção de bens materiais). Já as consequências postergadas como o desmatamento, a destruição de recursos naturais, tem pouco efeito sobre o comportamento atual de indivíduos. Este conflito ético é agravado, quando se pensa no posicionamento de agências de controle, principalmente nos setores econômicos. Uma possível alternativa seria a imposição já descrita anteriormente do quarto estado.

Por fim o autor argumenta que embora seja difícil defender que existam pessoas tão desinteressadas e descomprometidas como aquelas integrantes do quarto estado skinneriano, seria importante criar condições para que pessoas exerçam contracontrole a práticas que levaram a problemas provavelmente irreversíveis (Dittrich, 2016).

O décimo primeiro artigo na lista é Dittrich e Abib (2004). Os autores discutem a relação de uma ética guiada pelo bem da cultura e seu impacto sobre valores de outros indivíduos que não sejam analistas do comportamento. Segundo Dittrich e Abib (2004), os analistas do comportamento tem uma orientação ética com valores próprios, como é o caso da sobrevivência da cultura. Esse valor está embutido nas técnicas e práticas do analista do comportamento e pode não ser o valor priorizados por outras comunidades alvos da intervenção do analista do comportamento. Por isso, o posicionamento ético da sobrevivência da cultura não deveria ser um aspecto de planejamento exclusivo para o analista do comportamento. Isso quer dizer que a comunidade no qual o analista do comportamento intervém deve ser consultada ou ser incluída no momento que se propõe qualquer tipo de mudança. Esse aspecto da flexibilização da sobrevivência da cultura é muito importante para

a ética skinneriana, pois ao defender a sobrevivência da cultura como um valor ético, Skinner não indicou nenhum tipo de cultura específica que deveria triunfar sobre as outras (Dittrich & Abib, 2004).

Dessa maneira, o debate sobre como a cultura deve sobreviver fica em aberto e também ganha um tom de responsabilidade por parte do analista do comportamento, uma vez que suas técnicas, práticas e debates podem vir a promover o valor ético de sobrevivência das culturas ou o seu oposto (Dittrich & Abib, 2004).

O décimo segundo artigo, de Carvalho Neto, Alves e Baptista (2007), faz uma análise ampla da violência como coerção, relacionando-a a agências de controle e a ética promovida por estas agências. De acordo com os autores, a violência pode ser tomada como um sinônimo de coerção. A coerção é, em última análise, uma forma de controle do comportamento em ambientes sociais. No âmbito desse controle social, os autores discutem o controle ético:

A administração de reforçadores e punidores caracteriza o controle ético o qual leva em conta a sobrevivência da cultura como um bem dela mesma, na medida em que o controle toma, como sua referência, as normas reguladoras do comportamento; estas, por sua vez, remetem aos costumes de um determinado grupo social (Carvalho Neto, Alves & Baptista, 2007, pp. 31-32).

No contexto do controle ético do grupo, os autores argumentam que, em geral, um único grupo não detém total controle sobre os membros, uma vez que há muitas variáveis que fogem ao escopo de um absoluto controle. No entanto, certos grupos, denominados agências de controle, conseguem exercer um controle maior sobre os indivíduos (Carvalho Neto, Alves & Baptista, 2007). Um exemplo claro desse controle em larga escala é a agência governamental, ou ainda, o Estado. Nesse caso, os cidadãos comportam-se de acordo com certas regras, códigos e leis, que evitam a punição por parte da agência governamental (Carvalho Neto, Alves & Baptista, 2007).

Além do controle direto da agência governamental existem forma indiretas, como a força policial, as forças armadas, a religião, a família e os grupos éticos que controlam o comportamento dos indivíduos indiretamente em benefício do Estado. Em uma relação mais específica, a agência de controle do Estado cria e faz sua “presença” pela constituição, pelos códigos morais, pelas leis. Esses códigos, por sua vez, apontam quais comportamentos são passíveis de punição e qual a punição que se segue a estes comportamentos (Carvalho Neto, Alves & Baptista, 2007). No que ainda tange as leis e códigos Carvalho Neto, Alves e Baptista (2007) esclarecem:

A influência das leis e códigos estabelecidos de conduta acontece de maneira indireta, ou seja, uma pessoa aprende a seguir a lei sem ter, na maioria das vezes, um contato sequer com o Código Penal. O aprendizado acontece por meio do controle ético exercido pelo grupo, durante o contato com familiares, amigos e instituições educativas juntamente com outras (pp.32-33).

Carvalho Neto, Alves e Baptista (2007) também consideram que os controles estabelecidos pelo Estado podem ser divergentes em relação às demais agências, gerando um conflito com as diretrizes éticas que a agência governamental estabeleceu. Nas palavras dos autores:

Isso pode acontecer quando o subgrupo é afetado por outras condições, geridas pelo grupo maior, que dificultam ou impedem sua missão inicial. Ou seja, se uma criança vive numa família na qual as condições são tais que seus pais passam o dia todo fora trabalhando para conseguir um mínimo de sustento e, conseqüentemente, desde pequena, passa o dia na rua do bairro vendo traficantes armados vendendo drogas, aparecendo com roupas caras, carros importados, comendo em restaurantes da moda, merecendo a atenção e até o respeito e o medo dos membros do grupo e da mídia, ela Apesar de a família ter o papel de prover um repertório ético específico, o grupo

maior, ao forçá-la a diminuir o contato com os filhos por razões econômicas, está sabotando sua função educacional básica (p.33).

Nesse sentido Carvalho Neto, Alves e Baptista (2007), consideram que a depender dos grupos, ou agências de controle, podem existir diferentes padrões de comportamento ético e moral a depender da relação entre os indivíduos e as agências.

O décimo terceiro artigo na categoria é de Ueda, Portos e Vasconcelos (2014), que discutem a influência da mídia como um veículo de comunicação para a divulgação de alimentos não saudáveis. As maiores vítimas dessa prática são as crianças, consumidores alvos desse tipo de alimentação (Ueda, Portos & Vasconcelos, 2014).

A demonstração de que a mídia causa danos às crianças pela promoção de alimentos não-saudáveis requer um posicionamento de valores da cultura familiar, principalmente quando a mídia exhibe valores que são nocivos às crianças. Contudo, deve haver uma conscientização das escolas, cantinas e da própria mídia, na qual profissionais envolvidos na alimentação e saúde, e até o governo, sejam capazes de intervir no panorama dos alimentos não-saudáveis.

Para além dessa conscientização e mudança de valores, existe o confronto com valores já difundidos pela mídia brasileira como explicitam os autores:

Contudo, um impasse tem dificultado a regulamentação da publicidade no Brasil. De um lado está a proteção das crianças contra a publicidade com efeitos adversos direcionada ao público infantil e de outro, a resistência das empresas para a regulamentação da publicidade pautando-se na liberdade de expressão do setor econômico (Ueda, Portos & Vasconcelos, 2014, p.60).

Para além desta dificuldade o posicionamento de pesquisadores, nutricionistas, analistas do comportamento, médicos, professores e repórteres sobre a alimentação pode ajudar a prevenir e intervir na exposição excessiva às crianças à mídia e seus problemas,

como é o caso dos produtos alimentares prejudiciais à saúde (Ueda, Portos & Vasconcelos, 2014).

O décimo quarto artigo nessa categoria é o de Vandenberghe (2005), que fala da influência de agências de controle no contexto terapêutico. Segundo Vandenberghe (2005), é inegável que as agências de controle exercem influência na vida dos indivíduos. As agências de controle são conhecidas por manter os indivíduos a se comportar por valores e normas que beneficiam as agências, bem como os indivíduos que se comportem conforme os valores estabelecidos pelas agências. Por outro lado, aqueles que não se comportam em favor das agências são punidos e tendem a ser encaminhados para serem modificados e a terapia é um contexto normalmente sugerido para estas modificações. Assim, o papel do terapeuta pode ser identificado como aquele capaz de promover estas modificações, transformando este indivíduo em um membro funcional da sociedade, capaz de conviver sobre as mesmas contingências aversivas que os demais.

No entanto, o terapeuta também pode favorecer o indivíduo em relação as agências de controle. Nesse caso, o terapeuta ajudaria o indivíduo a ser capaz de discriminar os controles sociais, encontrando maneiras alternativas de lidar com a coerção, uma vez que o terapeuta não pode mudar diretamente o funcionamento da sociedade (Vandenberghe, 2005).

Essas diferentes possibilidades de atuação do terapeuta geram o questionamento de se a terapia deveria estar a favor do indivíduo ou das agências controladoras? O questionamento é respondido por Vandenberghe (2005) de que o terapeuta comportamental deveria proteger o cliente em favor de proteger os interesses das agências de controle. A defesa do cliente não é uma escolha arbitrária, favorecer o cliente teria implicações éticas para a promoção de indivíduos que defendam a cultura e a sua sobrevivência, o bem da cultura para Skinner, porém essa escolha pelo cliente pode resultar em grandes problemas e sanções em uma sociedade governada por agências controladoras. Contudo, proteger os clientes a longo prazo,

pode resultar no enfraquecimento do controle de reforçadores e punições dos quais as agências tanto utilizam para a manutenção de um *Status quo*. Dessa forma, o analista do comportamento pode ser capaz de realizar mudanças sociais mais amplas que resulta em um posicionamento ético-político.

O décimo quinto artigo que discutem valores e agências de controle na cultura esportiva é o de Morais, Melo e Souza (2016). Segundo as autoras, os valores que constituem o *'fair play'*, sofrem grande impacto de outras agências de controle fora a do esporte. A relação entre aqueles que controlam e os que são controlados pode ser descrita na maioria das vezes como desigual sobre o panorama das agências de controle. Essa desigualdade vem da possibilidade das agências estabelecerem julgamentos de valores para as ações dos controlados, cabe, por exemplo, no mundo dos jogadores de esportes como o futebol, o que é moral ou imoral em jogo.

A importância de se estudar uma ética esportiva pela análise de uma ética no behaviorismo radical é a constante reflexão dos valores esportivos, como reforçadores, que são obtidos não só pela prática do esportes, mas como variáveis que vem de fora do esporte. Além disso, se os valores são do campo da aprendizagem é possível ensinar valores que componham um cenário de *'fair play'* que guiem a ações dos jogadores a produção de reforçadores positivos e democráticos ao cenário esportivo atual (Morais, Melo & Souza, 2016).

O décimo sexto artigo classificado nessa categoria foi Fornazari e Ferreira (2010). As autoras discutem o enfrentamento do câncer como uma doença terminal. Para Fornazari e Ferreira (2010) desenvolver uma doença como um câncer leva o ser humano a pensar sobre os seus valores e a outras questões que podem ter relação com a doença em si, como é o caso do aversivo de pensar na morte. A noção que se tem da morte é, em alguma medida, parte de uma cultura e de valores difundidos nesta cultura. Estes valores também tem relação com a

história de reforçadores e aversivos, no qual pode se localizar o controle de agências, como é o caso da religiosa, que tem um impacto no controle de se pensar na morte e na pós-morte (Fornazari & Ferreira, 2010).

Os indivíduos com a doença serão menos ou mais controlados pela religião/espiritualidade a depender de suas relações com agências religiosas. Sobre se essa aproximação é benéfica ou não Fornazari e Ferreira (2010) afirmam que para esses pacientes pode ser benéfico: “Aproximar-se dessa agência religiosa, que por meio de um ser superior que controla as contingências presentes, reforça, pune e “traz certezas” de um amanhã mais feliz, é de certa forma, ‘garantir’ a felicidade no longo prazo.” (p. 266).

O décimo sétimo artigo classificado nesta categoria foi o de Martins, Carvalho Neto e Mayer (2017). Ao examinar a possibilidade de contingências aversivas em Walden II os autores apresentam considerações sobre ética e controle aversivo. Segundo Martins, Carvalho Neto e Mayer (2017) há duas possibilidades de lidar com comportamentos inadequados, ou irregulares: a primeira é o uso de punição e controle aversivo para lidar com a situação; a segunda é o uso de reforçadores positivos, como estratégia para reforçar comportamento que tornem menos frequentes tais comportamentos inadequados. De acordo com os autores os analistas do comportamento deviam optar pelos reforçadores positivos.

A escolha moral entre reforçadores e controle aversivo é ainda mais complexa quando pesquisas mais atuais de analistas do comportamento apontam a existência de desigualdade social, mantida pelo controle de reforçadores positivos. Para além desta escolha moral, uma outra questão moral deve ser considerada no papel de contingências aversivas:

. . . Critchfield (2014), com base em alguns experimentos sobre comportamento social, especialmente sobre cooperação, sugere que os analistas comportamentais deveriam ser mais céticos sobre suas próprias crenças em relação aos efeitos da punição, olhando para os dados experimentais disponíveis em outras áreas e a partir

disso pelo menos considerando em princípio que as contingências aversivas teriam em alguns arranjos um papel importante na regulação do comportamento ético (com a punição das respostas que violassem as regras sociais estabelecidas) e na própria coesão grupal (Martins, Carvalho Neto & Mayer, 2017, p. 90).

As contingências aversivas descritas como regulamentadoras de padrões de comportamento ético é um posicionamento divergente de vários analistas do comportamento, principalmente para analistas do comportamento que estudam a Análise do Comportamento pela obra de Skinner.

Na obra Skinneriana, o papel da punição e das contingências aversivas são as causas das mazelas da sociedade, Skinner combateu o uso dessas consequências para a resolução de problemas sociais e em diversos momentos sugeriu o uso de reforçadores positivos como alternativa para resolver tais problemas sociais, o que é exatamente o ponto de Martins, Carvalho Neto e Mayer (2017), sobre o dilema moral do analista do comportamento que tem a possibilidade de usar consequências punitivas ou reforçadoras positivas para a resolução dos problemas sociais.

Apesar do receio das contingências aversivas, parece que nem mesmo Skinner, pode planejar Walden II totalmente livre de aversivos. Segundo Martins, Carvalho Neto e Mayer (2017), em três momentos na sociedade utópica de Skinner se apresentam contingências aversivas: O controle de animais pela cerca elétrica, o ensino de autocontrole a crianças nascidas em Walden e a expansão territorial presente na narrativa.

As contingências aversivas descritas acima seriam então a constatação de que o controle aversivo não pode ser completamente eliminado, mas pode ser extremamente reduzido e limitado. Para Martins, Carvalho Neto e Mayer (2017), Skinner estaria entendendo que é impossível se ver livre de aversivos, contudo contingências aversivas deveriam ser mínimas e programas com uma função. Tal argumento defendido por Martins, Carvalho Neto

e Mayer (2017), sobre Skinner, parecem ir ao encontro de pesquisas que mostram que há espaço para contingências aversivas em padrões de comportamento ético.

O último artigo na categoria de ética e questões sociais é de Cunha e Tourinho (2010), abordando o autocontrole ético e assertividade. A discussão sobre assertividade e autocontrole são relacionadas porque na assertividade existem dois tipos de consequências, as consequências para o indivíduo e as consequências para o grupo. O comportamento assertivo é sempre investigado sobre os efeitos que tem para os outros.

A produção de consequências de curto e longo prazo levantam uma discussão intrínseca ao conceito de autocontrole da Análise do Comportamento, isso porque, segundo Cunha e Tourinho (2010):

A interpretação analítico-comportamental para o autocontrole focaliza basicamente circunstâncias em que há dois tipos de conflitos de consequências produzidas pelo responder do indivíduo: consequências imediatas versus consequências atrasadas e consequências para o indivíduo versus consequências para o grupo (pp. 298-299).

As situações nas quais pode ser observado o autocontrole são dependentes de alguns fatores, por exemplo, quando o conflito são sobre exclusividade das consequências individuais diretas do comportamento de um indivíduo. Além desse primeiro caso, existe o conflito entre as consequências do comportamento do indivíduo e as consequências do grupo, que geralmente acarreta em sanções éticas ao indivíduo. Sobre esta repressão ética, o grupo intervém para suprimir os comportamentos impulsivos do indivíduo, protegendo o indivíduo, ou quando as consequências reforçadoras imediatas para o indivíduo são um ruins para o grupo. Dessa forma Cunha e Tourinho (2010) afirmam sobre as sanções éticas: “. . . Sanções éticas podem ser compreendidas como estímulos aversivos dispostos pelo grupo, contingentes a uma resposta impulsiva, com a função de reduzir a frequência dessa resposta (p. 299).”

Complementando esta relação ética, as sanções éticas servem para discriminar as estimulações aversivas para o indivíduo que age de forma impulsiva. Este tipo de sanção leva o indivíduo a se esquivar de exibir estes comportamentos considerados negativos pelo grupo, neste caso usar de autocontrole é uma esQUIVA de punição estabelecida pelo grupo, que leva a este autogerenciamento ético, resultante entre o conflito de consequências para o indivíduo e o grupo. Em uma situação social, as leis são um exemplo de autogerenciamento ético.

Entende-se que o autocontrole gera consequências aversivas imediatas para o indivíduo e consequências positivas para o grupo, pois estas práticas ajudam a manter os grupos coesos. Contudo, Cunha e Tourinho (2010) esclarecem: “O ideal seria que o grupo promovesse o autocontrole por meio de contingências reforçadoras, fazendo com que esse comportamento ficasse sob controle de reforçamento positivo, e não de reforçamento negativo (p. 300).” Neste caso, poder-se-ia pensar em práticas alternativas ao se descrever maneiras de se ensinar autocontrole aos indivíduos, com a produção de reforçadores postergados para os indivíduos, sem a necessidade de que o indivíduo seja punido imediatamente (Cunha & Tourinho, 2010).

III) Ética e Análise Experimental do Comportamento

Na terceira categoria estão os artigos que discutem a ética relacionada a questões da Análise Experimental do Comportamento e a pesquisa básica. Os seguintes artigos foram considerados nesta categoria: Ferrara (1982); Cirino, Miranda, Gonçalves, Miranda, Viera e Nascimento (2010); Cunha e Tourinho (2010); Miranda, Gonçalves, Miranda e Cirino, (2011); Gomes e Tourinho (2016).

O primeiro artigo envolvendo uma discussão de contexto experimental é Ferrara (1982). Segundo a autora os críticos enxergam o pesquisador experimental de forma caricata, como uma pessoa cheia de bugigangas e equipamentos que nunca funcionam bem. Além

disso, alguns críticos afirmam que os pesquisadores não conseguem estudar variáveis complexas que afetam o comportamento, mantendo-se no estudo do comportamento de animais mais simples como pombos e ratos. Acredita-se também que pesquisadores de laboratório são desprovidos de sentimentos e valores, pois seu foco é apenas a produção de conhecimento objetivo (Ferrara, 1982).

Essas noções e críticas sobre o pesquisador de laboratório experimental é, em boa medida, responsabilidade do próprio pesquisador que é recluso e não se expõem a contextos sociais diferentes. Esse cenário crítico pode conduzir a dois comportamentos de fuga: a fuga para o mundo real, e a fuga para o “homem interior” (Ferrara, 1982).

A fuga para o mundo real diz respeito, primeiramente, a psicólogos (incluindo alguns analistas do comportamento) que argumentam ser melhor interagir com o comportamento cercado por variáveis complexas, afinal, se o comportamento é controlado por muitas variáveis, qual seria o benefício de estudar uma ou duas em contexto de laboratório? A resposta para a questão é que a pesquisa de laboratório não está interessada em constatar que ratos podem apertar barras, e que pombos podem bicar discos para receber água ou comida, mas sim que estes modelos permitem generalizar a explicação do comportamento para seres humanos vivendo em contingências sociais complexas (Ferrara, 1982). Outra parte da fuga do laboratório justifica-se pela busca de contextos nos quais os indivíduos podem ser reforçados socialmente com mais frequência do que no laboratório. De acordo com a autora, muitos analistas do comportamento escolhem exclusivamente dar aulas justamente por esse motivo. No contexto da sala de aula, os professores são reforçados na medida em que seus alunos aprendem, o que seria a expressão de valores da religião judaico-cristã, na qual a gratidão pessoal é um reforçador que pode ser generalizado para diferentes contextos (Ferrara, 1982).

Já a fuga para o ‘homem interior’ consiste na incidência na psicologia e no senso comum de buscar explicações para o comportamento em outros princípios que não o comportamento (e.g. mente, livre arbítrio, instinto, inconsciente). Essa estratégia pode ter tido algum valor a princípio, pela ideia de se atribuir causas ao comportamento, mas atualmente, com o desenvolvimento de uma ciência do comportamento, ela serve apenas para afastar as pessoas das descobertas e causas externas responsáveis por seu comportamento (Ferrara, 1982).

O segundo artigo nessa categoria é de Cirino, Miranda, Gonçalves, Miranda, Viera e Nascimento (2010). A discussão do artigo volta-se para a Análise do Comportamento e sua tradição de emprego do laboratório didático experimental. De acordo com os autores, o laboratório didático foi implementado no ensino de Análise do Comportamento em diversas universidades a partir dos anos 1960 e 1970. Desde essa época, até anos mais recentes tem sido uma forma de se ensinar os princípios da Análise do Comportamento aos novos alunos que ingressam nos curso de psicologia em universidades brasileiras públicas e particulares.

O laboratório didático de Análise Experimental do Comportamento tem mantido a tradição de usar animais não-humanos como sujeitos de suas experiências didáticas. Contudo, essa tradição parece estar ameaçada com a implementação de novas regulamentações e leis sobre a ética no uso de animais não-humanos. De acordo com os autores, na contramão dessas novas legislações, a Análise do Comportamento ainda discute pouco o uso de animais não-humanos em laboratórios didáticos (Cirino, Miranda, Gonçalves, Miranda, Viera & Nascimento, 2010). Provavelmente por conta disso, o artigo não apresenta uma contribuição ou um posicionamento específico sobre ética decorrente da própria Análise do Comportamento a respeito desse assunto.

O terceiro artigo desta categoria é de Miranda, Gonçalves, Miranda e Cirino (2011) que também discutem as implicações de uma ética no contexto do uso de animais não-

humanos em experimentos científicos. De acordo com os autores, a discussão de ética de animais não-humanos ganhou destaque internacionalmente no século XX com a preocupação de possíveis maus-tratos e a defesa de direitos de animais em condição experimental. Nesse contexto, o termo central para a discussão ética de animais não-humanos seria bem-estar:

No contexto didático-científico, o termo bem-estar designa a existência de um conjunto mínimo de condições que favoreçam a saúde da espécie, como liberdade de movimentação, abrigo e alimentação adequada, ausência ou minimização do sofrimento decorrente das práticas experimentais etc. (Miranda, Gonçalves, Miranda, & Cirino, 2011, p. 199)

Embora o século XX tenha sido importante para essa discussão no Brasil, o debate ético a respeito do uso de animais em experimentos se fortaleceu apenas no século XXI com o surgimento da lei nº 11.794/2008, que restringiu o uso de animais em experimentos. Essa lei exigiu alterações no manejo de animais não-humanos, que afetou áreas como ciências biológicas, médicas e psicológicas, incluindo a Análise Experimental do Comportamento (Miranda, Gonçalves, Miranda & Cirino, 2011).

Dessa forma, parece inevitável que o questionamento sobre o bem-estar dos animais não-humanos seja também feito na Análise do Comportamento, uma vez que o conjunto de objetivos e procedimentos que orientam a pesquisa e o laboratório didático podem envolver maus-tratos aos animais (Miranda, Gonçalves, Miranda & Cirino, 2011).

O quinto artigo desta categoria é de Gomes e Tourinho (2016) neste artigo o conceito de autocontrole ético é discutido no contexto de uma pesquisa envolvendo o conceito de metacontingências. O artigo define metacontingência como contingências entrelaçadas, ressaltando algumas condições para esse entrelaçamento, como o comportamento de um indivíduo ser parte do *setting* da ação de outros indivíduos, e a produção de produtos agregados, entendidos como os efeitos produzidos pela ‘inter-relação’ de comportamentos dos

indivíduos. Além disso, esse modelo explicativo descreve consequências culturais, as quais são mantidas por outros agentes que não fazem parte do entrelaçamento de contingências, mas que também selecionam o entrelaçamento, assim como o seu produto agregado.

Nesse contexto, Gomes e Tourinho (2016) definem comportamento ético como aquele comportamento que produz consequências favoráveis à cultura, e quando há conflito entre consequências individuais e culturais, o comportamento que opera na direção de consequências favoráveis à cultura seria denominado autocontrole ético:

O adjetivo ético ressalta que o responder de um indivíduo também produz consequências para a cultura da qual participa e não apenas para si. Responder com autocontrole ético, então, significa responder de modo a produzir consequências favoráveis para a cultura em circunstâncias em que essa produção compromete (ou concorre com) a produção ou a magnitude de um efeito favorável apenas ao indivíduo.

(p. 1)

Partindo dessa definição, os autores descrevem que o autocontrole ético tem sido estudado por meio de modelos experimentais inspirados pelo conceito de metacontingência. O responder individual e o responder em favor do grupo, quando concorrentes, podem sugerir modelos explicativos do porquê as pessoas se comportam de maneira a favorecer a si mesmas, ou ao grupo (Gomes & Tourinho, 2016).

Seguindo esta linha, o experimento apresentado por Gomes e Tourinho (2016) teve como objetivo: “avaliar o efeito do aumento progressivo da magnitude da [*consequência individual*] (CI) sobre a manutenção de um entrelaçamento, por [*consequências culturais*] (CCs), após o processo de seleção por metacontingência, em uma condição de concorrência entre metacontingência e contingência operante (p. 2).” Os resultados deste experimento apontam que nos dois grupos experimentais avaliados, microcultura 1 (MC1) e microcultura 2 (MC2), houve a produção de entrelaçamento de contingências e a produção do produto

agregado, nas duas situações experimentais propostas, que envolviam tanto a concorrência entre consequências individuais e consequência culturais, como na condição que as consequências individuais e culturais podiam ser produzidas sem comprometer umas às outras (Gomes & Tourinho, 2016).

Os resultados sugerem que é possível o comportamento de autocontrole ético ser selecionado e mantido com o aumento dos efeitos das consequências individuais sobre os efeitos das consequências culturais. Na MC1 observou-se que o autocontrole ético manteve-se durante todo o experimento como pouca variação, já no caso de MC2 houve uma diminuição das consequências culturais, mas a responsabilidade dessa diminuição não pode ser exclusivamente atrelada ao aumento do efeito da CI (Gomes & Tourinho, 2016).

A queda nos valores do grupo MC2 pode estar relacionada à interação verbal de uma das participantes, que conseguiu instigar os participantes deste grupo a obter o maior número de pontos individuais. O comentário da participante pode ter sido um fator de diminuição do comportamento de autocontrole ético. Como conclusão, o artigo indica a possibilidade de futuros estudos que pudessem preparar novas condições experimentais para entender como a interação verbal dos participantes pode interferir na produção de autocontrole ético (Gomes & Tourinho, 2016).

IV) Análise do Comportamento questões teórico-conceituais.

Na quarta categoria foram incluídos artigos que discutiam questões teórico-conceituais na proposta de uma ética comportamentalista. Os artigos que atendem os requisitos dessa categoria são: Prado Jr, (1981), Abib (2001); Viega e Vandenberghe (2001); Dittrich e Abib (2004); Vandenberghe (2005); Dittrich, (2008); Ferreira e Carrara (2009); Zilio e Carrara (2009); Del Prette e Del Prette (2010); Dittrich, (2010); Bogo e Laurenti (2012); Laurenti, (2012); Melo e de Rose (2012); Watrin e Cnaan (2015); Carvalho, Silva, Kienen & Melo,

(2014); Castro e de Rose (2015); Assaz, Vartanian, Aranha, Oshiro e Meyer, (2016); Morais, Melo e Souza (2016); Dittrich, (2016); Meneses, Holanda, Ximenes e Santos (2016).

O primeiro artigo desta categoria discute a proposta de uma ética skinneriana. Abib (2001) aponta para como os valores podem ser entendidos a partir de uma proposta skinneriana. Segundo o autor os valores são para Skinner, consequências do comportamento e os sentimentos que acompanham as consequências. Para as consequências que fortalecem (reforçadores positivos) o comportamento e os sentimentos que se seguem, atribui-se valores como ‘bons’ ou positivos. Para as consequências que enfraquecem o comportamento (punição) e os sentimentos que se seguem são valorados como ‘ruins’. Nas palavras do próprio autor:

Logo, boa é a presença do reforçador positivo, a ausência do reforçador negativo e a presença dos sentimentos positivos que os acompanham; e má é a ausência do reforçador positivo, a presença do reforçador negativo e a presença dos sentimentos negativos que os acompanham (Abib, 2001, p.108).

Esta é para Abib (2001) a tese skinneriana de como e porque os indivíduos valoram coisas e eventos no cotidiano. Ainda sobre os valores, Skinner fala sobre diferentes tipos de valores, que podem ser identificados como bens selecionados por diferentes histórias comportamentais; são eles: ‘os bens pessoais’, ‘os bens dos outros’ e ‘o bem da cultura.’ Bens pessoais e bens dos outros derivam de reforçadores primários e reforçadores condicionados, ambos tiveram sua origem na história da filogênese. Sobre esse ponto Abib (2001) esclarece: “Ao longo da evolução das espécies elaborou-se a suscetibilidade dos organismos às consequências do comportamento e essa disposição genética, constituída pela história filogenética, está na base da explicação da história do indivíduo ou da história ontogenética do comportamento (p. 108).”

A suscetibilidade às consequências permitiu que os comportamentos do ser humano fossem reforçados por água, alimentos, sexo, fuga de predadores; ela também foi responsável pelo efeito de consequências punitivas como agressão e danos físicos. Já no caso de reforçadores condicionados, comportamentos que não produziam diretamente reforçadores primários, mas que tinham algum envolvimento com eles, também vieram a ser selecionados por consequências (Abib, 2001).

Reforçadores generalizados como o dinheiro podem vir a ser trocados por outros reforçadores condicionados, ou reforçadores primários como comida. Na discussão entre os bens pessoais e bens dos outros, Abib (2001) descreve que tais bens (pessoais e dos outros), podem estar ligados a defesa da liberdade e da vida, nas palavras do autor:

Esses dois tipos de valores (os bens pessoais e os bens dos outros) – na medida em que se referem à reprodução, manutenção da vida e até mesmo à liberdade para preservar a integridade física – correspondem, por assim dizer, à ordem vital ou à defesa da vida e da liberdade (p. 109).

Na relevância da discussão sobre esses dois bens, encontram-se algumas dificuldades e um terceiro bem: “Seria tolice negar a importância desses valores para os indivíduos, pessoas e relações sociais; contudo, surgem dificuldades no prolongamento dessa ordem vital na cultura, que podem ser enfrentadas com práticas culturais visando à sobrevivência das culturas” (Abib, 2001, p.109). A respeito dessas dificuldades, em sua base, parece estar um conflito entre consequências imediatas e postergadas do comportamento humano. Na história filogenética do ser humano, consequências imediatas tiveram uma serventia maior para sobrevivência da espécie do que consequências atrasadas e, por isso, o comportamento humano tornou-se sensível a essas consequências.

No limite, práticas culturais também sofrem desta condição, por derivar sua origem de reforçadores. Práticas culturais não benéficas para o ser humano (e.g. superpopulação,

obesidade, violência) geralmente têm em sua gênese a produção de reforçadores imediatos com consequências postergadas que causam danos em grande escala. Desta forma Abib (2001) conclui sobre o imediatismo: “O imediatismo da natureza e as práticas culturais que revigoram esse imediatismo, perpetuando-o num contexto que lhe é cada vez mais estranho, representam obstáculos poderosos para as culturas” (p. 109).

Qual seria, então, a solução para o problema do imediatismo? A resposta encontra-se no bem da cultura, ou como é também conhecido, o valor ético skinneriano, a sobrevivência das culturas. A sobrevivência das culturas é este valor ou bem que deriva as demais consequências e motivos para a escolha de critérios para a escolha de práticas que levem a sobrevivência das culturas (Abib, 2001).

A sobrevivência da cultura é o valor moral a partir do qual os outros bens ou valores deveriam ser pensados. Isso quer dizer que valores seriam usados para orientar a escolha de práticas com capacidade de garantir a sobrevivência da cultura. Nesse sentido, Abib (2001) afirma que Skinner promove bens instrumentais como conhecimento, habilidades, tolerância, cooperação, apoio, compaixão entre outros, mas esses valores deveriam orientar práticas culturais que garantam a sobrevivência das culturas (Abib, 2001).

Sobre esta questão, Abib (2001) esclarece que práticas culturais devem se opor ao imediatismo encontrado naturalmente em práticas culturais difundidas pelas sociedades. Assim, se no imediatismo da cultura se tem reforço positivo imediato com consequências negativas postergadas, o planejador precisa pensar em contingências de reforço, que modifiquem os valores reforçadores positivos imediatos para consequências negativas mais imediatas, ou então investir em práticas cujos os reforçadores positivos sejam uma alternativa para a substituição das práticas que causem problemas futuros (Abib, 2001).

A respeito dessas contingências que mudam práticas culturais, Skinner parece dar um exemplo com o tabagismo. Observa-se que os efeitos imediatos do cigarro são reforçadores

positivos, enquanto os aversivos são distantes, como o câncer de pulmão. Assim sendo, parece plausível tentar criar sanções taxando monetariamente o cigarro para que essas consequências aversivas imediatas diminuam o uso do cigarro. Também é possível criar reforços alternativos imediatos, como o elogio por não fumar ou por parar de fumar (Abib, 2001). Abib (2001) também aponta questões importantes sobre o planejamento cultural skinneriano, principalmente sobre o significado de sobrevivência:

Skinner (1989) refere-se não somente ao controle de práticas prejudiciais mas também ao reforçamento daquelas que são favoráveis aos indivíduos e às culturas. Ou seja, é necessário descobrir, inventar e fortalecer práticas que promovam a sobrevivência dos indivíduos e das culturas. Essa observação tem seu valor porque usualmente o conceito de sobrevivência vem acompanhado da noção de práticas competitivas entre culturas ou entre pessoas e grupos no interior de culturas, sugerindo compromissos com o darwinismo social (p. 111).

Como isso, seria possível concluir que, da perspectiva skinneriana, a competição no nível cultural não é entre as pessoas da mesma cultura, não é entre os grupos, e não é entre culturas, a competição é por práticas que garantam sua sobrevivência e não sua destruição.

Para além dessas discussões, Abib (2001) elege um valor instrumental para guiar práticas que garantam a sobrevivência da cultura; esse valor é o desenvolvimento humano. Essa defesa é, em alguma medida, arbitrária, pois, outros valores instrumentais poderiam ser tão úteis quanto esse para promover práticas que levem a sobrevivência das culturas.

Para adotar esse novo valor instrumental, no entanto, é necessário primeiro o redefinir, pois a modernidade criou uma definição de desenvolvimento humano assentada nas semelhanças, no progresso e na razão – elementos que geraram guerras, desigualdades entre outros problema. Para Abib (2001), a redefinição vem de propostas pós-modernas, grupos como o movimento feminista, o movimento LGBT, entre outros que constroem uma definição

de desenvolvimento humano defendendo características como a tolerância, a diversidade e a possibilidade de excluir aqueles que insistam em causar violência e exclusão (Abib, 2001).

Esta proposta exige um interesse em planejadores, que ensinem e propaguem valores que venham a idealizar o desenvolvimento humano na pós-modernidade. Segundo o próprio autor (2001):

Em suma, educação para uma prática cultural visando ao desenvolvimento humano deveria se preocupar com a formação de indivíduos com capacidade de elaborar, respeitar e conviver com diferenças de identidade bem como com o suficiente autocontrole para inventar e por em funcionamento práticas culturais com condições de promover uma política de identidade pós-moderna (p.116).

Esta questão também afeta o psicólogo profissional, na medida que ele é responsável por ensinar repertórios de autocontrole, que, nesse contexto, também se torna uma questão ético-política: ensinar pessoas cujo os valores contribuam para a sobrevivência da cultura.

O segundo artigo incluído nesta categoria é de Dittrich e Abib (2004), que apresentam uma discussão ética também orientada exclusivamente pela obra de Skinner. Nesse contexto, os autores falam de um “sistema ético skinneriano”, que estaria amparado pelo modelo de seleção pelas consequências. Seguindo essa lógica, a definição de valores (ou bens) também estaria relacionada aos níveis de seleção, identificando-se com as consequências filogenéticas, ontogenéticas e culturais.

Na filogênese, os comportamentos selecionados são aqueles que promovem a sobrevivência da espécie. Desta forma, consequências relacionadas com a história de sobrevivência da espécie podem vir a ganhar propriedades reforçadoras. A respeito deste assunto, Dittrich e Abib (2004) explicam: “A estas consequências denominamos reforçadores primários, ou incondicionados, que são os principais bens pessoais, derivando destes reforçadores todos os demais bens pessoais (p. 428).”

Os bens pessoais também envolveriam reforçadores secundários: “bens pessoais não incluem apenas reforçadores primários, mas também secundários (Dittrich & Abib, 2004, p. 428).” Isso aproxima os bens pessoais da ontogênese, pois, neste nível, os principais bens seriam os reforçadores positivos (primários e secundários) do comportamento individual. Ressalta-se que na ontogênese vários bens pessoais são produzidos pela intervenção de outras pessoas: para que possamos ter esse bens pessoais é necessário produzir consequências para os outros, ou seja, os bens dos outros:

A explicação para o comportamento em benefício alheio: trata-se de reforçamento recíproco. Nas culturas humanas, a produção de bens para outros surge quase sempre como um pré-requisito para a obtenção de bens pessoais – e o próprio fato de que produzimos bens para outros só se justifica nesta medida (Dittrich & Abib, 2004, p. 428).

No nível cultural, encontra-se o bem da cultura, identificado como as consequências de práticas culturais que promovem a sobrevivência da cultura. Conforme Dittrich e Abib (2004) afirmam: “no terceiro nível, uma prática cultural é selecionada se contribui para a sobrevivência da cultura que a mantém. A consequência de práticas desse tipo é a própria perpetuação da cultura e das práticas que a compõem” (p. 428).

De acordo com Dittrich e Abib (2004), ao falar dos valores relacionados aos três níveis de variação e seleção, Skinner não estaria realizando nenhum tipo de escolha por gosto ou vontade pessoal, simplesmente ele estaria descrevendo contingências de seleção e variação. Sobre esse aspecto, o sistema ético skinneriano apresentaria características apenas descritivas:

. . . o aspecto descritivo do sistema ético skinneriano aplica-se ao estudo científico dos três níveis seletivos que controlam o comportamento ético. Ele possibilita elaborar uma ciência dos valores que explique: 1) porque seres humanos comportam-se

eticamente; 2) porque seres humanos utilizam vocábulos de ordem ética; 3) porque seres humanos defendem/promovem certos valores éticos. (p. 428)

No entanto, o sistema ético skinneriano não seria composto apenas de descrição. Skinner também manteria no horizonte de sua teoria ética uma característica prescritiva: “Entretanto, para além desse aspecto descritivo, a filosofia moral skinneriana apresenta também um aspecto prescritivo” (Dittrich & Abib, 2004, p. 428). Isso quer dizer que Skinner estaria elegendo e defendendo um bem que deveria conduzir a ética dos analistas do comportamento. Mas qual seria esse valor? Dittrich e Abib (2004) respondem:

Entretanto, dentre os três valores que descreve, Skinner elege um deles como o valor fundamental de sua filosofia moral: trata-se da sobrevivência das culturas. Para Skinner, todos os demais valores (bens pessoais e bens dos outros) devem estar subordinados a esse valor fundamental. Ora, quando Skinner elege tal valor, ele não está, certamente, realizando uma descrição: está, isto sim, emitindo o tipo de comportamento verbal que chama de mando – isto é, um comportamento que ordena, pede ou exorta. Em outras palavras, Skinner está buscando modificar o comportamento de seus leitores numa direção que considera eticamente correta. (p. 429)

Castro e de Rose (2015) também seguem na discussão da ética skinneriana, enfatizando a questão do conflito ético. Inicialmente, os autores posicionam-se sobre os valores skinnerianos, categorizando os tipos de bens em: bem pessoais, bem dos outros e bem da cultura. A semelhança dos artigos descritos anteriormente, Castro e de Rose (2015) também apontam as origens dos valores nos diferentes níveis de seleção e variação:

. . . os bens pessoais, que são reforçadores por causa da carga genética humana, e os bens dos outros, que são derivados dos reforçadores pessoais. . . . Um terceiro valor que pode afetar aqueles que estão em posição de fazer uso de uma tecnologia do comportamento; esse valor é o bem da cultura. (p. 47)

Nesse contexto, os autores destacam que esses três tipos de bens geralmente não estão em harmonia, mas apresentam conflitos que caracterizam o âmbito da ética. De acordo com os autores, o conflito ético surgiria ao se considerar os efeitos das consequências de curto e longo prazo. Um exemplo disso é a questão da superpopulação mundial: nos níveis filogenéticos e ontogenéticos comportar-se sexualmente pode ser reforçador, controlado por consequências imediatas ao comportamento dos indivíduos; no entanto, a longo prazo isso pode produzir consequências nocivas à cultura e aos próprios indivíduos (Castro & de Rose, 2015).

Para Castro e de Rose (2015), o papel da sobrevivência da cultura é o principal ponto de discussão na ética skinneriana. A sobrevivência da cultura seria o valor que acabaria sobressaindo em relação aos bens próprios e os bens dos outros. A sobrevivência da cultura estaria também relacionada com o planejamento cultural, que garantiria não só a sobrevivência das práticas que compõem essa cultura, como também deveria garantir outros bens como a felicidade dos indivíduos que fazem parte da cultura planejada (Castro & de Rose, 2015).

O quarto artigo incluído nesta categoria é Dittrich (2016). Nesse texto, o autor faz uma análise de problemas observados nas práticas ecológicas e econômicas na contemporaneidade. À semelhança de Castro e de Rose (2015), Dittrich (2016) atribui estes problemas às diferenças entre consequências imediatas e atrasadas nas práticas culturais.

O posicionamento a respeito da ética skinneriana advinda do modelo de seleção pelas consequências e dividido em parâmetros descritivos e prescritivos também é um ponto encontrado em Dittrich (2016): “Há uma parte da ética, normalmente denominada ética descritiva, cujo objetivo é tão-somente explicar o comportamento dos organismos – em especial, é claro, dos seres humanos.” (p. 450). E complementa: “De um ponto de vista behaviorista radical, a ética prescritiva lida com dois eixos ou dimensões básicas: os efeitos

do que fazemos sobre nós mesmos e sobre os outros; e os efeitos do que fazemos considerados ao longo do tempo (p. 452).”

Segundo Dittrich (2016), os efeitos de práticas econômicas na natureza, como, por exemplo, o aquecimento global, foram percebidos tardiamente. Seguindo um argumento skinneriano, o artigo defende que, na medida em que consumir significa desgastar, destruir ou eliminar algo para a produção de bens, desde seus primórdios a humanidade poderia ser considerada uma ‘sociedade de consumo’. Assim sendo, o consumo seria uma prática que não será simplesmente abandonada. No entanto, uma vez que o ser humano entenda as consequências ao longo prazo de consumir, será possível decidir se tais comportamentos ou práticas devem ser mantidos, ou substituídos, para garantir que ainda haja algo para se consumir tanto no presente como no futuro (Dittrich 2016).

Nessa perspectiva, práticas que depredem menos o meio ambiente e construam economias mais sustentáveis devem ser uma meta do planejamento cultural e também uma prescrição ética. Um planejamento cultural que se encarregue desse desafio, deve considerar que as consequências imediatas do comportamento dos indivíduos são um passo importante para primeiro estabelecer quais as contingências capazes de criar e manter práticas sustentáveis para culturas de produção, sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

O quinto artigo classificado nesta categoria é Zilio e Carrara (2009). Os autores reiteram que Skinner apresentaria tanto uma descrição como uma prescrição discutindo implicações filosóficas dessa diferença. Segundo os autores, no campo descritivo, a Análise do Comportamento skinneriana não estaria valorando o comportamentos, mas apenas descrevendo seu funcionamento. Por outro lado, os enunciados valorativos ou as prescrições seriam algo que Skinner faz de ‘fora da ciência dos valores’: seria uma teoria moral a parte da Análise do Comportamento propriamente dita. Os bens skinnerianos descritos na filogênese,

ontogênese e cultura seriam, então, parte de uma teoria moral skinneriana (Zilio & Carrara, 2009).

Segundo Zilio e Carrara (2009), na filogênese a seleção natural é um processo no qual a espécie, ou sobrevive ou morre. Esses são os dois desfechos dos repertórios inatos que as espécies possuem. No entanto, tanto a sobrevivência como a morte são acidentais, o quer dizer que não existe destino para espécie, trata-se de algo totalmente ao acaso. Por que, então, Skinner diria que a sobrevivência é algo “bom” na filogênese? Quando Skinner aponta a sobrevivência com um bem da espécie, ele não estaria apenas descrevendo, mas colocando um aspecto de valor próprio neste processo (Zilio & Carrara, 2009).

No caso da ontogênese, o comprometimento seria com a teoria operante de Skinner mais necessariamente com o condicionamento operante. Neste nível, Zilio e Carrara (2009) dizem que o valor que Skinner escolhe para a sua teoria moral seria o ‘bem-estar’:

Em outros termos, bem-estar significaria “prazer” enquanto mudanças fisiológicas do organismo. Levando em conta essa hipótese, ao afirmar que o que é bom para o organismo é o que promove seu bem-estar, Skinner está apresentando um enunciado valorativo. . . . defender essa afirmação como parte de uma teoria moral é plenamente possível (p.6).

Nota-se que este status valorativo que os autores atribuem ao nível operante seria restrito a parte da teoria moral de Skinner (e não à sua ciência):

É importante ressaltar, todavia, que o resultado será o mesmo, não importando a conotação dada ao conceito de bem-estar. O único sentido insustentável é defini-lo como sinônimo de reforço, pois fazê-lo implicaria tautologia. Dessa forma, não importa qual o sentido dado ao termo, ele nunca estará diretamente relacionado com a teoria científica de Skinner que, nesse âmbito, é por excelência a teoria do reforço (p. 6).

No nível cultural, o valor defendido por Skinner como parte de sua teoria moral seria a sobrevivência da cultura. Segundo Zilio e Carrara (2009):

É possível entender como e por que ocorre o surgimento, a evolução e a manutenção das práticas culturais baseando-se apenas nos processos de seleção natural e condicionamento operante. Logo, a sobrevivência das culturas não possui função para a teoria científica de Skinner, só podendo ter lugar em sua teoria moral (p.7).

Esta prescrição da cultura traria um conflito interno na teoria moral skinneriana, pois, segundo Zilio e Carrara (2009), as culturas se extinguem quando os indivíduos desaparecem, ou quando as práticas que formam aquela cultura se descaracterizam. Assim, caberia perguntar se se deveria optar pela sobrevivência dos indivíduos ou da cultura que eles pertencem? Nas palavras dos autores:

. . . há uma tensão interna na teoria moral de Skinner, pois o que possivelmente norteará a eliminação ou construção de novas práticas culturais será a sobrevivência dos indivíduos e não a sobrevivência da cultura em si. Assim, defender em uma mesma teoria moral tanto o valor de sobrevivência dos indivíduos quanto o valor de sobrevivência das culturas como prescrições éticas a serem seguidas revela-se problemático (p.7).

O sexto artigo que discute uma teoria moral skinneriana é o de Bogo e Laurenti (2012). As autoras discutem: i) um tipo de ética criticada por Skinner, ii) uma possível ética skinneriana e iii) desdobramentos de uma ciência que inclua valores.

Segundo Bogo e Laurenti (2012), no conjunto de teses tradicionais combatidas por Skinner, também há um posicionamento valorativo e ético. A tese do ‘homem autônomo’, que defende causas internas do comportamento, também inclui o comportamento ético explicado por causas internas: os indivíduos agiriam eticamente quando tivessem dentro de si valores (e.g. responsabilidade, obrigação, lealdade). Assim, indivíduos que possui valores, seriam

indivíduos morais. Já os indivíduos que agem sem nenhum indício de moralidade, não possuem valores.

O problema social decorrente da tese do ‘homem autônomo’ é que ela converte as relações entre o ser humano e o ambiente em causas individuais internas (Bogo & Laurenti, 2012). Para Skinner, o problema com a teoria do ‘homem autônomo’ seria a exclusão das contingências que fazem um indivíduo comportar-se eticamente. Como alternativa, Skinner descreve os valores como parte das contingências. Dessa forma, Bogo e Laurenti (2012) afirmam: “a moralidade é tratada em termos de comportamento moral, e os valores como consequências de ações morais.” (p.958).

Sobre o debate ético skinneriano, Bogo e Laurenti (2012) defendem três tipos de consequências, ou valores, que também são descritos como bens. Tal como descrito em artigos anteriores, esses valores são embasados no modelo de seleção pelas consequências: na filogênese e na cultura, o que promove a sobrevivência da espécie e da cultura, respectivamente, são considerados bens. No nível da ontogênese, as consequências reforçadoras produzidas pelos indivíduos também seriam bens.

Tal como apontado pelos artigos anteriormente descritos, Bogo e Laurenti (2012) indicam que problemas éticos são, em grande medida, produtos de contradições entre os três níveis de variação e seleção. Assim, o que na história da espécie foi um bem, pode produzir aversivos para o comportamento dos indivíduos. Já no tocante aos conflitos dos bens dos indivíduos e da cultura, os reforçadores advindos do sexo, por exemplo, causam o problema da superpopulação, diminuindo as chances de uma cultura sobreviver (Bogo & Laurenti, 2012).

De acordo com Bogo e Laurenti (2012), os possíveis conflitos entre os três tipos de bens skinnerianos levam ao questionamento de se deveria haver uma resposta para este conflito. A resposta de Skinner seria o bem do terceiro nível, a sobrevivência da cultura.

Assim, esse valor seria o âmbito da prescrição ética de Skinner, o que, segundo as autoras, traria alguns problemas. No processo de variação e seleção, os membros da espécie humana sobreviveram pelo efeito que consequências imediatas tiveram nos membros desta espécie; como produto desse processo, as consequências postergadas tem pouco efeito na seleção de comportamentos e de práticas culturais. Esse cenário torna-se problemático quando uma cultura adota práticas imediatistas que ameaçam a sobrevivência da cultura (Bogo & Laurenti, 2012). Segundo Bogo e Laurenti (2012), uma possível solução para barrar práticas culturais imediatistas é trazer as consequências atrasadas, para o presente dos indivíduos. Ainda sobre o assunto, as autoras afirmam que é também possível substituir estas práticas imediatistas, por outras práticas concorrentes, que tragam reforçadores imediatos e a longo prazo para práticas com valor de sobrevivência.

Por fim, Bogo e Laurenti (2012) argumentam que sendo a Análise do Comportamento uma ciência responsável pelo planejamento cultural, é importante entender em que tipo de ciência o modelo de ciência skinneriano está amparado. Isso porque diferentes modelos de ciência tem relações distintas com questões éticas. Desse modo, a afirmação skinneriana de que a Análise do comportamento 'é uma ciência dos valores' pode ter diferentes encaminhamentos (Bogo & Laurenti, 2012).

Nesse ponto, as autores retomam a discussão moderna entre fatos e valores. Nesse contexto, as ciências naturais defenderam que para alcançar a verdade, para que o conhecimento verdadeiramente científico possa ser produzido, todo e qualquer valor deveria ser eliminado, por meio dos métodos científicos, restando apenas o tratamento objetivo das variáveis envolvidas. Assim, os valores estão situados do outro lado da verdade, uma vez que eles são o porquê não se encontra as verdades. Com a eliminação dos valores no conhecimento científico os cientistas também eximiram-se de qualquer julgamento sobre a responsabilidade de suas descobertas (Bogo & Laurenti, 2012). A responsabilidade ficaria nas

mãos de políticos, de técnicos daqueles que se interessam pela ética e política. Esse modelo de ciência moderno foi gradativamente substituído e superado por um novo paradigma de ciência: uma ciência pós-moderna.

A ciência pós-moderna, não mais defenderia a dicotômica entre ciência factual e sociedade valorativa. Assim sendo, o cientista que tinha se afastado da sociedade porque ela contaminaria os fatos científicos, agora reconhece que faz parte ativa da sociedade (Bogo & Laurenti, 2012). Não existiria cientista sem sociedade, as descobertas científicas impactam o contexto social, ao mesmo tempo em que as demandas sociais são parte das contingências de pesquisa do cientista. Nessa “pós-modernidade científica”, aquele que faz ciência, o faz com valores declarados. Se a Análise do Comportamento for entendida como uma proposta de ciência que trata de valores e que tem uma responsabilidade ética e social pela discriminação das contingências que operam no comportamento, parece ser seguro afirmar que ela tem afinidades mais pós-modernas do que modernas (Bogo & Laurenti, 2012).

No sétimo artigo incluído nesta categoria, Laurenti (2012) faz uma discussão mais detalhada de valores orientados pela ciência moderna e pós-moderna. Segundo a autora, Skinner apontava que a Análise do Comportamento e o Behaviorismo Radical seriam as bases para versar sobre o discurso da filosofia da ciência com a função de tornar mais claro este conhecimento. No entanto, os analistas do comportamento podem se posicionar de diferentes maneiras em relação a obra de Skinner. Isso porque, de acordo com a autora, Skinner apresenta em sua obra uma variedade de pressupostos filosóficos, que nem sempre estão alinhados com uma única proposta de ciência. Essas variedades por exemplo lhe concedem afinidade com pressupostos da ciência moderna e a ciência pós-moderna (Laurenti, 2012).

Na modernidade a divisão entre fatos e os valores teria sido uma divisão necessária, pois para a ciência os valores contaminam os fatos. A subjetividade humana não pode fazer parte das descobertas objetivas da ciência natural porque ela distorce a realidade que está

posta na natureza. A realidade, por sua vez, é mostrada pelos fatos científicos. Assim, cabem aos fatos, elucidar a verdade enquanto os valores são reservados a questões humanas, sociais, éticas e políticas. Sobre este ponto, o próprio Skinner negaria a ideia de que exista uma dicotomia entre um mundo natural, que expressa aquilo que é objetivo e que pode ser descoberto, e um mundo subjetivo composto por valores sem qualquer relação com fatos (Laurenti, 2012). Para Skinner tanto os fatos como valores pertencem ao campo do comportamento humano, na medida em que são parte das contingências que o selecionaram. Uma ciência do comportamento deveria ser capaz, então, de explicar o comportamento dando conta tanto dos fatos quanto dos valores.

Contudo, afirmar que tanto fatos quanto valores estão nas contingências, não elimina a afinidade de Skinner com uma tendência de preposições factuais, pois, quando descobertas sobre o comportamento são feitas, maior é confiança de que o comportamento humano é passível de controle, de previsibilidade, de variáveis que o afetam (Laurenti, 2012). Nessa concepção, a ciência do comportamento se encarregaria de mostrar os fatos sobre o comportamento e os valores parte das contingências seriam submetidos a estas descobertas. Assim, questões éticas estariam resolvidas pela Análise do Comportamento como ciência. Esta seria a defesa de um cientificismo skinneriano, que é uma característica predominante da ciência moderna. (Laurenti, 2012).

Mas e quanto às afinidades skinnerianas com a pós-modernidade? A resposta de Laurenti (2012) assenta-se em uma mudança de pressupostos ontológicos, epistemológicos e éticos no pensamento skinneriano. Contemplando apenas o aspecto ético entre fatos e valores, assim como foi constatado na modernidade, não há espaço para a dicotomia. Uma narrativa pós-moderna ressalta que todas as suposições sobre o comportamento estão sob uma perspectiva valorativa, em especial do cientista, e quando se fala sobre o cientista, seu comportamento verbal carrega suposições valorativas. Desta forma, Laurenti (2012) afirma:

. . . a própria observação e a produção do conhecimento científico são marcadas pela combinação das variáveis da história de vida do cientista com variáveis sociais, culturais e econômicas da comunidade verbal de cientistas ao qual pertence. Com isso, Skinner (1953, 1974) admite que a observação não é pura, e que a produção de conhecimento científico não é neutra e desinteressada, o que acaba distanciando a ciência do comportamento do empirismo. Ademais, Skinner (1971, 1981/1984b) abandona a dicotomia entre fatos e valores (p. 374).

Este posicionamento skinneriano pós-moderno, compatível com a filosofia pragmatista, se revelaria com a preocupação skinneriana dos efeitos de sua ciência na sociedade. As noções de predição e controle do comportamento teriam efeitos políticos e éticos que deveriam alcançar práticas mais igualitárias e mais harmoniosas entre a natureza e o ser humano. A ciência e, por consequência, o cientista estão na sociedade, e como o cientista não pode se distanciar deste contexto social, suas descobertas, seus estudos e, conseqüentemente, a tecnologia teriam impacto direto na sociedade ao mesmo tempo que as demandas sociais seriam parte do objeto de estudo do cientista. A ciência é uma agência de controle e seu conhecimento também poderia ser usada por outras agências, como explica Laurenti (2012):

Esse conhecimento pode ser usado por outras agências como educação, religião, mídia e indústria para mudar práticas que ameaçam o futuro da natureza e de outras gerações. Mais importante ainda é que a sociedade, mediante a organização de protestos, pode se voltar contra essas agências quando elas não levam em consideração as conseqüências prejudiciais de suas práticas (Skinner, 1990b).

Com isso, apresenta-se uma proposta de observar práticas culturais da ciência e outras partes da sociedade de uma maneira crítica, com a possibilidade de controle e de contracontrole.

O oitavo artigo encontrado nesta categoria é o de Sampaio (2005). O autor defende que a ciência proposta por Skinner tem como resultado uma aplicação direta na sociedade. Por isso, para Skinner a ética seria uma consequência direta do agir como analista do comportamento. Estudar Análise do Comportamento deveria fazer com que o indivíduo agisse, em última instância, como alguém preocupado com questões éticas relacionadas com a cultura, uma vez que este o bem mais resguardado por Skinner. Assim sendo, ser analista do comportamento adquire implicações éticas, quer o analista do comportamento queira ou não (Sampaio, 2005).

O nono artigo considerado nesta categoria é de autoria de Prado Jr (1981). Para o autor, a posição do analista do comportamento sobre a própria Análise do Comportamento teria implicações ético-políticas. O artigo de Prado Jr (1981) examina a fala de Sergio Vasconcelos Luna, publicado no mesmo número da revista, que se pergunta se a proposta skinneriana seria alienante. Segundo Prado Jr (1981), a Análise do Comportamento de Skinner será alienante, a depender do seu uso. Para ilustrar seu ponto, Prado Jr, (1981) compara duas possíveis interpretações sobre Maquiavel. Uma primeira interpretação o considera um conservador, seria aquele Maquiavel que os críticos insistem em enxergar como desprovido de ação moral, um “Maquiavel maquiavélico”. No entanto, uma interpretação diferente é possível, na qual Maquiavel apresenta uma moralidade específica em seus escritos, essa interpretação é defensora de uma possível restauração de uma liberdade republicana, uma tendência observada nos estados modernos; trata-se, portanto, de um Maquiavel libertador que defendia uma Itália unificada, propondo, em termos skinnerianos, uma forma de contracontrole do poder da Igreja católica (Prado Jr, 1981).

A pergunta, então, seria se a interpretação de Luna estaria vinculando Skinner a uma visão necessariamente “técnica” e, por consequência, alienante, vinculado ao momento ideológico político do Brasil na época? Independente da resposta, haveria ainda a

possibilidade de um segundo Skinner, que na época estava sendo reconhecido fora do Brasil, por movimentos de esquerda na Europa. Nesse caso, a Análise do Comportamento estaria claramente do lado de uma política de esquerda. Com isso Prado Jr (1981) conclui que a moral por traz de Maquiavel, ou de Skinner dependem dos objetivos daquele que usam seus conceitos, ensinamentos e propostas.

O décimo artigo desta categoria é de Viega e Vandenberghe (2001). Para esses autores, o behaviorismo é um movimento científico e filosófico que acrescentaria valores a sua proposta marcando um posicionamento ideológico na história da psicologia:

Como podemos então entender o que é o Behaviorismo? Moderato e Ziino (1994) enfatizam que o Behaviorismo como quadro referencial foi articulado desde o início em diferentes níveis. Primeiro, foi concebido como uma ciência que estuda eventos e processos sob condições específicas, como acontece nas outras ciências que estudam o comportamento de planetas, células ou partículas atômicas. Segundo, é uma filosofia da ciência porque define quais tipos de perguntas são legítimas na pesquisa e o método a partir do qual deve-se respondê-las. Em terceiro lugar, é uma filosofia da mente porque formula pressupostos sobre a natureza humana. Finalmente, representa um conjunto de valores que devem ser considerados como uma ideologia dentro da Psicologia (p. 10).

Nesse ponto, Viega e Vanderberghe (2001) expressam que os valores fundamentais do behaviorismo seriam sua visão de ser humano e de mundo, que identificam as causas do comportamento humano como uma relação externa. No caso de autores como Skinner e Kantor esta relação é sempre funcional e relacional (não está nem no ambiente nem o indivíduo isoladamente).

O conhecimento e a ciência que o behaviorismo propõem também são valores porque se propõem a estudar as causas do comportamento, no próprio comportamento. Propondo um

modelo tanto experimental quanto teórico, que dão ao behaviorista um certo posicionamento nas propostas de psicologias disponíveis na história (Viega & Vandenberghe, 2001).

O décimo primeiro artigo da categoria é de Vandenberghe (2005). O autor discute o posicionamento filosófico em relação a Análise do Comportamento sobre autores e teorias que discutem valores. A primeira ética discutida decorre de uma teoria oposta ao behaviorismo. Nessa teoria, as respostas a respeito do universo podem ser encontradas na natureza, sendo preciso apenas algo para revelar seus princípios. Este algo seria a consciência humana, naturalmente apta a revelar os princípios, ou ainda, as essências que compõem a natureza. Uma ética derivada dessa epistemologia também encontra seus princípios na natureza que é passível de ser extraída e ter seus princípios generalizados a partir desse fato. Conseqüentemente, uma vez que os princípios da ética fossem traduzidos, ficaria fácil determinar os valores, os códigos morais e as regras a serem seguidos, pois a natureza já estaria evidenciando essa ética. Trata-se de uma ética essencialista e universal. Esse tipo de ética seria uma proposta, que a Análise do Comportamento e a filosofia dessa ciência o Behaviorismo Radical, se opõem categoricamente. No entanto existem éticas com as quais o behaviorismo radical guarda afinidades, como é o caso do nominalismo.

Segundo Vandenberghe (2005), o nominalismo de Jean Buridan considerava que as teorias da linguagem referenciais essencialistas cometiam erros, ao supor que a linguagem poderia representar as essências do mundo. Como alternativa para a teoria essencialista da linguagem, Buridan adotou um tipo de teoria nominalista, que teria na linguagem uma descrição de contingências. O que poderia ser descrito na natureza não era uma representação de essências, mas sim uma relação de contingências. A natureza seria relacional e o campo da necessidade da natureza daria lugar ao campo da possibilidade. Considerando as contingências e um mundo relacional, Buridan deu exemplos sobre assuntos como a ética.

Partido dessa nova ética, Buridan observa que embora existam relações de dominação entre os seres humanos, não havia nada que impedisse relações humanas diferentes, sem dominação. Da mesma forma, sob certas circunstâncias as propriedades privadas poderiam deixar de existir, como quando o Estado fosse ameaçado. Nesse contexto, a sobrevivência do Estado aparece como um valor prescritivo na ética de Buridan (Vandenberghe, 2005).

A ética skinneriana também apresentaria aspectos descritivos e prescritivos. No caso da ética descritiva, Skinner dá ênfase no porque as pessoas defendem certos valores; já na ética prescritiva, Skinner defende valores que são contingentes a sua própria vida, assumindo valores próprios e definindo bens e consequências que valeriam a pena serem conquistadas (Vandenberghe, 2005). A ética prescritiva de Skinner é o resultado das contingências de sua vida que tem uma história e um contexto próprio. Alguns desses julgamentos skinnerianos são descritos como: uma sociedade livre de coerção e mantida por reforçadores positivos; o aumento de controle do comportamento por conversas face-a-face ao invés do controle por institucionalização; o favorecimento de comportamentos controlados por consequências diretas e não por regras; a busca por repertórios de criação e não apenas de consumo; e a sobrevivência da cultura (Vandenberghe, 2005).

Segundo Vandenberghe (2005), não existem motivos lógicos para adotar as prescrições skinnerianas como valores a priori, sem, pelo menos, o estudo do impacto desses valores nas contingências de vida do analista do comportamento. Assim, existem outros posicionamentos éticos, além do de Skinner, na Análise do Comportamento. A análise da moral e da ética como comportamento governado por regras e o comportamento pelas contingências, respectivamente, são questões que outros behavioristas tem se dedicado a discutir. Embora os analistas do comportamento ainda partam de definições skinnerianas, o comportamento governado por regras (comportamento moral) pode ser, como sugeriu Skinner, fonte de alienação quando mantém o indivíduo agindo de modo insensível às consequências. No

entanto, o comportamento governado por regras também é a base para o estabelecimento de comportamentos morais importantes na sociedade, que são difundidos na cultura (Vandenberghe, 2005).

Assim, o estudo tanto das regras como das contingências é necessário para uma discussão ética na Análise do Comportamento, uma vez que essa teoria não tem a “vantagem” do essencialismo de retirar leis universais para ditar a conduta dos indivíduos (Vandenberghe, 2005).

O décimo primeiro artigo é de Meneses, Holanda, Ximenes & Santos (2016), que discute afinidades entre uma ética skinneriana e a ética da libertação de Martín-Baró. O conceito de libertação de Martín-Baró estaria relacionado ao contexto da América Latina, na década de 1960, no qual problemas como o subdesenvolvimento, o desespero, a pobreza e as doenças, a morte e a opressão eram constantes na vida do cidadão (Meneses, Holanda, Ximenes & Santos 2016). Na opinião de Martín-Baró, a manutenção desse cenário de calamidade era, em parte, responsabilidade de teorias importadas do continente europeu e dos Estados Unidos que explicavam a miséria não por relações sociais, mas por causas que distanciavam o cidadão da libertação dessa situação, tornando-o ainda mais alienado. Nesse contexto Martín-Baró desenvolveu sua teoria sobre uma psicologia da libertação, que segue uma ética da libertação. A psicologia para Martín-Baró deveria ser uma psicologia social que conscientiza e se torna um método para transformações sociais. Martín-Baró, não acreditava que a consciência agia diretamente na realidade, mas que ela era capaz de promover ações, que essas sim, poderiam pensar em práticas psicológicas que eram capaz de intervir em situações de injustiça e alienação (Meneses, Holanda, Ximenes, & Santos, 2016).

Para Martín-Baró toda ação tem uma proposta ética que a ampara, ou ainda, toda ação ética tem uma orientação teórica. As ações dos indivíduos, sejam elas para manter a ordem vigente ou para promover transformações, sempre estão falando de certo posicionamento

ético. Este raciocínio também se aplica quando a ciência está envolvida nestas mudanças (ou está contra elas); qualquer aspecto da ciência, teórico ou prático, conta com valores e na psicologia não é diferente (Meneses, Holanda, Ximenes, & Santos, 2016).

Nesse ponto, os autores apontam uma questão importante: como uma teoria norte-americana, como é o caso da Análise do Comportamento, poderia contribuir para uma ética da libertação, uma vez que Martín-Baró era tão crítico de modelos estrangeiros? Uma possível colaboração entre a Análise do Comportamento e a psicologia da libertação poderiam caminhar para uma melhor análise do contexto latino-americano. O contexto que Martín-Baró descreve na América Latina é, sem dúvidas, desanimador quando se considera a desigualdade, alienação e opressão, no qual a psicologia como ciência ou profissão era e ainda é nos dias atuais responsável por estas desigualdades (Meneses, Holanda, Ximenes, & Santos, 2016).

O modelo de seleção pelas consequências de Skinner, do qual a ética skinneriana é derivada, sugere que a população latino-americana, que Martín-Baró discursava, está sob controle de efeitos das consequências imediatas do comportamento. A população latino-americana descrita em condições de desigualdade, seriam uma parte da população latino-americana, que constantemente teriam que trabalhar pela produção do que na ótica skinneriana seriam bens pessoais (Meneses, Holanda, Ximenes, & Santos, 2016).

Os bens pessoais, por sua vez, são controlados por outras pessoas, uma parte da população latino-americana que dependem da maioria da população latino-americana para a produção de seus próprios bens. A desigualdade poderia ser evidenciada, pelo controle unilateral desses bens por uma “elite”, a qual para garantir seus próprios bens, restringe a produção de bens pessoais para a parcela da população que tem uma relação de necessidade com os bens para a sua própria sobrevivência. (Meneses, Holanda, Ximenes & Santos, 2016).

De perspectiva uma perspectiva skinneriana, existe um planejamento social, no qual os controladores liberariam cada vez menos reforçadores para os controlados, para que estes

estejam sob o controle de suas demandas. Essas práticas gerariam uma cultura latino-americana de desigualdade. Nesse contexto, a coerção é uma prática de controle do comportamento muito eficaz, especialmente porque existe ameaça de perda de reforçadores como emprego, privilégios ou, em caso mais acentuados, a própria vida (Meneses, Holanda, Ximenes & Santos, 2016). A coerção também ajuda a docilizar o indivíduo, que se torna o que Martín-Baró descrevia como um indivíduo fatalista: os aversivos, as mazelas de suas vidas, os problemas do dia a dia são explicados pela ideia de uma predeterminação no qual o contexto do comportamento, bem como a história que deu origem a tais problemas nunca é discriminado (Meneses, Holanda, Ximenes & Santos, 2016).

De um ponto de vista comportamental, o fatalismo poderia ser explicado como um dos efeitos do uso indiscriminado da coerção, que acaba por selecionar e reforçar, não por acidente, relatos verbais dos indivíduos oprimidos que diminuam a responsabilidade dos controladores. De acordo com os autores, essa situação já foi várias vezes discutida por Holland, que argumentava que a atribuição de causas internas impedia os indivíduos de se revoltarem contra a desigualdade social. Assim, os autores concluem que uma ética skinneriana é compatível com a proposta ética de Martín-Baró (Meneses, Holanda, Ximenes & Santos, 2016).

O décimo segundo artigo classificado nesta categoria foi Melo e de Rose (2012). Os autores descrevem particularidades do valor de sobrevivência das culturas indicando aproximações e distanciamentos com o materialismo-cultural de Marvin Harris.

Para Harris, assim como para Skinner, o desafio de explicar um nível cultural não é o de explicar o comportamento de um indivíduo isolado, mas sim, o de explicar a seleção e manutenção de práticas culturais em uma cultura (Melo & de Rose, 2012). De acordo com Skinner, a evolução de uma cultura acontece pelo processo de variação e seleção, no qual

práticas culturais, que tem sua origem na ontogênese com comportamentos operantes, são transmitidas entre gerações de indivíduos (Melo & de Rose, 2012).

Para Harris, existe uma dificuldade maior de se descrever quais operantes fazem parte de uma prática cultural, sem que haja uma investigação mais detalhada desses operantes nas práticas culturais (Melo & de Rose, 2012). Em relação a Skinner, as práticas culturais selecionadas no processo de variação e seleção teriam relação com a sobrevivência da cultura. Segundo Melo e de Rose (2012):

Skinner argumenta que algumas práticas culturais possibilitam o fortalecimento da cultura; nesse caso afirma-se que tais práticas possuem “valor de sobrevivência” positivo. Em um sentido inverso, quando algumas práticas não fortalecem uma cultura afirma-se que essas apresentam “valor de sobrevivência” negativo (p.121).

Ainda sobre a sobrevivência das culturas, Melo e de Rose (2012) defendem que as contingências de seleção de uma cultura vão além do tempo de vida dos indivíduos que dão origem às práticas culturais: geralmente estas práticas são mantidas por reforçadores mais imediatos, mas acabam tendo consequências postergadas.

Harris se aproximaria de Skinner por entender que a sobrevivência da cultura é o bem do nível cultural. No entanto, Harris distancia-se de Skinner quando crítica que a sobrevivência da cultura está relacionada exclusivamente com práticas culturais. Este argumento é sustentado por Harris com o argumento de que é possível observar práticas culturais atuais que tiveram pouco haver com a contribuição da sobrevivência da cultura. Por exemplo, certas práticas artísticas podem ocorrer por períodos extensos de tempos antes que isto tenha valor de sobrevivência para um grupo e, portanto, objeto de seleção da cultura (Melo & de Rose, 2012).

Pensando de maneira skinneriana seria possível defender que práticas culturais sem valor de sobrevivência poderiam ser mantidas com aquelas que envolvem a sobrevivência. Dessa forma, Melo e de Rose (2012) defendem:

Portanto, para Skinner, algumas práticas de uma cultura no caso do terceiro nível seletivo, que não apresentam valor de sobrevivência positivo podem, mesmo assim, ser selecionadas juntamente com outras práticas culturais que contribuíram para a sobrevivência da cultura. Ou seja, um possível argumento skinneriano seria que se podemos nos deparar com práticas de uma cultura que foram selecionadas embora não tivessem contribuído para sua sobrevivência, isso provavelmente ocorreu porque as práticas com valor de sobrevivência negativo foram selecionadas juntamente com práticas com valor de sobrevivência positivo e como resultado a cultura sobreviveu (p. 123).

No posicionamento skinneriano, se uma cultura apresentar apenas valores negativos de sobrevivência em suas práticas, essa cultura estará rumando para sua destruição. No entanto, o argumento de Harris se mantém: alguns povos podem apresentar práticas sem valor de sobrevivência algum, sem que qualquer dano para estes povos seja identificado (Melo & de Rose, 2012).

Para Harris se a ‘função’ de uma novidade na cultura é utilizada para uma ação efetiva para o grupo, dever-se-ia entender que o ser humano tem necessidades e que são físicas, químicas, biológicas, sociológicas e psicológicas. Desta maneira, Harris estaria concordando com Skinner na explicação de que práticas culturais mais complexas são mantidas porque em suas bases existem suscetibilidade a reforçadores primários, como comida, sexo, contato corporal, proteção para doenças. Essas questões influenciam na seleção de uma cultura. Harris defende que isto pode estar participando de componentes da cultura, condicionado exclusivamente no tocante a contingências de uma certa necessidade. No entanto, ele

argumenta que isso dá conta de explicar apenas “funções básicas” dessa cultura e não a seleção de práticas mais elaboradas (Melo & de Rose, 2012).

De acordo com Harris, uma cultura apresenta três sistemas distintos: a infraestrutura, a estrutura, e a superestrutura. A infraestrutura estaria relacionada a necessidades de produzir e reproduzir, estando ligada à subsistência e se relaciona com a tecnologia e as formas de produção de energia, alimentação, e tudo aquilo que sustenta os membros da cultura. Essas práticas acabam por expandir o limitar a população (Melo & de Rose, 2012).

No sistema estrutural se encontram relações de economia doméstica e economia política que segundo Melo e de Rose (2012):

Esse sistema satisfaz a função de cumprir as necessidades sexuais humanas e as necessidades econômicas. Segundo Harris (1979/1980), a economia doméstica ocorre no interior dos domicílios e cumpre a função de alimentação, de cuidado e de reprodução. Por outro lado, a economia política ocorre fora dos domicílios e cumpre a função de regular as relações entre os domicílios, entre os grupos não domésticos e entre uma população e outra (p.124).

O terceiro sistema, o sistema da superestrutura compreende as artes religiosas, científicas, e a educação. Essa parte da cultura está relacionada de uma maneira mais afastada com a infraestrutura, porque também serve para satisfazer outras necessidade humanas que não aquelas de produção e reprodução (Melo & de Rose, 2012).

Partindo desses três níveis de análise de uma cultura, o direcionamento da evolução de uma cultura é dado pela probabilidade de que as novas práticas culturais (inovações na cultura) estejam em sincronia com a infraestrutura, que tem efeitos nos níveis estrutural e superestrutural. Assim justificam-se práticas que não tem valor de sobrevivência para o grupo, desde que estas práticas estiverem contidas aos níveis estruturais e superestruturais e que o

sistema da infraestrutura seja preservado e tenham efeito sobre o grupo. Nas palavras de Melo e de Rose (2012):

Entretanto, é interessante admitirmos que de alguma forma deva haver práticas culturais que mantenham a subsistência básica e o tamanho físico de um grupo, ou seja, práticas da infraestrutura. Essas práticas apresentariam valor de sobrevivência positivo por definição? Provavelmente sim, não há como uma cultura sobreviver se uma parte considerável de seus habitantes não sobreviver. Nesse sentido, estaríamos, em certo sentido, contrariando as posições de Skinner de que o valor de sobrevivência é o “critério final” na manutenção das práticas de uma cultura. As práticas que contribuem diretamente com a manutenção física de uma cultura apresentam valor de sobrevivência positivo, mas outras inúmeras práticas que coexistem com “práticas de sobrevivência” não poderiam ser explicadas com os mesmos argumentos (p.125).

Skinner não concordaria que somente práticas da infraestrutura seriam capazes de promover o valor de sobrevivência: qualquer prática cultural que tivesse a capacidade de colaborar com a sobrevivência da cultura, poderia adquirir o valor de sobrevivência positivo da cultura. Práticas consideradas da superestrutura, como educação e ciência, podem servir de exemplo para este argumento (Melo & de Rose, 2012).

O debate entre Harris e Skinner serve como uma reflexão de que ainda existem questões a serem respondidas sobre o modelo de variação e seleção proposto por Skinner, principalmente no que diz respeito ao valor de sobrevivência da cultura. Skinner forneceu direcionamentos para o estudo da evolução das culturas, mas não forneceu respostas conclusivas sobre o efeito de quais práticas culturais levam definitivamente a extinção ou a sobrevivência das culturas (Melo & de Rose, 2012).

No décimo terceiro artigo da categoria, Dittrich (2008) discute afinidades entre Skinner e Jared Diamond. De acordo com Dittrich (2008), Diamond faz uma análise sobre as

culturas e seu possível ‘colapso’, o que parece aproxima-se das discussões skinnerianas sobre a cultura. O ponto de partida dessas discussões é a constatação de que comportamentos operantes dariam origem a práticas culturais. Para que algum comportamento possa também ser distinguido como prática cultura, é necessário que se verifique sua ocorrência por distintas gerações de indivíduos que constituem aquela cultura. No entanto, a seleção de práticas culturais não se dá por consequências reforçadoras dessas práticas, mas sim por seus efeitos para além da vida dos indivíduos. Nesse ponto, é possível classificar práticas culturais de acordo com dois efeitos sobre a cultura: um é de promover a sobrevivência da cultura, o outro é o de diminuir as chances de sobrevivência (Dittrich, 2008).

Sobre a sobrevivência das culturas, Dittrich (2008) argumenta que não se pode saber de antemão, com toda certeza, o que levará uma cultura a sobreviver ou perecer. Além disso, o valor de sobrevivência de uma cultura outra é também incerto. Sobre o assunto, Dittrich (2008) afirma:

Culturas, presumivelmente, variam em seu valor de sobrevivência: algumas são mais fortes do que outras, no sentido de se mostrarem mais aptas a enfrentar ameaças (reais ou possíveis) à sua sobrevivência. Elas podem estar em ascensão ou em declínio no mesmo sentido. (p. 254)

Dittrich (2008) argumenta que o ‘colapso’ de uma cultura pode iniciar muito antes de uma cultura mostrar sinais de declínio, o que seria ilustrado pelos exemplos analisados por Diamond de diferentes culturas ao redor do mundo (e.g. Maias; povos da Ilha de Páscoa; alguma colônias nórdicas). Para Diamond e para Skinner, a sobrevivência de uma cultura não deve ser avaliada simplesmente na capacidade de resolver problemas atuais, mas sim na sua capacidade de resolver problemas que estão por vir (Dittrich, 2008). Por isso, existem outros fatores que devem ser considerados para se avaliar a sobrevivência de uma cultura, como é o caso da resistência a mudança e a plasticidade de incorporação de novas práticas. Uma cultura

que jamais muda de práticas culturais pode ser ameaçada por novas contingências, assim como a mudança contínua e rápida de práticas culturais tendem a descaracterizar a cultura, levando a sua “morte”. Assim sendo, conclui-se que nem o conservadorismo, nem o apreço pelas transformações imediatas garantiriam a sobrevivência da cultura (Dittrich, 2008).

Ainda sobre a sobrevivência da cultura, Diamond discute a interação entre práticas culturais antigas e práticas culturais recentes (Dittrich, 2008). Essa questão remete ao que os analistas do comportamento conhecem sobre as consequências imediatas e postergadas do comportamento. As consequências postergadas tendem a ter pouco efeito sobre o comportamento atual dos indivíduos, uma condição atribuída à história filogenética, que garantiu a sobrevivência de indivíduos mais sensíveis a consequências imediatas do comportamento. Por isso, a criação de práticas culturais que tenham em suas bases consequências imediatas que levem o estabelecimento de práticas culturais com valor de sobrevivência é um dos principais desafios daqueles que se preocupam com o planejamento cultural (Dittrich, 2008).

O próximo artigo da categoria é de Ferreira e Carrara (2009), que discute uma noção de cidadania relacionada a ética na Análise do Comportamento. Para os autores, comportamentos pró-ético e pró-social são aqueles que permitem que os indivíduos hajam como cidadãos em vários momentos do seu desenvolvimento humano. No contexto da ética skinneriana tais comportamentos devem ser entendidos na relação entre as histórias filogenética, ontogenética e cultural (Ferreira & Carrara, 2009).

Além disso, os comportamentos pró-éticos e pró-sociais dependem de uma aprendizagem social. Tratando-se de ensinar essas habilidades, a educação é um fator que se destaca. No entanto, normalmente as práticas educativas, em especial as brasileiras, mantêm um regime autoritário sobre os alunos, considerados sujeitos passivos que devem aprender o que foi passado (Ferreira & Carrara, 2009). A psicologia junto com a educação teria o papel

de modificar este panorama. Se na educação for permitido que os alunos passem a participar, opinar e criticar as normas da escola, eles deixariam de ser marginalizados no processo educacional, o que abriria caminho para a conquista da transformação da sociedade (Ferreira & Carrara, 2009).

O décimo quinto artigo é de Carvalho, Silva, Kienen e Melo (2015). As autoras relacionam a ética skinneriana à ‘programação de condições para o desenvolvimento de comportamentos’. A semelhança de outros artigos descritos anteriormente, o texto inicia distinguindo os aspectos descritivos dos prescritivos em uma ética skinneriana, mencionando os três tipos de bens relacionados aos três níveis de variação e seleção (Carvalho, Silva, Kienen & Melo, 2014).

Nesse ponto, seria possível perguntar em que medida essa discussão sobre o campo ético tem relação com a aprendizagem e com todos os aspectos que envolvem esse fenômeno? A resposta é a seguinte: “. . . de alguma forma, programar ensino parece implicar na discussão de uma ética, uma vez que o comportamento intencional de ensinar não é despido de valores (p.97).” Ainda sobre o assunto as autoras afirmam:

Por isso, ao discutir proposição de comportamentos-objetivo em Programação de Condições para o Desenvolvimento de Comportamentos, faz-se necessário também discutir questões éticas acerca da importância do que será ensinado, da forma como será ensinado, e de quem será beneficiado a partir desse processo de ensino (p. 97).

No processo de programação das condições para o desenvolvimento de comportamentos podem surgir conflitos éticos, uma vez que os educadores que ensinam o aprendiz podem ter valores diferentes dos aprendizes. Se existem tais conflitos, uma possível saída seria tentar encontrar uma conciliação entre os que educam e os que aprendem. Este posicionamento, no entanto, implica que a ética daquele que intervém não é a mesma daquele que está sobre intervenção. Essas diferenças não são um problema para o analista do

comportamento que se guia pela sobrevivência da cultura como valor em suas intervenções, os valores diferentes dos seus, na verdade podem ser valores submetidos a sobrevivência das culturas (e.g. felicidade, saúde, segurança, amor), os quais podem ser utilizados para atingir, a própria sobrevivência. Uma outra saída ética para a relação dos educadores e aprendizes é a de levar em conta que cada intervenção ocorre em um contexto específico e, por isso, requer uma análise dos contextos específicos, analisar as sociedades das quais está se intervindo e qual a melhor intervenção para os indivíduos que neste caso são os aprendizes (Carvalho, Silva, Kienen & Melo, 2014).

O décimo sexto artigo incluído nesta categoria é de Morais, Melo e Souza (2016), que apresentam uma interpretação comportamental de alguns aspectos da ética esportiva. A primeira noção de ética apontada pelas autoras é aquela assentada em princípios imutáveis que guiarão as pessoas ao que é correto de se fazer. Esta ética influencia o modo como se compreende noções como o de *'fair play'*, no qual os jogadores procurariam agir e a fazer o que é 'certo' ou 'correto' por uma bússola moral interna, ao mesmo tempo, seguindo essa ética tradicional, indivíduos que não agem de acordo com essas condutas esportivas não declaradas seriam desprovidos de moral.

Uma interpretação analítico-comportamental da ética esportiva estaria assentada na descrição dos valores proposta por Skinner (Morais, Melo e Souza, 2016). Os valores seriam classificados segundo o modelo de seleção pelas consequências: bens pessoais, bens dos outros e o bem da cultura. No contexto do esporte, cada tipo de bem skinneriano estaria relacionado à produção de bens para os atletas participantes, para a audiência, para as empresas que patrocinam o jogos, entre outros grupos (Morais, Melo e Souza, 2016).

Nesse sentido, uma ética esportiva poderia ser descrita, na Análise do Comportamento, a partir do conceito de *'fair play'*. Para Morais, Melo e Souza (2016), uma perspectiva comportamental definiria o *'fair play'* como um conjunto de valores defendidos pelo mundo

esportivo na atualidade. Esses valores descritos como ‘fair play’, seriam orientados, por um conjunto de regras e condutas específicas de cada modalidade esportiva, por exemplo, o futebol e o atletismo tem regras distintas e noções de ‘fair play’ diferentes.

Segundo Morais, Melos e Souza (2016), o ‘fair play’ é ainda explicado em uma perspectiva comportamental pelos diferentes efeitos que produzem nos níveis de seleção e variação propostos por Skinner. Um exemplo desses efeitos são reforçadores da própria prática esportiva. Os esportistas que praticam esportes podem obter reforçadores ligados a prática esportiva, como é o caso dos jogadores de futebol que executam manobras elaboradas que são reconhecidas pelo esforço de seu treinamento. Além disso, aqueles reforçadores sociais, reconhecido pelos outros, que também tem um papel, em manter as práticas defendidas dentro do esporte, tanto aquelas que são consideradas como ‘justas’ ou ‘injustas’. Além disso, as culturas, no qual o esporte é praticado têm influência nas práticas esportivas, em uma cultura que defende valores como justiça e honestidade pode haver uma transposição para a cultura do esporte os quais serão parte dos valores de ‘*fair play*’ de certas categorias de esportes.

A noção desses valores esportivos na Análise do Comportamento também não propõem uma noção estática de ética esportiva, esta ética se aproxima de uma ética mutável, o que vai ao encontro com uma ética pragmatista. Nesse sentido, a comparação ao pragmatismo está no abandono de dicotomias como ‘prudência’ e ‘moralidade’, neste caso ambos estariam falando sobre ações ético/morais no esporte, mas a depender do nível de discussão, estaria a se falar de um conjunto de ações específicas ou ainda cumprimento de regras e costumes específicos daquele esporte. Já outras ações esportivas exigem uma discussão mais elaborada, criativa, deliberativa, pois estaria se falando de ações ligadas a noções morais mais amplas (Morais, Melo & Souza, 2016).

O décimo sétimo artigo incluído nesta categoria é o de Watrin e Cannan (2015), os autores trabalham com diferentes concepções de valores na Análise do Comportamento. De acordo com uma perspectiva skinneriana, os valores seriam esclarecidos pelas consequências do comportamento: aquilo que é bom é o que se descreve como reforçadores positivos; já aquilo que é ruim está relacionado com reforçadores negativos. Esses são valores considerados pelas consequências imediatas do comportamento, já consequências de longo prazo estão relacionadas às consequências de sobrevivência da cultura (Watrin & Cannan, 2015).

Nessa concepção skinneriana, os grupos teriam um papel relevante, na medida em que reforçam ou punem certos comportamentos, além de poder relatar verbalmente aos indivíduos o que é certo e o que é errado. Nesse sentido, o comportamento verbal deveria também ser considerado na discussão dos valores, pois atribuir valores é parte de contingências verbais (Watrin & Cannan, 2015).

Os autores também destacam que outros autores operacionalizaram valores na Análise do Comportamento. Um exemplo seria Hayes, com a Teoria de Quadros Relacionais, bem como com a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT). De acordo com esse autor, em alguns casos, os valores estariam relacionados a uma concepção de ‘motivação’ verbal que afeta a própria ação, ou seja, que mudam o efeito dos reforçadores ou das consequências punitivas (Watrin & Canaan, 2015). Ainda de acordo com a ACT, os valores estariam amplamente relacionados a componentes verbais, ainda que se relacionem a componentes não verbais (Watrin & Canaan, 2015). Nesse contexto, outro aspecto a ser considerado na discussão dos valores é o campo dos comportamentos governado por regras. Nas palavras dos autores: “. . . quando, por exemplo, alguém diz a si próprio que acredita no “patriotismo” enquanto valor, as consequências das ações descritas como “patrióticas” podem vir a adquirir uma função reforçadora para o ouvinte” (Watrin & Canaan, 2015, p. 521).

Outra proposta considerada pelos autores é a de Leigland, que parte das consequências como reforçadores associados a operações estabelecadoras. Neste paradigma as operações alteram os efeitos das consequências reforçadoras ou punitivas. Assim como na ACT, Leigland partiria de acepções verbais para descrever os valores, contudo o autor englobaria também operações estabelecadoras incondicionadas (e.g. privação e saciação) até os processos complexos que o comportamento verbal proporciona (Watrin & Canaan, 2015).

De acordo com Watrin e Canaan (2015), existiria ainda uma proposta mais complexa que as anteriores, capaz de englobar todas as demais concepções. Esta proposta é a de Bonow e Follete. Os valores defendidos por esses autores são descritos em três componentes. O primeiro é uma ação valorativa (*Vauling*), que são comportamentos que independente do indivíduo, querer ou não carregam valores, nesse sentido, o comportamento das pessoas sempre acompanha algum tipo de valor. O segundo componente é conhecido como valores funcionais (*functional values*): são as consequências do comportamento afetadas por operações estabelecadoras. Assim, a história de reforçadores do indivíduo explica porque estímulos como dinheiro e objetos caros controlam o seu comportamento. Por fim, o terceiro componente são os valores declarados (*Statements of values*), que descrevem dois tipos de comportamentos verbais: i) a qualificação da ação de alguém ou juízos de valores; ii) a formulação de regras que podem servir para descrever uma ação valorativa e sua funcionalidade, ou modificar a efetividade das consequências.

O décimo artigo classificado nesta categoria é de Assaz, Vartanian, Aranha, Oshiro e Meyer (2015), que também discutem o conceito de valor na Análise do Comportamento. Os autores iniciam a argumentação deslocando a discussão para o comportamento de valorar ou de expressar valores, cuja definição seria: “um tato sob o controle discriminativo dos efeitos reforçadores positivos de um estímulo sobre o comportamento do falante” (p. 33). Assim, tratando-se de comportamento verbal, o comportamento de valorar não acontece sem um

contexto. Nesse entendimento, algumas valorações podem ser reforçadas pela comunidade verbal, assim como a comunidade pode punir o falante, resultando na diminuição daquela expressão de valores na presença da comunidade que o puniu. Conclui-se, por este contexto verbal que valorar não pode ser entendido como um tato puro, quando o falante emite respostas valorativas para ser reforçado positivamente pela comunidade, ou para evitar punições (Assaz, Vartanian, Aranha, Oshiro & Meyer, 2016).

Para além da discussão contextual, outras variáveis que afetam o comportamento de valorar são as motivacionais, ou ainda, as operações estabelecedoras, de acordo com a seguinte definição:

Operações estabelecedoras referem-se a operações em que é estabelecida a efetividade de uma consequência. Isto implica que devido à presença ou ausência de uma OE, a motivação do indivíduo em se engajar em determinado comportamento é alterada (p.34).”

De acordo com os autores, os valores também são discutidos pela Teoria das Molduras Relacionais (RFT). Nessa teoria os seres humanos podem aprender a emitir uma resposta sobre estímulos em função de relações simbólicas. Isso levaria a compreensão de como uma rede de valores é construída, podendo explicar, por exemplo, como os valores de alguém que gosta da natureza, relaciona-se com proteger a natureza por meio da reciclagem do próprio lixo, ao mesmo tempo em que outros comportamentos são valorados como ruins ou aversivos, como a poluição, o desmatamento e assim por diante (Assaz, Vartanian, Aranha, Oshiro e Meyer, 2016).

O décimo novo artigo que consta nesta categoria é o de Del Prete e Del Prete (2010). Os autores relacionam a ética com competência social, entendida como uma atribuição de um comportamento ou um conjunto de comportamentos que é bem sucedido em estabelecer ou manter uma interação social. Os critérios de sucesso dessa competência dependem de uma

avaliação funcional dos objetivos da tarefa social (e.g. reforçadores positivos ou reforçadores negativos), da aprovação social dos outros membros da interação social (e.g. melhora das relações, efeitos prazerosos relatados pelos outros) e na garantia que as relações sociais serão mais equilibradas em relação aos reforçadores entre o indivíduo e os demais membros do grupo.

Além disso, a caracterização da competência social teria duas dimensões sobre a funcionalidade: a instrumental e a ético-moral. Tanto a funcionalidade instrumental quanto a ético-moral estão relacionadas a consequências imediatas e atrasadas do comportamento. Nas palavras de Del Prette e Del Prette (2010): “Instrumental e ético-moral . . . estão relacionadas, respectivamente, com as consequências imediatas e com as consequências atrasadas do episódio interativo e também com consequências para o indivíduo e para o seu interlocutor ou o grupo social” (p.107).

A especificidade da dimensão ético-moral envolve as escolhas dos indivíduos sobre os efeitos das consequências de curto, médio e longo prazo do comportamento social para si e para as demais pessoas envolvidas nas relações sociais. Este panorama ético seria também sinônimo de autogerenciamento ético e é respaldado por behavioristas (Del Prette & Del Prette, 2010).

Essa relação funcional ético-moral das competências sociais teria ainda implicações na cultura. A cultura, definida como o terceiro nível de variação e seleção do comportamento humano, teria impacto na produção e manutenção de práticas de relacionamento social, ou ainda culturas de relacionamento social. No tocante a cultura uma variável a ser destacada são as agências sociais (e.g. família, religião, psicoterapia), que tem um papel de controle sobre os diferentes repertórios sociais que podem ser observados em distintas comunidades. Assim sendo, os autores chama atenção para o fato de que essas análises não se referem a uma única cultura unificada, mas uma cultura que apresentar divergências, ou a ‘sub-culturas’. Isso

implica que comportamentos reforçados em algumas dessas sub-culturas podem ser aversivos em outras 'sub-culturas' (Del Prette & Del Prette, 2010).

O último artigo desta categoria é de Dittrich (2010), que apresenta um instrumento para tomada de decisões éticas. Inicialmente o artigo defende que na atualidade a prescrição alterou-se: ao invés de se falar de virtudes ou comportamentos que levam a uma ética, são oferecida a prescrição de procedimentos para julgamentos do tipo ético. Este efeito se dá pelo fato de que a ética não é mais um assunto exclusivo da filosofia, mas também participa de outras áreas como a política, antropologia, o direito. Entendendo esse panorama, prescrições absolutas perdem força para dar espaço ao respeito às diferenças dos indivíduos e das culturas. Isso tem levado à discussão dos limites de padrões éticos mínimos que garantam direitos como o respeito à vida, o bem-estar dos indivíduos em diferentes culturas (Dittrich, 2010).

De acordo com Dittrich (2010), o que poderia ser destacado em toda essa discussão a respeito da prescrição é o eventual choque entre valores e interesses. A tomada de decisões éticas e políticas tornam-se essenciais para a discussão. Contudo, a prática de tomada de decisões éticas torna-se cada vez mais distinta, ao se tentar entender as particularidades culturais. Na Análise do Comportamento, quando Skinner fala de ética, ele parece estar advogando em prol de culturas que garantem sua sobrevivência. Considerando esse ponto Dittrich (2010) propõe um instrumento, que tem como objetivo ajudar analistas do comportamento (bem como outros grupos) a preverem as consequências do comportamento de maneira mais ordenada.

O instrumento é composto de quatro etapas: i) categorização de consequências potenciais; ii) definição das pessoas ou grupos que serão afetados pela intervenção; iii) identificação empírica dos efeitos seletivos das consequências; iv) definição da temporalidade das consequências (curto prazo ou longo prazo).

Essas quatro etapas constituiriam um processo de análise de consequências, entendido como uma forma de tornar o que está para vir, ou ainda o futuro, um pouco menos nebuloso: “Em uma linguagem tradicional, diríamos que a análise de consequências não muda os valores das pessoas: ela ajuda a prever consequências, mas as consequências terão diferentes funções (reforçadoras ou punitivas) para diferentes pessoas” (p. 51).

Com esse instrumento o analista do comportamento pode ter a possibilidade de negar práticas e comportamentos que sejam prejudiciais a sobrevivência da cultura, assim como ampliar sua capacidade de prescrever comportamentos que levem a sobrevivência da cultura. Além disso, o analista do comportamento pode alertar a comunidade, as instituições, e as pessoas, de consequências que podem fazer com que um futuro indesejável se concretize (Dittrich, 2010).